



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

VIVIANE TEIXEIRA LIMA NUNES

DO SOFREDOR AO VENCEDOR: TEMPO, PODER E FELICIDADE NAS
REVISTAS LIÇÕES BIBLÍCAS (1975-1999)

FORTALEZA

2022

VIVIANE TEIXEIRA LIMA NUNES

DO SOFREDOR AO VENCEDOR: TEMPO, PODER E FELICIDADE NAS REVISTAS
LIÇÕES BIBLÍCAS (1975-1999)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em História. Área de concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos.

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

N929s Nunes, Viviane Teixeira Lima.
Do sofredor ao vencedor : tempo, poder e felicidade nas revistas Lições Bíblicas (1975-1999) / Viviane
Teixeira Lima Nunes. – 2022.
145 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-
Graduação em História, Fortaleza, 2022.

Orientação: Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos.

1. Assembleias de Deus. 2. escola bíblica dominical. 3. lições bíblicas. 4. História das emoções e
sensibilidades. I. Título.

CDD 900

VIVIANE TEIXEIRA LIMA NUNES

DO SOFREDOR AO VENCEDOR: TEMPO, PODER E FELICIDADE NAS REVISTAS
LIÇÕES BIBLÍCAS (1975-1999)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em História. Área de concentração: História Social.

Aprovada em: 12/08/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Regis Lopes Ramos (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Kênia Sousa Rios
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Edmilson Alves Maia Junior
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Em memória de Maria da Paz, minha avó.
Espero ter conseguido “dar para algo que
preste”

AGRADECIMENTOS

O processo de escrita é um desafio. Percebi que isso é ainda mais intenso quando boa parte desse processo acontece em isolamento social. É preciso ter a honestidade de admitir que a pandemia de Covid-19 influenciou negativamente um grande número de pesquisadores que há muito já enfrentavam diversas barreiras para fazer ciência no Brasil. Não se faz ciência sozinho. Uma pesquisa precisa ser discutida coletivamente, receber contribuições diversas, ser debatida, analisada, criticada e apoiada em uma rede. É evidente que isso foi algo muito difícil de ser feito quando grande parte dessa rede passou a ter que se comunicar quase que exclusivamente através de telas e cliques. Ainda assim, continuamos. Seguimos não só tentando construir conhecimento de qualidade por meio de ensino e discussões em eventos acadêmicos, fóruns virtuais, etc., mas tentando tornar essa construção possível com sorrisos, apoio, gentileza e suporte emocional. Por isso, registro aqui meu agradecimento a alguns daqueles que tornaram este meu processo menos solitário. Há muito de mim naquilo que escrevi, mas também há muito de outras pessoas.

Ao professor Francisco Régis Lopes Ramos, meu orientador, cuja excelência como professor e pesquisador já é reconhecida por aqueles que o admiram. Faço questão de ressaltar aqui a paciência, a afetuosidade, a generosidade intelectual e a sensibilidade que tornaram possível esta pesquisa em meio aos desafios dos últimos anos. Além disso, ainda não vi citarem seu senso de humor impecável. Obrigada por ter acolhido uma ideia estranha de uma estudante estranha e ter tornado tanto a ideia quanto a estudante muito melhores.

À Kenia Sousa Rios, por ter me convecido a seguir com esta ideia ao me dizer, um dia, que se eu não acreditava em mim, deveria acreditar nela. Jamais duvidei do seu julgamento.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Ceará, Jailson Pereira da Silva, Kleiton de Sousa Moraes, Meize Regina de Lucena Lucas e Ana Rita Fonteles Duarte, pelo apoio e sugestões que me ajudaram a ser uma historiadora e uma pessoa melhor. Quero ser como vocês quando crescer.

A Davi Santos Aires, Álvaro Vieira Alves, Gladyson Salvador Araújo e Francisco Antônio Parente, pelas risadas e lágrimas compartilhadas, muitas delas relacionadas à escrita deste trabalho. Obrigada por terem aceitado ser minha família.

A Diego Cavalcanti Araújo, meu amigo e pesquisador admirável, pelas conversas produtivas e por aquelas nem tão produtivas assim, pelas esperanças e frustrações trocadas.

A Marcelo de Sousa Cavalcante e Ana Caroline Silva de Oliveira, por me permitirem demonstrar fragilidade e mesmo assim enxergarem força em mim.

A José Wesley Vieira Matos, por tudo o que você fez para que esta dissertação existisse e pela sua noite mal dormida. Devo-lhe muito.

À Jemima Arruda Rodrigues e Emanuel Ferreira, por terem aceitado ceder um pouco de tempo e conhecimento para me ajudar com este trabalho.

Aos meus amigos da Licenciatura em História da Universidade Federal do Ceará. Obrigada por serem algumas das primeiras pessoas que acreditaram e confiaram em mim, o que foi maravilhoso e assustador. Aprendemos muito juntos.

Aos meus colegas de turma do Mestrado em História Social da UFC. Passamos por inúmeros perrengues e frustrações juntos, mas dissemos várias vezes que daria certo. Estávamos certos.

Aos membros da Assembleia de Deus Templo Central em Taíba, que fizeram parte da minha vida e graças a essa convivência os problemas que guiaram esta pesquisa foram pensados. Aceitaria de bom grado as orações que eles fariam por mim caso lessem esta dissertação.

À minha mãe, Valneila Teixeira Lima. Toda a minha vida é em sua homenagem.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, pelo financiamento que apoiou e apoia os cientistas resistentes no Brasil. Para estudar é preciso ter alguma dose de esperança.

Aos que ainda acreditam na felicidade e vivem-na como arte, buscando-a na beleza do caos que somos.

(Vladimir) Diga que está, mesmo que não seja verdade.

(Estragon) O que devo dizer?

(Vladimir) Diga: estou feliz.

(Estragon) Estou feliz.

(Vladimir) Eu também.

(Estragon) Eu também.

(Vladimir) Estamos felizes.

(Estragon) Estamos felizes. (Silêncio.) O que é que a gente faz, agora que estamos felizes?

(SAMUEL BECKETT, 2015, p. 66).

RESUMO

Esta pesquisa propõe uma análise dos discursos sobre a felicidade e o bem-estar nas revistas Lições Bíblicas, periódico publicado trimestralmente pela Casa Publicadora das Assembleias de Deus - CPAD. Tendo como público-alvo os membros das Assembleias de Deus, essas revistas são utilizadas como suporte didático nas Escolas Dominicais, espaço de formação cristã em que se procura ensinar, a partir de uma determinada leitura da Bíblia, como ser cristão em todos os aspectos da vida. Trata-se, portanto, de um impresso através do qual a liderança do movimento procura construir uma identidade para o grupo, colocando em questão não só as práticas, mas também as subjetividades dos leitores, buscando reconstruí-las e reinventá-las em nome da relação com o sagrado. Nessas páginas, prazer, felicidade e bem-estar são ideias mobilizadas na defesa de certas posturas. Tais mobilizações costumam ser conflituosas e complexas, relacionadas a interpretações da modernidade, disciplina e controle do corpo. Foi notado que, ao longo dos anos, o discurso da liderança das Assembleias de Deus no Brasil foi sendo modificado e os usos da felicidade, do prazer e do bem-estar foram intensificados. A ideia do crente sofredor e por isso digno da salvação foi abrindo espaço para a do crente vencedor. Essas mudanças estão relacionadas ao advento do que Lipovetsky (2007) chamou de “sociedade de hiperconsumo”, em que os discursos sobre a felicidade ocupam um lugar central. Tais questões também são atravessadas pelas tecnologias de poder como disciplina e controle, bem como pelo biopoder como proposto pelo filósofo Michel Foucault (2008). O período estudado vai de 1975 a 1999, tempo de vigência da primeira Resolução de Usos e Costumes aprovada pela Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil, documento que tratava de práticas diversas das quais os membros da igreja deveriam se abster e indica como esse grupo interpretava o mundo e posicionava-se oficialmente em relação a ele. Na realização deste trabalho, analisam-se como fontes, além das revistas Lições Bíblicas, resoluções e atas de reuniões da Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil, assim como outros periódicos em circulação no período. Considerando a felicidade uma ideia disputada ao longo do tempo, o estudo dos sentidos e usos dela nesse impresso auxilia na compreensão de relações conflituosas desse grupo religioso com o mundo em mudança, com o tempo e com o outro.

Palavras-chave: Assembleias de Deus; escola bíblica dominical; lições bíblicas; História das emoções e sensibilidades.

ABSTRACT

This research proposes an analysis of discourses on happiness and well-being in *Lições Bíblicas* magazines, a periodical published quarterly by Casa Publicadora das Assembleias de Deus - CPAD. Having as a target audience the members of the Assembleias de Deus, these magazines are used as didactic support in Sunday Schools, a space for Christian formation in which it seeks to teach, from a determined reading of the Bible, how to be a Christian in all aspects of life. It is, therefore, a form through which the leadership of the movement seeks to build an identity for the group, putting into question not only the practices, but also the subjectivities of the readers, seeking to reconstruct and reinvent them in the name of relationship with the sacred. In these pages, pleasure, happiness and well-being are ideas mobilized in defense of certain positions. Such mobilizations are often conflicting and complex, related to interpretations of modernity, discipline and control of the body. It was noted that, over the years, the discourse of the leadership of the Assembleias de Deus in Brazil was being modified and the uses of happiness, pleasure and well-being were intensified. The idea of the suffering believer and therefore worthy of salvation was giving way to the idea of the winning believer. These changes are related to the advent of what Lipovetsky (2007) called a “hyperconsumption society”, in which discourses about happiness occupy a central place. Such issues are also crossed by technologies of power such as discipline and control, as well as by biopower proposed by the philosopher Michel Foucault (2008). The period studied ranges from 1975 to 1999, when the first Resolution on Uses and Customs passed by the *Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil*, a document that dealt with different practices from which church members should abstain and indicates how this group interpreted the world and officially positioned itself in relation to it. In carrying out this work, in addition to the *Lições Bíblicas* magazines, resolutions and minutes of meetings of the *Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil*, as well as other periodicals in circulation in the period, are analyzed as sources. Considering happiness as an idea disputed over time, the study of its meanings and uses in this print helps to understand the conflicting relationships of this religious group with the changing world, with time and with the other.

Keywords: Assemblies of God in Brazil; sundays schools; *lições bíblicas* magazines; History of emotions and sensibility.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa da revista com a indicação do nome da proprietária.....	35
Figura 2 – Anotações e hino.....	36
Figura 3 – Marcas de leitura.....	37
Figura 4 – Estrutura de capa da Lição.....	39
Figura 5 – Fotos e biografias dos comentadores das lições bíblicas entre 1976-1980.....	44
Figura 6 – A chave do sucesso.....	52
Figura 7 – Questionário.....	56
Figura 8 – Capa da Revista Lições Bíblicas com a temática As Doutrinas da Salvação.....	59
Figura 9 – Plano de aula da Escola Dominical.....	77
Figura 10 – Capa da revista Claudia de 1991.....	86
Figura 11 – Capa da revista Claudia, Um roteiro para se sentir bem, por dentro e por fora.....	95
Figura 12 – Capa ilustrando “as doutrinas malignas”.....	109
Figura 13 – Anúncio do livro Liberdade Para os Jovens.....	111
Figura 14 – Capa sobre a Liberdade Cristã.....	113
Figura 15 – Biografia e fotografia de Geziel Nunes Gomes.....	130
Figura 16 – Biografia e fotografia de João de Oliveira.....	130
Figura 17 – Anúncio “Redescobrimo o ministério pastoral”.....	131
Figura 18 – Anúncio “2º Congresso Mundial das Assembleias de Deus”.....	132

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Assembleia de Deus
CAPED	Curso de Aperfeiçoamento de Professores da Escola Dominical
CGADB	Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil
CPAD	Casa Publicadora das Assembleias de Deus
EBD	Escola Bíblica Dominical
LB	Lições Bíblicas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 FELICIDADE POR ESCRITO: ENSINO, ESCRITA E VERDADE NAS REVISTAS LIÇÕES BÍBLICAS	25
2.1 A Fé e as Palavras	25
2.2 Uma revista e um manual	34
2.3 Escrita e Verdade	42
3 EM NOME DA FELICIDADE: USOS DA FELICIDADE ESPERANÇAS DE UMA VIDA FELIZ	58
3.1 Entre a terra e o céu: a morte, a vida e o futuro em questão	58
<i>3.1.1 Tempo e lugar</i>	63
3.2 Promessas: a conversão como passagem para uma vida de alegria	72
<i>3.2.1 Mal, depressão e angústia</i>	72
<i>3.2.2 Caminhos para a felicidade</i>	78
<i>3.2.3 Renascimento</i>	81
<i>3.2.4 Fazer a si mesmo</i>	83
3.3 Distinção e identidade: a felicidade na invenção dos “santos” e do “mundo”	87
<i>3.3.1 As “falsas” felicidades</i>	91
4 TEMPLOS DE CARNE: CORPO, DISCIPLINA E BEM-ESTAR	97
4.1 (Des)construindo muros e (re)definindo marcos: santificação, família e liberdade ...	97
4.2 O corpo do fiel sob controle: um corpo feliz	114
<i>4.2.1 Moda e higiene</i>	118
<i>4.2.2 O mal na sala de estar</i>	120
4.3 “Consenso e concórdia”?: Tempo de atualizações	122
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS	141

1 INTRODUÇÃO

Então o homem, flagelado e rebelde, corria diante da fatalidade das coisas, atrás de uma figura nebulosa e esquiva, feita de retalhos, um retalho de impalpável, outro de improvável, outro de invisível, cosidos todos a ponto precário, com a agulha da imaginação; e essa figura, - nada menos que a quimera da felicidade, - ou lhe fugia perpetuamente, ou deixava-se apanhar pela fralda, e o homem a cingia ao peito, e então ela ria, como um escárnio, e sumia-se, como uma ilusão (ASSIS, 2001, p. 25).

Em seus delírios de morte, foi assim que Brás Cubas, personagem de Machado de Assis, narrou sua visão da felicidade. Na obra, publicada pelo autor quase um século antes do início do recorte proposto para esta pesquisa, a felicidade é representada por uma alegoria pouco esperançosa. É descrita como uma figura nada agradável e que não se deixa conhecer, uma fugitiva desejável que parece tomar a forma daquilo que nela se deseja e se imagina. A felicidade descrita por Brás Cubas é como uma ilusão e sua procura é uma corrida perene, não porque ela seja inalcançável, mas porque não se permite pertencer. O riso da quimera da felicidade de Machado de Assis é o deboche de uma noção de felicidade como um objetivo que não pode ser atingido como um estado, mas cuja procura define muito da trajetória humana.

Quase um século depois do lançamento dessa obra de Machado de Assis, João de Oliveira, então pastor, professor do Instituto Bíblico das Assembleias de Deus - IBAD e comentarista das revistas *Lições Bíblicas*, contou ter visto a felicidade em suas visões no que dizia ter sido seu leito de morte e ressurreição. Na história do pastor, a felicidade não era um personagem ou uma figura, tampouco é apresentada na forma de alegorias, mas como um estado plenamente vivido por aqueles que estavam no paraíso. Não havia delírios, nem ilusões, apenas a felicidade verdadeira e absoluta.

Como se pode imaginar, as narrativas de Machado de Assis e de João de Oliveira, já tão diferentes entre si, não são nem de longe as únicas formas possíveis de se acreditar na felicidade, imaginá-la ou descrevê-la. Ao longo do tempo, essa emoção já foi pensada, representada e definida de formas diferentes. Por outro lado, de fato, a busca da felicidade deixou marcas em diversas trajetórias e práticas humanas.

Na corrida para atingir a felicidade, a definição desta, bem como os meios para alcançá-la, tornaram-se alvos de disputas entre sujeitos historicamente situados. Grupos diferentes procuram demarcar seus lugares, legitimando-os de diferentes formas. O entendimento da felicidade como uma ideia em disputa por diversos grupos, ainda que num mesmo período de tempo, auxilia-nos na sua compreensão como uma noção construída, apropriada e ressignificada de diferentes formas. Trata-se, portanto, de uma ideia histórica. A

ela, são atribuídos diferentes sentidos dentro das relações de poder ao longo do tempo e em diversas culturas. Mais que um objetivo, a felicidade é antes de tudo um objeto humano: do seu desejo, das suas expectativas e esperanças, da sua imaginação e, por vezes, de sua fé.

Ao dar início a esta pesquisa, aceitei como desafio compreender a historicidade de uma emoção tão atraente e difícil de ser definida a partir das narrativas sobre ela. Desde o contato com as principais fontes aqui analisadas, a Revista Lições Bíblicas, assumi o compromisso de lidar especificamente com uma narrativa religiosa, a das Assembleias de Deus do Brasil, em um tipo de texto escrito pela liderança da igreja e publicado por sua editora oficial. Essa escolha tem me guiado por um caminho em que procuro perceber nesses escritos a defesa de determinados modos de vida em relação a outras maneiras de se entender o mundo, a vida, as emoções e as expectativas. Nesses textos, não só um *olhar sobre o mundo*, mas um *mundo* se apresenta. Nele, a felicidade, os prazeres, a alegria e o desejo têm lugares, mas lugares específicos, diferentes daqueles que outros grupos dão a eles. Lugares esses que se alteram ao longo dos anos.

Foi aceitando tal desafio que me vi procurando compreender como a liderança das Assembleias de Deus disputa a ideia de felicidade, inventando suas próprias definições dela em um periódico utilizado como referência para educação religiosa dos fiéis. Mais que isso, vi-me procurando entender como se faz uso da felicidade na defesa de certos valores e práticas e no empenho de moldar a identidade desse grupo.

O recorte temporal aqui proposto tem início no ano de 1975, quando já está estabelecido o departamento de Escola Dominical da CPAD, criado em 1974, que seria então o responsável pela produção e formulação de currículos das revistas Lições Bíblicas. Em 1975, foram aprovadas as primeiras normas oficiais da chamada “doutrina de usos e costumes” na Convenção Geral das Assembleias de Deus - CGADB. Tais normas foram expressas na forma de uma Resolução votada na reunião da CGADB em Santo André. Em 1999, há a reformulação dos princípios da Resolução de Santo André, acompanhada, no ano seguinte, pela publicação de um manual de doutrinas para as igrejas filiadas à CGADB. Esses limites foram estabelecidos como recorte por entendermos que marcam uma mudança significativa na forma como os líderes das Assembleias de Deus enxergavam o tempo e o mundo em que viviam e se posicionavam oficialmente com relação a ele. Como veremos ao longo desta dissertação, essa mudança não só se relaciona como tem um grande impacto nas narrativas que dialogam com as ideias de felicidade mobilizadas nas Lições Bíblicas.

Falo aqui de narrativas porque entendo que, nas poucas páginas desse periódico assembleiano, por meio de uma linguagem que procura assumir um lugar de verdade, há

maneiras características de contar o mundo e tudo o que nele existe, de apresentá-lo ao leitor, convencendo-o pela invenção de sentidos. Em outras palavras, trata-se de um trabalho em que percebo narrativas em um tipo de texto que procura ser, antes de tudo, explicativo, anunciando uma verdade absoluta. Para explicar, faz-se necessário, muitas vezes, contar. Assim, o passado, o presente e o futuro são descritos e encadeados de maneira que crie sentido, que faça existir um tipo muito específico de lógica que não suprime outras lógicas, mas dialoga com elas, por vezes abraçando-as e, outras vezes, negando-as. Procuo entender como, diversas vezes, a felicidade não só fez parte dessa lógica como foi um recurso em sua construção.

A todo o momento em que estive em contato com as principais fontes e objeto deste trabalho, procurei ter em mente o potencial daquilo que tinha em mãos: não se tratava apenas de uma revista por meio da qual eram veiculadas as ideias da igreja, mas também um manual didático utilizado nas aulas de educação religiosa da Escola Dominical. As revistas *Lições Bíblicas* são, ainda hoje, um elemento essencial na construção contínua da identidade assembleiana. Um espaço de poder. Nesse espaço, a felicidade se fazia presente como uma palavra capaz de exprimir uma ideia e atizar um sentimento que era arma numa guerra pelas subjetividades dos fiéis em meio a um tempo entendido como desafiador aos valores assembleianos. Tempo esse ao qual foi atribuído valor por esse grupo, como se ele mesmo (o tempo) tivesse quase que personalidade ou como se fosse possível uma espécie de espírito do tempo.

Ao longo dessas tramas, um conceito ganha destaque, insinuando-se: poder. Longe de ser algo metafísico, o poder se faz concreto nas relações humanas, nas suas práticas, nas vontades, na vida e sobre a vida. Entendemos poder como proposto por Michel Foucault, ou seja,

como um domínio de relações estratégicas entre indivíduos ou grupos – relações que têm como questão central a conduta do outro ou dos outros, e que podem recorrer a técnicas e procedimentos diversos, dependendo dos casos, dos quadros institucionais em que ela se desenvolve, dos grupos sociais ou das épocas (...)” (FOUCAULT, 1997, p. 101).

Compreender a página impressa como um espaço de poder exige considerações sobre como esse poder se estrutura, faz-se possível, tem alcance. Em outras palavras, o trabalho com as reflexões de Michel Foucault sobre o poder demanda que este não seja tratado como um ponto de partida pré-estabelecido. Antes, é necessário debruçar-se sobre as condições que fazem o próprio poder funcionar. O impresso *Lições Bíblicas* não é um mero

meio pelo qual se busca exercer poder pela palavra impressa, mas um espaço em que o próprio poder é construído e opera.

A conduta do outro ou dos outros: eis a questão central do poder. Mais que com condutas e ações, lido, neste trabalho, com um impresso que visa agir sobre os pensamentos e as emoções humanos, no qual as próprias emoções são mobilizadas a todo o momento. Se Michel de Certeau ao falar das práticas de poder em Foucault, diz-nos que o poder implica *autoridade e força*, isso não significa que ele só é exercido por meio da repressão, da dor ou da punição (DE CERTEAU, 2011). Pode ser, também, pela incitação do desejo, pela mobilização da liberdade, pela manipulação do prazer. Mais uma vez, nas palavras de Foucault (1998, p. 15-16):

Que caminhos lhe permitem atingir as formas raras ou quase imperceptíveis do desejo, de que maneira o poder penetra e controla o prazer cotidiano – tudo isso com efeitos que podem ser de recusa, bloqueio, desqualificação, mas também de incitação, de intensificação, em suma, as “técnicas polimorfias do poder”.

Seria ingênuo demais acreditar que uma determinada fé protestante que se desenvolveu em uma tensão contínua com o que define como sendo o “mundo” e as transformações dos valores tradicionais sustente-se meramente pelo medo. É preciso um pouco mais. Pode-se pensar superficialmente no movimento pentecostal como um movimento de renúncia ao corpo, ao bem-estar, aos prazeres. Não é apenas assim. Houve, ao longo do tempo, ressignificações na maneira como os assembleianos conceberam e apresentaram maneiras de se ser feliz, de se obter bem-estar, de lidar com os prazeres. São a essas ressignificações que procuro dar atenção aqui.

A possibilidade de trabalhar com fontes ligadas às Assembleias de Deus foi se apresentando para mim ao longo da graduação em História. Isso, admito, apesar do meu receio devido a minha proximidade com a igreja no momento em que comecei a construir este objeto de pesquisa. Tive medo de empreender um trabalho de busca de identidade. Por outro lado, foi essa proximidade que me possibilitou o acesso a um arquivo pessoal das revistas *Lições Bíblicas*¹. Foi no contato com as fontes, entretanto, que vi surgir sob meus olhos uma Assembleia de Deus diferente, assim como Michel de Certeau viu os cristãos do século XVII desvelarem-se sob seus olhos como “uma ilha que emerge do mar” (DE CERTEAU, 2011, p. 163). Isso não só porque a igreja mudara em seus posicionamentos oficiais, mas porque, no

¹ O arquivo em questão é de posse de Martas Barros Moraes, membra desde a infância da Assembleia de Deus Templo Central em Taíba, São Gonçalo do Amarante. Parte do arquivo encontra-se sob meus cuidados para digitalização e disponibilização em arquivo virtual.

virar das páginas das revistas empoeiradas, o meu olhar sobre ela se modificava. No exercício da pesquisa, pela leitura cuidadosa das revistas delicadas e de obras de teoria da História, fui aprendendo a enxergar no meu objeto de pesquisa o “outro” surpreendente e instigante que é condição para um texto historiográfico. O “outro” que só se faz conhecer por meio de um grande exercício daquilo que se pode chamar de “imaginação histórica”, sempre limitada pelas fontes. Só assim é possível construir a narrativa histórica que, ironicamente, assim como a quimera da felicidade do delírio de Brás Cubas, é como que feita de retalhos costurados com a agulha da imaginação.

Admito que gostaria de ter iniciado esta introdução dizendo que o interesse de trabalhar em pesquisa uma emoção e ideia tão sensível e controversa surgiu a partir da leitura de um livro, de uma conversa agradável ou de reflexões após alguma aula especialmente provocadora. Ficaria bonito, mas, na verdade, a motivação surgiu de um incômodo, de um desconforto: a presença angustiante da felicidade em praticamente todos os espaços que ocupo ou naquilo que consumo. Em algum momento, tornou-se intolerável ignorar, por exemplo, a quantidade surpreendente de livros de autoajuda que são praticamente mapas ou manuais da felicidade ou o apelo publicitário constante ao bem-estar nos mais variados tipos de produtos. Em 2018, por exemplo, durante a escrita do projeto de pesquisa que daria origem a este trabalho, vi o retorno à felicidade ser estratégia de conquista eleitoral: retornemos ao tempo da nação feliz!².

Em todo caso, as primeiras décadas do século XXI têm sido marcadas por uma quase onipresença da felicidade – a palavra, a ideia, o desejo – e do bem-estar em publicidades, filmes, livros de autoajuda que prometem receitas de sucesso e alegria, e nas páginas de redes sociais da internet. Aparentemente, ser feliz não basta mais como um anseio: tornou-se quase uma espécie de obrigação de consumo. O mercado segue essa demanda como um devoto a um santo: de carros a *fast-food's*, os mais diversos produtos são produzidos e vendidos com a promessa de ter como objetivo a felicidade do consumidor. Criou-se um mercado em torno dela, incentivou-se o desejo e possibilitou-se a satisfação momentânea desse desejo através das relações de compra e venda. Se as mercadorias oferecidas podem prometer a satisfação dos fetiches do consumidor, nada mais atraente que a satisfação última e plena.

² Em 2018, ao lançar a pré-candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República, o Partido dos Trabalhadores fez uso do “O Brasil Feliz de Novo” em canções, vídeos, cartazes e panfletos em uma campanha regada por emoção. Entretanto, esse projeto de retorno a um passado recente e feliz foi vencido nas urnas por outro considerado por muitos o seu oposto, mas que também louvava um passado que foi defendido como mais feliz: o da ditadura civil-militar no Brasil. Resta perguntar: feliz para quem?

O cenário se desenvolveu como um campo de disputas que fortalece diariamente a publicidade da felicidade. Uma avalanche de textos e discursos que buscam defini-la invadiu as redes sociais, as mensagens de texto e os livros de autoajuda. Trata-se de uma tentativa desesperada de gritar ao mundo que a felicidade não tem preço, é uma dádiva concedida ou uma conquista individual. Nessas disputas por um conceito real e pleno, nas quais determinados grupos procuram deslegitimar a concepção de outros, percebe-se o quão improvável é que se consiga estabelecer uma definição pronta e completa para uma ideia tão abstrata e subjetiva. Nesse sentido, não se quer e nem se poderia discutir neste texto uma noção metafísica de felicidade ou considerar uma compreensão desta como sendo a verdadeira e absoluta. Pelo contrário, parte-se do princípio de que a felicidade é uma ideia construída e mobilizada ao longo do tempo e de acordo com a cultura daqueles que a adotam, e, nesse sentido, é real porque é histórica. A noção que se tem dos atributos da felicidade diz mais sobre sua sociedade e cultura que das noções individuais de mundo daqueles que a concebem.

Embora pareça, esse *boom* da felicidade no século XXI não é uma mera moda. É parte de uma rede muito maior e complexa de ideais que funcionam dentro de uma lógica de poder do atual capitalismo globalizado. Tal lógica é perfeitamente adequada ao que, segundo Peter Pál Pelbart, Tony Negri e Michael Hardt pensaram como sendo o Império:

O Império é uma nova estrutura de comando, em tudo pós-moderna, descentralizada e desterritorializada, correspondente à fase atual do capitalismo globalizado. O Império, diferentemente do imperialismo, é sem limites nem fronteiras, em vários sentidos: engloba a totalidade do espaço do mundo, apresenta-se como fim dos tempos, isto é, a ordem a-histórica, eterna, definitiva, e penetra fundo na vida das populações, nos seus corpos, mentes, inteligência, desejo, afetividade. [...] No entanto, esse poder já não se exerce verticalmente, desde cima, de maneira piramidal ou transcendente. Sua lógica [...] é mais “democrática”, horizontal, fluida, esparramada, em rede, entrelaçada ao tecido social e a sua heterogeneidade (PELBART, 2011, p. 81).

Nesse contexto de um capitalismo que se apropria e usa a seu favor as ideias de liberdade, desejo e autonomia, os meios clássicos de controle, baseados na imposição, repressão e punição, não são mais viáveis. Fez-se necessária uma reinvenção, na qual o poder seja interiorizado pelos sujeitos, sendo efetivo na medida em que o indivíduo toma para si determinados valores, ideais e vontades, adotando-os por conta própria. O controle não precisa e nem deve ser imposto, ele deve ser adotado de bom grado pelo indivíduo. Nesse sentido, a própria vida, em todas as suas esferas, torna-se um objeto de poder.

Para Gilles Lipovetsky, esse fenômeno relacionado à supervalorização da

felicidade e do bem-estar remonta às últimas décadas do século XX. Segundo o autor, aproximadamente a partir de 1975, ocorreu uma transformação da sociedade de consumo como até então se configurava e a ascensão de uma nova fase do capitalismo acompanhado de uma nova cultura de consumo: a sociedade de hiperconsumo. Esta significou uma ruptura ao apresentar uma modernidade focada não nos bens de consumo em si, mas no consumidor e nos seus desejos. Trata-se do mercado da alma, do bem-estar e da autoestima. Nele, a felicidade adquire uma importância central como o objetivo último a ser atingido:

É em nome da felicidade que se expande a sociedade de hiperconsumo. A produção de bens e serviços, as mídias, as distrações, a educação, a reorganização urbana, tudo se pensa, tudo se agenda em princípio tendo em vista nosso maior prazer. Nesse contexto, fervilham guias e métodos para viver melhor, a televisão e os jornais destilam conselhos de saúde e de boa forma, os psicólogos ajudam os casais e os pais em dificuldade, os gurus se multiplicam, prometendo a plenitude. Comer, dormir, seduzir, desconstrair-se, fazer amor, comunicar-se com os filhos, manter o tônus: que esfera ainda consegue escapar às receitas de felicidade? Passamos do mundo fechado ao universo infinito das chaves da felicidade: eis o tempo do coaching generalizado e da felicidade/modo de usar para todos (LIPOVETSKY, 2007, p. 306).

Diante de todas essas reflexões em torno da mercantilização da felicidade e do peso que ela passou a ter na sensibilidade contemporânea, não se pode esquecer um detalhe de suma importância: é um erro homogeneizar a forma como a sociedade lida com as emoções e as ideias em um determinado período. Dentro de um mesmo espaço de tempo, os modos de vida variam de acordo com grupos, lugares, percepções de mundo. De nada serve para um trabalho historiográfico atribuir valores ao próprio tempo, sem considerar especificidades, conflitos, incoerências. Daí o interesse aqui expresso de lidar especificamente com um tipo de discurso religioso das assembleias de Deus. Diante de um mundo que se transforma e no qual a vida, a felicidade e o bem-estar entram tão grandemente em ênfase, a igreja procura meios de lidar com as novas demandas, meios estes que não são os mesmos empreendidos por outros grupos e em outros espaços. É isso que me interessa: como a igreja, em um espaço impresso oficial e de extrema importância em sua construção e manutenção de suas ideias, faz usos da felicidade como um elemento em disputa na relação da própria igreja com as transformações do mundo moderno.

Essa obsessão por uma vida feliz despertou o interesse de estudiosos de diversas áreas e, dentre eles, de historiadores que encararam a felicidade não só como um objeto de reflexão historiográfica possível, mas necessário.

Georges Minois, ao empreender uma “história da busca pela felicidade”, foi um desses historiadores que defenderam a possibilidade e a necessidade de um olhar histórico

sobre a felicidade:

Se até aqui ela foi objeto de pouquíssimos estudos históricos, em grande parte é por causa de sua evidência: ao que parece, todo mundo quer ser feliz, e isso sempre foi assim. O que haveria, então, para contar? Deixemos o assunto para filósofos, psicólogos e sociólogos. Isso é esquecer que a noção de felicidade está intimamente ligada ao contexto cultural de cada época e de cada sociedade. Ser feliz não tem o mesmo sentido para um romano do século I, um francês da Idade Média ou um inglês da Revolução Industrial. A ideia que fazemos da felicidade revela os valores da sociedade em um determinado momento da História. Já temos aqui uma razão para estudá-la sob o ângulo histórico (MINOIS, 2011, p. 1).

Nesse sentido, Minois defende a história da felicidade como sendo uma história de modelos elaborados pelas sociedades, modelos que se modificam de acordo com o contexto cultural. Para o autor, o contexto cultural contemporâneo é bem característico:

Este se caracteriza hoje pela perda de referências, pela ausência de perspectivas de longo prazo, pela mudança permanente, pela desvalorização da razão e pelo domínio do consumismo; o modelo do homem feliz é, portanto o consumidor que vive o cotidiano, adapta-se facilmente, segue todas as modas e possui todas as engenhocas indispensáveis, sem levá-las muito a sério (MINOIS, 2011, p. 429).

As questões mais sensíveis e mais difíceis de serem respondidas parecem-me aquelas que dizem respeito a para quem esse modelo funciona. Como ele é recebido, aceito ou renegado, reinterpretado pelos diversos grupos sociais? Não se trata, de forma alguma, de negar que o modelo exista, mas seria um erro generalizante supor que todos o acolhem da mesma maneira.

Darrin McMahon, outro historiador que se debruçou sobre a historicidade da felicidade, também chamou atenção para o que ele considera a impossibilidade de se ignorar a felicidade sendo um cidadão do Ocidente na virada do século XXI. Impossibilidade essa gerada por sua presença em praticamente tudo aquilo que nos rodeia. Foi, então, que McMahon se empenhou na escrita de uma história da felicidade. Em suas concepções:

Uma história da felicidade, pelo menos de início, deveria ser uma história intelectual, uma história de concepções desse objetivo humano perene e das estratégias projetadas para alcançá-lo, da forma como elas evoluíram em contextos éticos, filosóficos, religiosos e, acrescento eu, políticos diferentes (MCMAHON, 2006, p. 14).

McMahon optou, assim, por seguir o caminho de uma história das ideias e das representações, mas defendeu a pluralidade de abordagens sobre o tema. Para o autor, uma das abordagens possíveis seria a da chamada História das Emoções, discutida, por exemplo,

por Bárbara Rosenwein em “História das Emoções: problemas e métodos” (2011). Para a autora, as emoções devem ser pensadas como instrumentos de sociabilidade, sendo socialmente construídas, sustentando sistemas culturais e agindo sobre as relações humanas.

Assim, Rosenwein ressalta a necessidade de se considerar o que ela chama de “comunidades emocionais”, ou seja, “grupos sociais cujos membros aderem às mesmas valorações sobre as emoções e suas formas de expressão” (ROSEWEIN, 2011, p. 7). Nesse sentido, proponho-me a trabalhar metodologicamente com as fontes como delineado pela autora: partindo de obras representativas construídas por essa comunidade; buscando problematizar os sentidos dos termos que designam emoções naquele espaço e período; investigando historicamente as mudanças nos significados dados a essas emoções ao longo do tempo e procurando entender possíveis silêncios nas fontes.

De forma semelhante, Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2014) fala de uma história dos sentimentos, um dos campos abrangido pela história das sensibilidades, que Muniz aponta como reflexões historiográficas que emergiram desde os anos 1980. Em suas palavras:

A história dos sentimentos, por sua vez, parte do pressuposto de que ao exprimir, ao tentar comunicar o que sentimentos usamos conceitos, palavras, fazemos gestos, expressões, encetamos ações e práticas que podem se modificar ao longo do tempo e de uma sociedade e cultura para outra. Só podemos fazer uma história dos sentimentos porque eles são exteriorizados, eles se manifestam em acontecimentos, ações, reações, discursos, narrativas, obras de arte (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2014, p. 122).

Durval Muniz defende a necessidade de uma História que esteja atenta às sensibilidades e aos sentimentos: aos corpos que riem, que sofrem, que sentem, e, com isso, produzem poesia. Mais que isso, o autor ressalta a presença do próprio corpo do historiador, de suas sensibilidades que se fazem presentes no momento da construção da trama historiográfica e, portanto, não podem e não devem ser ignoradas. Ora, o próprio corpo do historiador não produziria também poesia?

Ao longo desta pesquisa, tenho pensado bastante sobre em que medida ela seria uma história das ideias, das emoções ou dos sentimentos, das mentalidades, ou mesmo uma história das religiosidades. A dificuldade de encontrar um lugar em que este trabalho “se encaixe” perfeitamente me fez perceber que isso na verdade não só é impossível como deve ser evitado. Encaixes nem sempre são bons. São preferíveis os diálogos, os encontros. Portanto, prefiro dizer aqui aquilo de que venho tendo certeza ao longo desta pesquisa: este é um trabalho de História. História de gente: gente que deseja, que escreve, que faz intrigas.

Gente que tem fé e quer ser feliz. Gente que encontra maneiras de viver, de interpretar o tempo e se localizar nele, dando sentido aos seus desejos e a sua própria existência. O que me interessa aqui não é a palavra, as coisas ou os sentimentos, mas as pessoas e como elas criam as palavras, coisas e sentimentos e, por meio deles, criam maneiras de ser e viver que se relacionam com buscas e encontros de si e dos outros.

Além das Revistas *Lições Bíblicas*, que são, além de principais fontes, objeto desta pesquisa, outros documentos têm sido necessários na realização deste trabalho. Entre eles, as próprias resoluções que simbolizam o início e o fim do recorte temporal aqui proposto (a Resolução de Santo André e Resolução do 5º ELAD), Relatórios das Convenções Gerais disponibilizados no livro História da Convenção Geral das Assembleias de Deus (2004), uma edição do Manual da Escola Dominical, além de números de revistas que circulavam nacionalmente no período estudado, como a *Veja* e a *Cláudia*. A variedade de fontes é uma necessidade para a composição da trama. Somente pelo cruzamento delas é possível enxergar as evidências da trama, pensá-la e construí-la para, enfim, contá-la. Escrever uma História é quase que contar uma história.

Procurei evitar começar este trabalho com alguma espécie de apanhado geral sobre as igrejas, um capítulo introdutório sobre as Assembleias de Deus do Brasil, a Escola Dominical ou o pentecostalismo. Sobre isso, já foram publicados diversos trabalhos de qualidade. Optei por partir daquilo que são as problemáticas propostas nesta pesquisa e, portanto, suas possíveis contribuições.

Assim, busco, no primeiro capítulo, analisar o funcionamento da revista *Lições Bíblicas* como um espaço de poder, apto a dizer a verdade e a ensinar os caminhos da “verdadeira felicidade”. Para tal, inicio com uma discussão sobre o movimento assembleiano, apresentando-o como um movimento que se diversificou ao longo do tempo, daí a importância dessa revista em seu papel dentro dos empenhos pela construção de uma identidade assembleiana, algo que unisse o movimento e o definisse.

No segundo tópico do capítulo inicial, procuro discutir a função das Escolas Dominicais como espaço de formação cristã, de ensino de verdades a partir de uma leitura específica da Bíblia. Por fim, encerro o capítulo trazendo reflexões sobre discurso, autoria e verdade nas LB, discutindo principalmente a partir de debates trazidos por Foucault em “A Ordem do Discurso” (2009) e “O que é um autor?” (2013).

Inicio o segundo capítulo procurando debater como, nas revistas *Lições Bíblicas*, as ideias de felicidade articulam expectativas de futuro, bem como discursos sobre a vida e a morte. Para isso, procuro entender de que maneira a liderança da igreja lidava com as

transformações culturais no período estudado, atentando para as mudanças na forma como a vida e a morte são representadas - em especial as alterações na ênfase dada sobre a vida terrena - e as modificações no lugar e tempo associados à felicidade e aos prazeres. Como, por exemplo, a esperança de uma vida feliz foi deslocada do campo exclusivo do paraíso após a morte para os domínios humanos da vida terrena?

Nos outros tópicos do capítulo dois, o foco reside nos usos da felicidade e do bem-estar tanto na evangelização, quanto nos discursos voltados aos próprios crentes. Como esses temas foram manobrados como elementos de conquista tanto de novos fiéis, quanto da subjetividade dos crentes na defesa das doutrinas da igreja e na busca pela identidade do grupo? Para entender essas questões, também investigo, nesse capítulo, os sentidos dados à tristeza e à depressão ao longo do tempo nas minhas fontes.

Por fim, o último capítulo tem como tema principal o corpo. Como os crentes interpretavam o corpo, o enxergavam e buscavam discipliná-los? Em que isso se relaciona com o bem-estar e as ideias de liberdade? São questões que guiam as páginas desses tópicos. Para isso, serão trabalhadas, nesse capítulo, a forma como a igreja construía o “outro” e construía-se a partir dele, usando as ideias de felicidade e bem-estar para tal. Além disso, o capítulo final também é o espaço de abordagem de discussões sobre as ideias de “falsa felicidade” em oposição a um sentido de felicidade que se procura constituir como verdadeira.

Começamos com Machado de Assis, terminemos também com ele. Não apenas porque a leitura me agrada, mas porque não pude resistir à provocação do texto. De início, pensei que talvez este não fosse o lugar adequado para um trecho literário. Mas a hesitação não durou muito tempo e concluí que esta introdução precisava daquele início e deste fim. Posso explicar: talvez a felicidade seja complicada demais para ser definida e explicada, mas é deliciosa para se falar sobre. Nada melhor que começar esta narrativa com uma narrativa de outro tipo, não para compará-las, mas para tentar propor entre elas um diálogo há muito necessário. Um diálogo que fale de tempo e de leituras de mundo.

Creiam-me, o menos mau é recordar; ninguém se fie da felicidade presente; há nela uma gota da baba de Caim. Corrido o tempo e cessado o espasmo, então sim, então talvez se pode gozar deveras, porque entre uma e outra dessas duas ilusões, melhor é a que se gosta sem doer (ASSIS, 2011, p. 20).

Para o Brás Cubas de Machado de Assis, o tempo da felicidade é o futuro, não porque este reserve algo novo, diferente, mas porque só no futuro o acontecimento pode ser significado, tornando-se memória. Por outro lado, tornando-se memória, o momento feliz já

se ausentou, deixando em seu lugar uma lembrança de algo vivido. Indo além, a lembrança, por sua vez, não é sinônimo de passado: trata-se de um passado que se faz presente, cujo sentido só é possível no presente. Por fim, em *Memórias Póstumas* a verdadeira felicidade só é possível na memória, nesse lugar complexo de atribuição de sentidos à própria existência, em que passado, presente e futuro se encontram. Resta-nos perceber como passado, presente e futuro também estão presentes, de alguma maneira, nas formas como os religiosos que colocavam a revista *Lições Bíblicas* em circulação no fim do século XX concebiam, contavam e defendiam a busca da felicidade.

2 FELICIDADE POR ESCRITO: ENSINO, ESCRITA E VERDADE NAS REVISTAS LIÇÕES BÍBLICAS

2.1 A Fé e as Palavras

Em 2010, o censo demográfico do IBGE apontava a existência de 12.314.410 assembleianos no Brasil³. Surgido no início do século XX, o movimento se espalhou pelo país rapidamente, adquirindo características próprias de acordo com as diferentes localidades, o que muito contribuiu para a diversidade que o representa na contemporaneidade. Tratava-se, em 2010, da maior igreja evangélica do país, e tudo aponta que ainda o seja.

Ao longo desta pesquisa, perguntaram-me muito quem são meus sujeitos, o que me soa como uma tentativa estranha de defini-los, demarcá-los. Antes, procuro entender exatamente como se busca construí-los, formá-los, dar a eles uma identidade. Quero enxergar como se procura fazê-los existir. Isso pensando o poder, a busca de controle sobre a vida, sobre os corpos, sobre subjetividades, dando ênfase a como as ideias de bem-estar e felicidade são usadas nesse processo. Por isso, é essencial, neste trabalho, perceber o movimento assembleiano como em contínua construção, lançando mão de diversos discursos na procura pela invenção da identidade do grupo.

Sufrimento, disciplina e competência. Segundo Gedeon Freire de Alencar (2019)⁴, essas três palavras representam muito o movimento assembleiano ao longo do tempo e aquilo que o caracterizou com o passar dos anos. Isso porque, para Alencar, esse movimento religioso pode ser dividido em três fases.

A primeira de tais fases teria sido caracterizada pela “Teologia do sofrimento”, tendo como marca principal a idealização do sofrimento como prática de fé. Essa “primeira fase” do pentecostalismo assembleiano teria início em 1911, ou seja, no ano de seu início no Brasil, e se estenderia até 1946. Para o autor, nesse momento, o sofrimento do crente era valorizado como um “martírio” e marcava a identidade assembleiana que começava a ser construída.

De forma semelhante, “teologia da disciplina” é como Gedeon Freire de Alencar chama o que ele define como “conceito-base” das AD’s no período que vai de 1946 a 1988.

³ Tais dados deveriam ter sido atualizados com o censo de 2020, que não foi realizado por falta de verbas. A previsão para a realização do próximo censo demográfico brasileiro é para o segundo semestre de 2022.

⁴ Gedeon Freire de Alencar é filósofo e cientista da religião, com doutorado pela PUC-SP, e um dos principais pesquisadores do movimento pentecostal no Brasil.

Para o autor, aquele foi o momento da “instituição pentecostal”, período da institucionalização do movimento e da busca pelo reconhecimento e fortalecimento da tradição e da identidade assembleiana. Diante de um mundo em transformação e do crescimento de outras vertentes pentecostais no Brasil, a disciplina vem como uma resposta. Além disso, o termo remete à prática da “disciplina”, o afastamento provisório das atividades da igreja de um membro reconhecido como “em pecado”, comum nas AD’s⁵. Este período seria, para o autor, a segunda fase da identidade pentecostal, diferenciando-se da primeira.

Por outro lado, é na “teologia da competência” que Alencar enxerga uma chave para compreender as Assembleias de Deus entre os anos de 1988 e 2011, período que ele aponta como sendo uma terceira fase da identidade pentecostal assembleiana brasileira. Alencar vê na *competência* um elemento presente e representativo de um momento das Assembleias de Deus marcado pela dinâmica da concorrência e da competição interna e externa: com o “mundo” e entre os diferentes “assembleianismos”. Nesse sentido, o fiel deve não só se distinguir do mundo, mas estar apto a *vencê-lo*. Não à toa, o fim do século XX é o momento de fortalecimento dos discursos sobre vitória, sucesso e prosperidade em publicações oficiais da CPAD e em fontes relacionadas à CGADB, embora o grupo assembleiano procure frequentemente diferenciar o sentido que dá a essas ideias do sentido dado a estas por outras igrejas evangélicas.

Assim, o período definido como o recorte temporal proposto para este trabalho (1975 a 1999) abarca um momento que se insere entre as duas últimas “fases” identificadas por Alencar e, portanto, permite perceber um processo de mudança na igreja. Uma pretensão deste trabalho é lançar luz para pensar como essa mudança – de práticas marcadas por uma “teologia da disciplina” para a “teologia da competência” – está relacionada às transformações nos discursos sobre a vida, o tempo, o prazer e a felicidade. Isso não apenas porque a mudança se expressa na forma como a igreja representa essas ideias em seus discursos oficiais, mas porque a forma como a igreja representa essas ideias denuncia alterações na maneira como elas são compreendidas por esse grupo (ou ao menos na forma como as lideranças procuram fazer com que sejam compreendidas).

A importância da Assembleia de Deus para o pentecostalismo no Brasil é marcante: é ela uma das pioneiras na doutrina do batismo com o Espírito Santo evidenciado pela glossolalia: a capacidade de falar em línguas desconhecidas em uma espécie de transe espiritual. Nesse sentido, é inviável falar sobre as Assembleias de Deus sem falar sobre a

⁵ Quando “disciplinado”, o fiel, embora ainda possa assistir aos cultos, é impedido de cantar, pregar ou exercer as demais funções dentro da igreja geralmente por cerca de três meses.

doutrina do batismo com o Espírito Santo, visto que essa doutrina é a base que os próprios assembleianos utilizam para definirem-se como pentecostais, diferenciando-se de outras vertentes protestantes. Definir esse batismo, entretanto, parece ser algo difícil de fazer até mesmo para os pastores dessas igrejas.

No número do primeiro trimestre de 1998 da revista *Lições Bíblicas*, o batismo com o Espírito Santo é definido como “um ato de Deus pelo qual o Espírito vem sobre o crente e o enche plenamente. É a vinda do Espírito Santo para encher e apoderar-se do filho de Deus como propriedade exclusivamente sua” (LIÇÕES BÍBLICAS, 1º trimestre, 1998, p. 23).

Nessa *Lição*, tal batismo é explicado como sendo uma benção e uma necessidade, algo que deve ser profundamente desejado e buscado pelo crente. Há, portanto, uma mobilização constante do desejo: o verdadeiro cristão deve ambicionar essa experiência, querê-la e procurá-la. É o ápice da experiência religiosa pentecostal. O próprio termo “pentecostal” remete ao “Dia de Pentecostes”, quando, segundo trechos da Bíblia Sagrada presentes no livro de Atos, um grupo de pessoas teria começado a falar em línguas estranhas em um transe. Para os pentecostais, essa foi a primeira ocorrência do batismo com o Espírito Santo.

Entretanto, se por um lado esse batismo é defendido como sendo uma experiência individual, um momento de intimidade entre o fiel e o próprio Deus, é também uma ocorrência que deve ser compartilhada e atestada coletivamente pela igreja. Isso porque os assembleianos defendem que o Batismo com o Espírito Santo deixa evidências claras de sua ocorrência, confirmando para todo o grupo de fiéis o *status* de batizado. Essa evidência seria justamente o “falar em línguas estranhas”:

[...] a evidência inicial e física do batismo no Espírito Santo, no dia de Pentecostes, foi o falar em línguas estranhas.

Esta evidência deixou bem claro que os discípulos haviam recebido a promessa do Pai (at 2.17, 18, 38, 39). O falar em línguas, pois serve como padrão para se aferir se alguém foi ou não batizado no Espírito Santo [...]. (LIÇÕES BÍBLICAS, 1º trimestre, 1998, p. 21).

Assim, embora seja uma experiência individual, esse batismo também é uma experiência coletiva, visto que ele só é validado quando confirmado pela igreja que vê e atesta sua ocorrência na vida do fiel. É comum que o “falar em línguas” também seja acompanhado de palmas, saltos e outros movimentos do corpo que demonstrem um êxtase.

Trata-se de uma experiência de certo modo mística, mas que precisa ser manifesta

fisicamente, evidenciada no corpo que se descontrola, na língua que profere palavras desconhecidas. É irônico que uma vertente religiosa que enfatize tanto o controle do corpo tenha no descontrole desse corpo fiel sua principal marca. É assim que, como veremos em outros tópicos, o batismo com o Espírito Santo foi um dos aspectos principais do que era ser Assembleia de Deus.

Na verdade, falar de uma Assembleia de Deus, assim no singular, traz problemas. Uma pergunta soa inevitável: de qual Assembleia estamos falando? Ora, longe de ser uma igreja com unidade doutrinária e de liderança única e definida, o movimento assembleiano é bastante diverso, existindo um grande número de igrejas que carregam o título de “Assembleia de Deus” e reivindicam a mesma origem, mas que não só se diferenciam como são, algumas vezes, contraditórias.

Por essas razões, esse problema acompanhou vários estudiosos que se debruçaram sobre as AD's. Como definir esse grupo? Como tratá-lo? Como se referir a ele? Trata-se, afinal, de uma “Assembleia de Deus” ou de “Assembleias de Deus”? O historiador Bertone de Oliveira Sousa, por exemplo, optou por tratar a igreja no singular em sua Dissertação de Mestrado (2010). Wesley Américo de Paula, ao estudar a construção da identidade da igreja, seguiu por outro caminho, utilizando ora o termo no singular, ora no plural, o que o autor justifica pelo fato de que, em sua concepção, a igreja conseguiu manter alguma unidade em suas primeiras décadas, embora tenha se tornado heterogênea com o passar dos anos.

Outro exemplo é o do já citado Gedeon Freire de Alencar. Em sua dissertação de Mestrado publicada em 2000, Alencar afirmou considerar o movimento Assembleiano um conjunto de várias igrejas com o mesmo nome, tendo como única unidade doutrinária a crença na doutrina do Espírito Santo. Já em sua obra “Matriz Pentecostal Brasileira” (2019), o autor fala em “assembleianismos”, que são, em suas palavras, “distintos, mas interdependentes; isolados, mas conjuntos; utópicos, mas concretos” (ALENCAR, 2019, p. 90).

Optei por falar mais frequentemente em “Assembleias de Deus”, no plural. Não apenas porque existam contradições, pluralidades, disputas e divergências dentro do movimento assembleiano (seria ingenuidade esperar homogeneidade de qualquer movimento religioso tão amplo), mas porque, com o passar dos anos, essas disputas se acentuaram a ponto de abarcar, dentro de uma mesma denominação, uma grande diversidade de pensamentos e doutrinas, o que torna difícil demais falar em uma única Assembleia. Entretanto, assim como no texto de Wesley Américo de Paula, aparecerá aqui, por vezes, o termo “Assembleia”, no singular, quando me referir ao movimento em toda sua abrangência,

com ênfase naquilo que ele possui em comum. É importante destacar que, como veremos, as Revistas *Lições Bíblicas* são utilizadas nas Escolas Dominicais de praticamente todos os ministérios que se intitulam Assembleias de Deus, especialmente naqueles cujos pastores são filiados à Convenção Geral das Assembleias de Deus, órgão ao qual pertence a editora que a publica – a Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD). A revista é, assim, um ponto em comum na diversidade da igreja e um elemento permanente em sua contínua construção.

Em todo caso, a construção de uma identidade própria que caracterizasse as Assembleias de Deus e as distinguisse de outras denominações evangélicas foi, em muitos momentos, um empreendimento da liderança da igreja. Um dos mais importantes agentes desses empreendimentos de identidade coletiva foi e é a Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil – CGADB. Tornada personalidade jurídica apenas em 1946, a Convenção existe desde 1930, ano de sua primeira reunião oficial⁶. As condições e razões da convocação de uma reunião de líderes desse caráter estão relacionadas às tensões envolvendo pastores brasileiros e missionários suecos com relação ao protagonismo nas decisões da igreja⁷, visto que os obreiros brasileiros, incomodados com o protagonismo sueco no movimento, reivindicaram, a partir de 1930, a direção do movimento no eixo Norte-Nordeste. Essa questão foi trazida por Silas Daniel em sua obra “História da Convenção das Assembleias de Deus no Brasil”, embora o autor, ele próprio assembleiano, procure amenizar os conflitos e disputas que envolveram o processo:

Antes da Convenção de 1930, só os missionários se reuniam para decidir o andamento do movimento pentecostal. Os pastores brasileiros eram apenas comunicados das resoluções e as implementavam [...]. Após 18 anos de Movimento Pentecostal no Brasil, sentindo a necessidade de terem maior liberdade na condução dos trabalhos já estabelecidos nas regiões Norte e Nordeste, os obreiros nacionais se reuniram [...] para tomarem uma decisão. Ao final da reunião, resolveram marcar um outro encontro [...], mas desta vez reunindo tanto os pastores nacionais como os missionários suecos. O objetivo era expor aos missionários o desejo de ganharem autonomia [...]. Não havia nenhuma intenção dos obreiros nacionais em dividir o Movimento Pentecostal. Eles desejavam apenas mais autonomia, e instaram para que não fossem mal compreendidos (DANIEL, 2004, p. 22).

Mas, para além de tais conflitos em torno do centro de poder da igreja, outra

⁶ Embora Wesley Américo B. G. de Paula (2013) aponte a existência de reuniões de pastores assembleianos desde a década de 1921, eram reuniões de caráter diferenciado e realizadas por missionários suecos, reconhecidos como fundadores das AD's no Brasil. A Convenção Geral de 1930, por outro lado, foi convocada oficialmente por pastores brasileiros já em meio aos esforços destes de assumir maior controle do movimento.

⁷ Historicamente, as assembleias de Deus reconhecem como fundadores do movimento pentecostal no Brasil os missionários suecos Gunnar Vingren e Daniel Berg. Ainda nas primeiras décadas do século XX, os suecos dirigiam o movimento, o que despertava conflitos com obreiros brasileiros que desejavam mais autonomia e procuravam alterar o centro de poder do movimento.

questão aticava o sentimento de necessidade da criação de uma Convenção. O crescimento do movimento de maneira um tanto autônoma, sem unidade, centralidade ou controle bem definido sobre questões doutrinárias e teológicas, fez com que o movimento começasse a se diversificar e corresse o risco de perder algumas de suas características iniciais. As reuniões dos pastores nas Convenções proporcionaram controle sobre a expansão da igreja. A Convenção Geral de 1930 simboliza, assim, o início de um processo de institucionalização das Assembleias de Deus do Brasil. A partir de 1930, a Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil, embora ainda não oficializada, tornou-se o principal espaço de discussões, definições e resoluções daquilo que seria o movimento assembleiano dali para frente⁸. Nas palavras de Wesley A. B. G. de Paula:

A Convenção de 1930 realizada em Natal foi uma espécie de ponto final de um período e início de outro, não pelo ambiente de tensão instalado e pelos embates entre os líderes, mas principalmente pelo fato de que as diretrizes definidas nesta reunião consolidaram a vinda maciça dos missionários para as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste do Brasil, estabelecendo novos centros de poder e influência sobre o movimento. Parece-nos que após esta Convenção, novos rumos foram delineados pelo movimento no Brasil, suscitando novos debates, análises e questionamentos. O processo de institucionalização que acontece no interior do movimento a partir de 1930 vai apresentar uma nova identidade assembleiana, não pautada somente na experiência e divulgação do batismo com Espírito Santo, mas agora através da instituição de doutrinas, regras, diretrizes, estruturas, hierarquias, enfim, ultrapassando o mundo da experiência pessoa (PAULA, 2013, p. 108-109).

Entretanto, longe de ser um espaço de consenso e harmonia, a CGADB foi marcada ao longo do tempo por debates intensos sobre diversos problemas teológicos e sociais, desde o batismo com o Espírito Santo à pena de morte. As reuniões costumavam envolver falas calorosas de obreiros que declaravam seus posicionamentos. Por fim, as questões eram votadas entre os convencionais e a decisão era divulgada no jornal *Mensageiro da Paz*. Pode-se perceber, então, que o posicionamento oficial da igreja não era uma concordância entre seus líderes, mas o resultado de um processo conflituoso em que prevaleciam as ideias da maioria.

A formalização da Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil veio poucos anos depois da criação da Casa Publicadora das Assembleias de Deus do Brasil (CPAD), editora oficial da Convenção e responsável pela veiculação de grande diversidade de impressos e outros materiais sobre o movimento assembleiano, boa parte deles reconhecidos e

⁸ Ao longo do tempo e devido aos embates internos entre os líderes ligados à Convenção, houve divisões dentro do movimento que acabaram por gerar outros órgãos, além da criação de diversas convenções estaduais. Atualmente, as principais Convenções assembleianas são a CGADB e a Convenção Nacional das Assembleias de Deus do Ministério de Madureira.

utilizados até por AD's não ligadas à CGADB. Criada em 1940 por razão de um decreto de Getúlio Vargas exigindo que todos os jornais circulantes no país deveriam ser vinculados a alguma pessoa jurídica e registrados no D.I.P.⁹, a CPAD iniciou os trabalhos como uma editora pequena, responsável principalmente pela publicação do jornal *Mensageiro da Paz* e pelas revistas das Escolas Bíblicas Dominicais (EBD), as *Lições Bíblicas* (LB). Nas últimas décadas, tornou-se uma empresa com faturamento milionário¹⁰, sendo a maior editora evangélica do país. É, ainda, um dos principais meios de veiculação daquilo que é definido na CGADB.

Dentre os materiais veiculados pela CPAD, talvez aquele que maior tenha alcance entre o público assembleiano atualmente seja as *LB*. Isso porque, como já dito, essas revistas são utilizadas como suporte didático nas Escolas Bíblicas Dominicais. Estas são reuniões realizadas ordinariamente aos domingos, reunindo os congregados em classes regidas por mestres escolhidos nas congregações¹¹. Presente também em outras igrejas evangélicas brasileiras, a EBD funciona como um meio de ensino, a partir da Bíblia, de modos de vida associados à “santificação”. Em outras palavras, é um espaço de propagação de uma determinada leitura da Bíblia, de uma doutrina, de uma visão de mundo. No caso das AD's, é principalmente nas EBD's que são formados os cristãos assembleianos, pois é lá que os indivíduos são ensinados a ler a Bíblia e o mundo a partir da chave de leitura da igreja. Como garantia de que o ensino nas EBD's será de acordo com a doutrina oficial, as aulas são mediadas pelas *Lições Bíblicas*, de modo que os temas trabalhados sigam a indicação da revista. Esta, como um projeto assim intitulado independente, começou a circular após a Convenção Geral de 1930.

Além disso, uma das características marcantes das Assembleias de Deus do Brasil é sua postura com relação ao que chamam de “usos e costumes”: um conjunto de princípios sobre padrões de comportamento, vestimentas, tecnologias, entre outros temas. De maneira geral, esses princípios, baseados em uma ideia de “santificação”, têm funcionado como signo de distinção dos fiéis das AD's, diferenciando-os dos fiéis de outras igrejas e, principalmente, daquilo que chamam de “mundo”. Em outras palavras, é um dos maiores símbolos do processo de construção de uma identidade para o grupo. Entretanto, apenas em 1975 é aprovada pela CGADB o primeiro conjunto de normas relacionados aos “usos e costumes”: a

⁹ O Departamento de Imprensa e Propaganda - D.I.P., criado em 1939, foi um órgão de controle, censura e propaganda do Estado Vargasista.

¹⁰ Segundo Alencar (2019, p. 24), o faturamento da CPAD em 2009 chegou a cento e vinte milhões de reais.

¹¹ É comum apontar o modelo de Escolas Bíblicas como iniciado ainda no século XVII na Europa protestante, tendo chegado ao Brasil no século XIX através de missionários escoceses. Com o passar dos anos, as Escolas Dominicais se consolidaram como um dos mais importantes trabalhos de propagação da fé protestante.

Resolução de Santo André.

Com a publicação da primeira resolução sobre usos e costumes, a igreja assumia oficialmente um posicionamento diante de transformações culturais no Brasil do fim do século XX que eram entendidas como ameaçadoras à fé cristã. Questões como vestimentas, uso de televisão, bebidas alcoólicas e usos do próprio corpo aparecem ali como preocupações da liderança das AD's. As justificativas são alinhadas à ideia de santificação, e aqueles que não se adequassem a essas definições poderiam ser punidos com o afastamento da igreja. Não se pode ignorar que esse processo era uma maneira de a igreja procurar defender seus ideais e sua tradição, marcando lugar e procurando permanência em um mundo que percebiam como de mudanças.

As últimas décadas do século XX foram marcadas por avanços tecnológicos, de linguagem e comunicação que transformaram as sensibilidades dos sujeitos para com seus corpos, com o tempo e com o outro. Em outras palavras, a popularização da televisão, as “revoluções culturais”, a moda, as reivindicações feministas, os métodos contraceptivos, etc., modificaram a maneira como as pessoas lidavam com a noção de liberdade, com suas emoções e com as percepções do próprio corpo. Segundo Denise Bernuzzi de Sant'anna, os anos da ditadura militar, especialmente os anos 1970, foram marcados por uma valorização da contracultura e de uma rebeldia juvenil que estava também relacionada às maneiras de lidar com o corpo, incentivando o amor a si mesmo, a independência e a liberdade. Trata-se uma maneira de defender uma ideia de “bem-estar” ligado às descobertas do prazer e da auto aceitação. Seria a “década do eu” (SANT'ANNA, 2011, p. 132).

O momento em que as AD's passavam por esse processo coincide com o período que Gilles Lipovestky (2007) identifica como sendo o da ascensão da sociedade de hiperconsumo e, assim, da valorização da felicidade e do bem-estar como objetivos de consumo. Diante de outras concepções de felicidade e de transformações culturais, políticas e sociais historicamente definidas na segunda metade do século XX, a Assembleia de Deus busca construir um espaço próprio de definição de “felicidade” e “bem-estar” marcado pela defesa de um processo de “santificação” (que envolve a aceitação de certos preceitos e de um viver em sociedade) como oposição à “felicidade do mundo”, e, também, caracterizada pela construção de respostas a questões e problemáticas de determinado período. Com tantas ofertas de subjetividades, identidades, sensações e sentimentos, as táticas de conquista e convencimento do fiel não podem mais ser as mesmas e vão sendo modificadas, abrindo espaço para o convencimento por meio de promessas de felicidade e prazer. Não basta mais agir e ser de determinada maneira porque Deus quer ou porque é o certo a ser feito, é preciso

convencer de que ser e agir assim é bom para o próprio indivíduo. Para se atingir esse propósito, começam a ser mobilizados sentimentos, conhecimentos e linguagens diversas nos espaços oficiais da igreja, entre eles, as Revistas *Lições Bíblicas*.

Em 1999, a CGADB aprovou a Resolução do 5º ELAD, definida pelo próprio documento como uma “atualização” da resolução de usos e costumes anterior. No novo texto, algumas orientações são alteradas e outras deixam de ser existir, além de novas questões que aparecem, como o uso do computador. Além disso, no novo texto, a abstenção dá lugar ao cuidado. A maneira como os princípios são compreendidos pela CGADB também se altera: se antes se tratava de uma questão de santificação (e, portanto, de algo que não podia ser alterado), agora os costumes são colocados no lugar de algo que pode variar de acordo com o momento, desde que ainda exista algum caráter de distinção.

Entende-se que a nova resolução representa uma nova postura das Assembleias de Deus diante das transformações na sociedade no fim do século e do que esse grupo religioso concebe como sendo a modernidade. Tais mudanças são um indício da alteração na forma como a igreja se posiciona diante da sociedade em geral, e, conseqüentemente, também se refletem nos discursos construídos pelos agentes da igreja na construção dos sentidos de felicidade e bem-estar defendidos pelo grupo e nas estratégias de convencimento dos fiéis. Nesse sentido, é essencial a relação entre os empenhos de construção da identidade assembleiana e os discursos sobre felicidade e bem-estar. No período estudado, os projetos de identidade da igreja sofrem alterações, há transformações na forma como a igreja, em seus discursos oficiais, interpreta e narra o mundo e se posiciona diante dele, o que está ligado às novas sensibilidades com relação à liberdade, ao prazer, ao sofrimento e à felicidade.

Do sofrimento à competência: a partir dessa ideia, podemos retomar as periodizações de Gedeon Freire Alencar trazidas no início deste tópico. A discussão de Alencar se relaciona bastante com a deste trabalho. Embora o recorte temporal aqui proposto tenha início durante o que o autor considerou como a “segunda fase” das Assembleias de Deus no Brasil (a marcada pela “Teologia da Disciplina”), ainda é possível perceber uma transformação que está ligada a menor valorização do sofrimento e da disciplina como práticas de fé ao longo do tempo, para uma maior valorização do prazer e do controle. A mudança de um movimento religioso que podia ser interpretado, em suas primeiras décadas, a partir de suas mobilizações do sofrimento e, em seus últimos anos, pela valorização da noção de competência não é isolada: está relacionada a uma maior ênfase sobre a vida terrena, sobre o indivíduo e sobre a possibilidade de felicidade e bem-estar em terra. A igreja percebia mudanças no mundo em que estava inserida. Assim, numa trama repleta de embates, recusas,

resistências e acordos, não pôde resistir a mudar com ele.

2.2 Uma revista e um manual

Na margem superior de um número da revista *Lições Bíblicas* de um acervo pessoal, um rabisco feito à caneta destaca-se: Marta Barros Morais¹² (Figura 1). Trata-se de uma edição de Mestre, dedicada aos professores da Escola Bíblica Dominical. É possível supor, então, que Marta fosse, naquele momento, uma das professoras de sua congregação. O mesmo rabisco se repete em outros números da revista. Por vezes, são outros os nomes que marcam as páginas de tinta. Longe de ser uma mania exclusiva da família da dona do acervo em questão, o hábito de assinar o nome na capa das revistas também pode ser notado em edições pessoais digitalizadas e publicadas em *sites* de internet. Esse costume evitava que as revistas, de uso individual, fossem confundidas quando misturadas com as de outros membros da igreja durante os encontros da Escola Dominical¹³.

As assinaturas não são, entretanto, os únicos registros comumente deixados naquelas páginas. Frases, versículos bíblicos e trechos de cânticos riscados com pressa nos poucos espaços em branco disponíveis revelam a preocupação em memorizar algo mencionado rapidamente ou em garantir uma “cola” para os refrãos de hinos desconhecidos cantados coletivamente pelos alunos ao fim das aulas (figuras 2 e 3). Registros dignos de uma certa rotina de estudos.

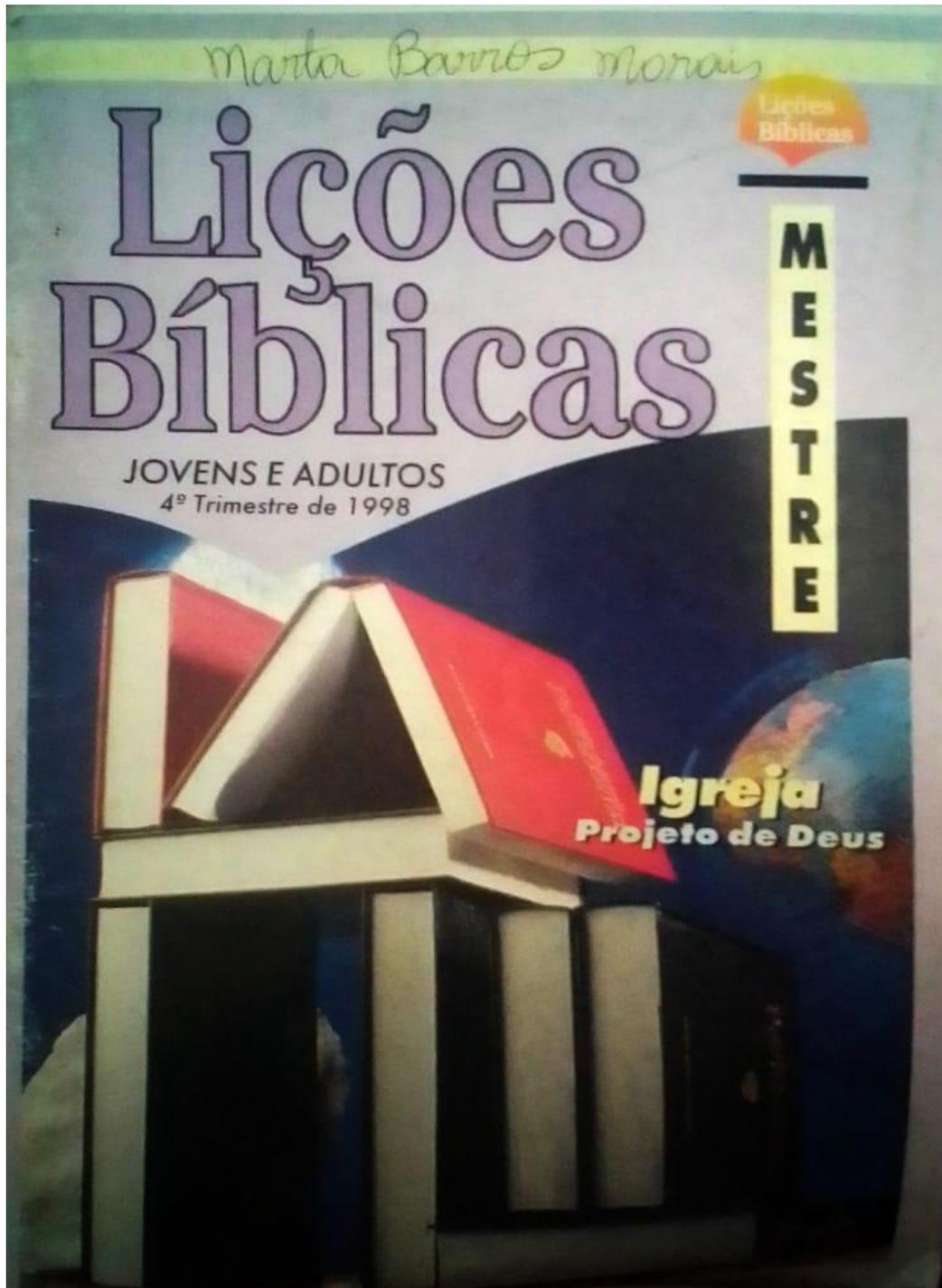
As marcas de uso pessoal, presentes nas revistas de acervo particular, não existem nos números da *Lições Bíblicas* publicados em coletânea pela Casa Publicadora das Assembleias de Deus - CPAD em 2013. Limpa de rastros deixados por antigos leitores, essa coleção foi pensada para que novos leitores pudessem conhecer publicações antigas das revistas em reproduções exatas dos originais e, assim, pudessem ter acesso aos textos que ajudaram na formação do movimento religioso que integram. A intenção foi expressa na apresentação da coletânea:

Assim, todos os alunos da Escola Dominical, professores e demais obreiros da atualidade também podem desfrutar dos ensinamentos seguros e conservadores extraídos da Bíblia que forjaram toda uma geração de crentes (COLEÇÃO LIÇÕES BIBLÍCAS, 2013, p. VI).

¹² Como dito na introdução, Marta Barros Morais é membra da Assembleia de Deus Templo Central em Taíba e dona de um dos conjuntos das revistas aqui estudadas. Seu acervo inclui números utilizados por todos os membros da família ao longo de aproximadamente três décadas.

¹³ Mais tarde chamada de Escola Bíblica Dominical - EBD.

Figura 1 - Capa da revista com a indicação do nome da proprietária.



Fonte: Lições Bíblicas (4º trimestre, 1998, capa). Arquivo pessoal.

Figura 2 - Anotações e hino

aprofundamento da comunhão com Deus

6. Existe algum método especial para se receber o batismo no Espírito Santo?

R. Não. Embora a promessa seja comum a todos os filhos de Deus, cada um tem a sua própria experiência quanto ao recebimento do batismo no Espírito Santo.

Como receber o batismo no Espírito Santo.

- Desejar
- interesse
- arrependimento
- Obediência
- buscar
- persistente

Santo Espírito enche a minha vida
 Pois com Cristo eu quero brilhar
 Santo Espírito enche a minha vida
 Faz em mim as almas a salvar
 Aleluia, Aleluia Aleluia loua a Cristo Rei
 " " " loua ao Rei dos Reis

25

Fonte: Lições Bíblicas (1º trimestre, 1998, p. 25). Arquivo pessoal. Página de fim de uma lição sobre o Batismo com o Espírito Santo. Nas anotações feitas à mão, há uma lista intitulada “Como receber o batismo com o Espírito Santo”, além do trecho de um cântico religioso. O desejo é um dos pontos listados como critério para o batismo.

Figura 3 - Marcas de leitura

admiração ao próprio Deus (Jr 35.5-10). De fato, os recabitas tomaram-se exemplo de obediência e de fé. Imitemo-los.

divisão de um povo

I. OS ANCESTRAIS DOS RE-CABITAS

Os recabitas eram midianitas, da tribo dos queueus, da qual era membro Jetro, o sogro de Moisés (Êx 2.21,22; 3.1; 18.1.2; Nm 10.29; Jz 1.16). Por sua vez, os midianitas descendiam de Midiã, filho de Abraão e sua mulher Cetura (Gn 25.2-4). Quanto a Recabe, veja o que está registrado em 2 Crônicas 2.55. Portanto, os recabitas eram quenitas aparentados com os israelitas; e acerca deles profetizou Balaão, o profeta mercenário (Nm 24.21,22).

nao tem habitação

Peregrinos em Israel, viviam uma vida nômade em tendas e eram de hábitos simples e aversos ao uso do vinho, pois nem mesmo plantavam vinhas ou construíam casas para si. Não eram idólatras, viviam por fé e obediência aos estatutos divinos. O binômio fé e obediência traduz-se por fidelidade e deve ser o constante distintivo do crente.

1) Quem era Recabe. As Escrituras não nos dizem muito sobre a pessoa de Recabe, senão que era o patriarca de uma clã da tribo dos queueus (2 Cr 2.55). Todavia, pelo que a Bíblia nos informa acerca dos seus descendentes, concluímos que era um homem de rígida moral e firme na fé, cuja característica marcante era a obediência irrestrita a Jeová, pois o seu exemplo ficou para os seus descendentes. Não são muitos os "Recabes", em nossas igrejas, hoje. A obediência à vontade de Deus, a fé e a moderação, não são as características marcantes de muitos de nós. Sirvamos a Deus com fé e obediência, como fez Recabe.

2) Jonadabe, o filho de Recabe. Ensinado a andar em obediência à vontade de Deus, Jonadabe era ferrenho adversário do culto a Baal, onde a prática da imoralidade e o desregrado consumo de vinho, bem como o sacrifício de crianças eram uma constante. Assim sendo, conhecedor dos males físicos, morais e espirituais, causados pelo vinho aos que o ingerem, Jonadabe ordenou à família dos recabitas que, em todas as suas

gerações, não bebessem vinho, e foi obedecido. Que belo exemplo para nós. Como seria bom que em nossas igrejas todos fossem obedientes aos pastores como os recabitas o foram a Jonadabe.

A Bíblia fala sobre os males causados pelo vinho, àqucles que o consomem. Veja Gn 9.20-21; Pv 20.1; 23.20,31; Is 5.11. O apóstolo Paulo aconselhou aos crentes de Éfeso a que não se embriagassem com o vinho, onde há contendas, mas que se enchessem do Espírito Santo (Ef 5.18). Veja ainda 1 Tm 3.3. Façamos como os recabitas. Ouçamos o conselho do apóstolo Paulo. Guardemo-nos de beber vinho, champanha, ou qualquer bebida alcoólica, mesmo em encontros sociais, e andemos em obediência à Palavra de Deus.

3. Jonadabe e Jeú exterminam o culto a Baal em Israel (2 Rs 10. 15-28). Jonadabe era homem fiel e obediente a Jeová, e abominava o hediondo culto a Baal Melcarte, deus nacional de Tiro, introduzido em Israel pela ímpia rainha Jezabel, mulher de Acabe e filha de Etbaal, rei de Tiro. Por isto, o Senhor o usou, juntamente com o rei Jeú (2 Rs 9.1-13), para exterminar em Israel o culto a Baal. A missão foi cumprida.

Ainda hoje Deus continua usando os que são obedientes, que não se entregam aos prazeres do vinho, à sensualidade, nem prestam culto aos modernos "baals". Que possa haver muitos "Jonadabes" em nossas igrejas, hoje. Amém.

Quem são os que não se entregam aos prazeres do vinho, à sensualidade, nem prestam culto aos modernos "baals". Que possa haver muitos "Jonadabes" em nossas igrejas, hoje. Amém.

II. O MODO DE VIDA DOS RE-CABITAS

Os recabitas viviam ordeiramente entre os israelitas, e o seu "modus vivendi" era um exemplo de moderação para o povo de Deus. A sua característica marcante era a obediência incondicional ao patriarca (líder) da clã, da família. Hoje, obediência aos pais, aos líderes da igreja, às autoridades, às leis, é coisa de um passado já remoto. Os que ainda postulam pela obediência e pelo respeito aos pais, e pela responsabilidade para com a família e a igreja, são tidos por ultrapassados, retrógrados e outros adjetivos equivalentes. Que Deus tenha misericórdia de nós. Precisamos aprender com os recabitas.

Diminuição da obediência

Fonte: Lições Bíblicas (3º trimestre, 1991, p. 46). Arquivo pessoal. A página contém pequenas anotações e marcas de leitura e estudos feitas pelo proprietário.

Quando organizaram a coletânea, os editores acreditavam e reafirmaram o papel daquelas antigas revistas na formação dos crentes das Assembleias de Deus. Ora, era essa a função da *Lições* como uma das principais publicações da Casa Publicadora. Mais que um periódico através do qual a liderança da igreja expressava a doutrina e leitura da Bíblia, era através da *Lições Bíblicas* que essa liderança procurava formar os religiosos do movimento e

forjar uma identidade que caracterizava o grupo.

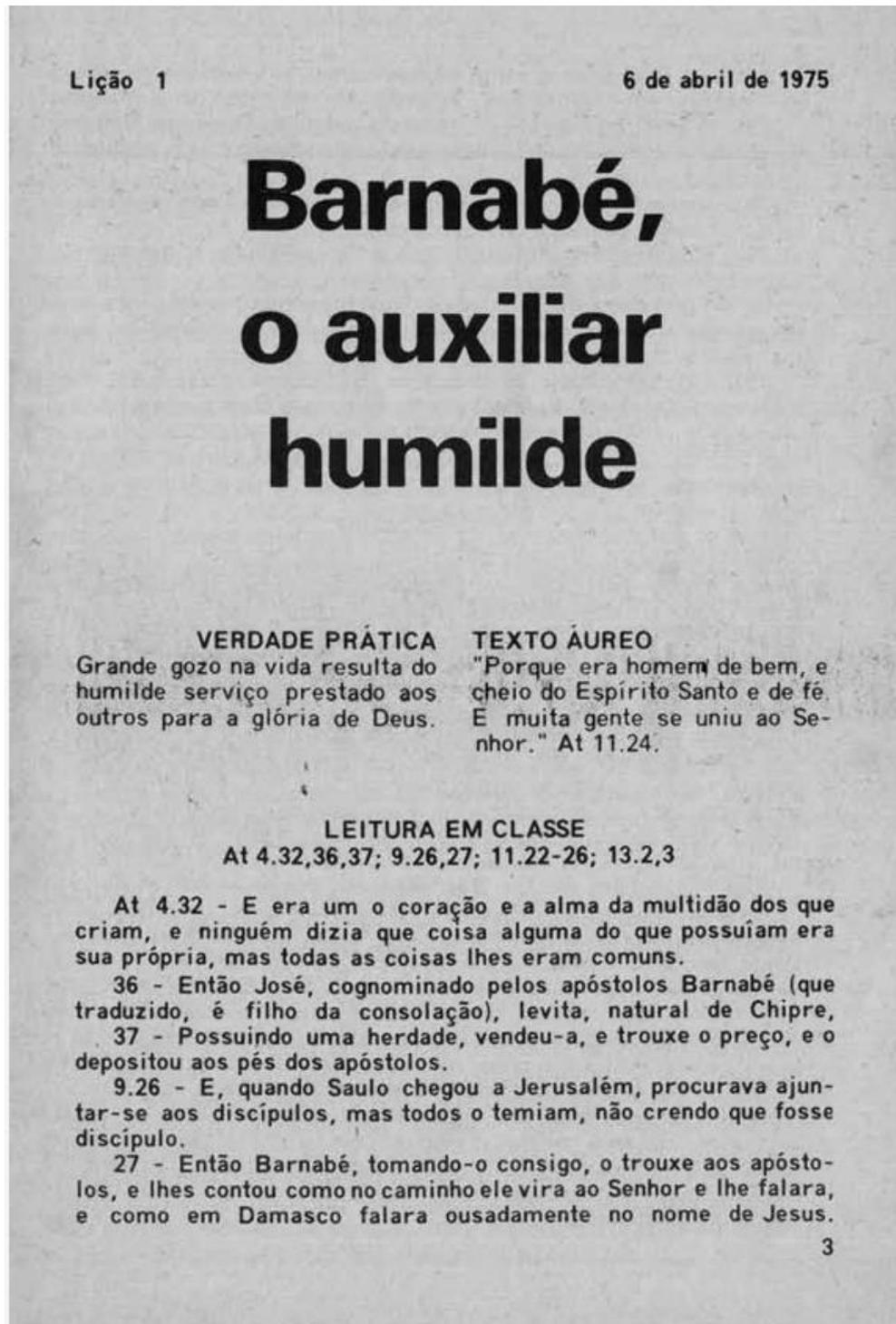
Desde o início de sua publicação, a *Lições Bíblicas* foi pensada para ser “a revista da Escola Dominical”, maneira como ela é chamada em outros textos publicados pela CPAD, em publicidades ou dentro da própria revista. Sua função como suporte didático das Escolas Dominicais definiu muito de sua forma. Desde que é trimestral¹⁴, a LB é dividida em treze lições semanais, cada uma com um tema específico relacionado ao tema geral do trimestre. Até o início dos anos 1980, foram mantidas com as mesmas características gerais como eram publicadas há anos: quase um folheto, medindo cerca de 18cm x 13cm e contando com um pouco mais que cinquenta páginas, variando a cada número. Cores apenas nas capas, que geralmente traziam desenhos de paisagens ou figuras que representavam passagens bíblicas.

A revista era dividida em lições semanais costumeiramente datadas, cada lição sendo um subtema de uma temática central do trimestre. Os textos eram organizados em pequenas seções horizontais. Antes do “comentário”, parte dos escritos propriamente ditos, cada lição era introduzida com três sessões: a) “Verdade Prática”, trazendo, em poucas linhas, uma sentença que resumisse a lição e funcionasse como um ensinamento prático; b) “Texto Áureo”, um ou dois versículos da Bíblia relacionados à temática, considerados como um texto principal da lição; c) “Leitura em Classe”, um trecho bíblico, geralmente incluindo os versículos do “texto áureo”, que deveria ser lido de pé, coletivamente, no início das aulas.

Na capa da lição de 6 de abril de 1975 (figura 4), é possível perceber a indicação do tema da lição em fonte centralizada e bem maior que a do restante do texto (“Barnabé, o auxiliar humilde”). Também é possível ver a sugestão da leitura bíblica a ser feita em classe, marcada em negrito, abaixo do “Texto Áureo”, que seria o versículo principal no qual a lição é baseada. Ao lado do “Texto Áureo”, há a “Verdade Prática”. Nesta, é reforçada a ideia de que o “grande gozo” que o cristão pode ter na vida é resultado de seu serviço prestado aos outros. Assim, tal lição trazia o personagem bíblico de Barnabé como exemplo a ser seguido pelos cristãos do período. Para isso, é defendida a tese de que um comportamento humilde e uma vida marcada por atos de serviço aos outros seriam a razão e o caminho para se atingir um “grande gozo” na Terra.

¹⁴ Embora a revista já tenha sido semestral, no período aqui estudado ela é trimestral.

Figura 4 - Estrutura de capa da Lição



Fonte: Lições Bíblicas (2º trimestre, 1975, p. 3). Arquivo pessoal.

Nesse sentido, deve-se analisar esse periódico em sua singularidade na medida em que é, ao mesmo tempo, uma revista religiosa em que é comunicada uma determinada leitura de mundo para certo público leitor, mas também um recurso didático utilizado em uma

espécie de curso contínuo de formação de uma subjetividade – e, portanto, é um veículo de normas, preceitos e formalidades de um determinado grupo nos projetos de construção de certa identidade coletiva. Nos discursos ali veiculados, não só são defendidas formas de agir no mundo, mas também formas de sentir.

Ao longo dos anos, o impresso passou por transformações em seu *layout*, na quantidade de páginas, no currículo, entre outras coisas. Forma e conteúdo foram alterados para atender a novos interesses com relação à revista. As mudanças no periódico não só foram acompanhando as mudanças na própria igreja, mas são parte dessas mudanças.

Nessas poucas, frágeis e pequenas páginas, a fé e o mundo eram explicados, descritos e contados. Embora as revistas em si não fossem consideradas imutáveis ou a própria verdade (como a Bíblia o era), a verdade sobre o mundo deveria estar ali, presente naquelas letras escritas não por Deus, mas por inspiração divina. Para aqueles que as publicavam, as revistas não eram santas em si. Diferente da Bíblia, eram um conjunto de papéis que poderia ser amassado ou descartado no lixo, por exemplo. Por outro lado, quando lidas e estudadas, eram parte essencial de um ensino santo: o ensino de como ser santo. Talvez por essa crença, alguns optaram por guardá-las com carinho, como quem guarda parte daquilo que influenciou na construção daquilo que se é.

É nesse pequeno impresso oficial, produzido com cuidado para seguir a doutrina aprovada pela CGADB, que o projeto desse grupo do que é ser um verdadeiro cristão é apresentado e defendido para ser ensinado. Nele, ficaram registradas as mudanças nesse projeto e as guerras que a igreja se percebia travando com o mundo e consigo mesma. Mais do que possibilitar uma análise de como a liderança assembleiana procura formar o caráter e as formas de ser no mundo dos membros, tal impresso permite notar como essa igreja vai se formando e como esse imaginário se transforma, inclusive por meio de tensões e sutis incoerências nos discursos daqueles que produzem esses textos e, portanto, falam em nome do movimento.

Se o objetivo da revista da Escola Dominical é guiar o processo de formação do cristão em todos os aspectos, inclusive no emocional, não é estranho que nelas seja comentado sobre o que chamam de felicidade. Para Antônio Gilberto, um dos mais importantes comentaristas das revistas Lições Bíblicas e idealizadores da Escola Dominical, a função desta deveria ser ampla em seu caráter formativo, vendo o aluno em toda sua complexidade, razão e coração, para formar nele o caráter cristão:

A escola secular instrui e contribui para a formação de bons hábitos, mas não

promove a formação do caráter genuinamente cristão. Ela visa com prioridade o intelecto do aluno. Já a Escola Dominical, sendo genuinamente bíblica, educa e instrui, mediante o ensino da Palavra, visando prioritariamente o coração do aluno. A ordem divina vista em Hebreus 10.16 não deve ser alterada: coração e mente, e não ao contrário. A Escola Dominical evangeliza enquanto ensina. Para tanto, toda lição nunca deve ser concluída sem uma aplicação pessoal, específica, evangelística. Quem evangeliza fala ao coração, e quem ensina fala ao raciocínio, à inteligência, dependendo, é evidente, do Espírito Santo (SILVA, 1998, p. 126).

Não é em vão que a felicidade aparece assim, por vezes de um modo um tanto sutil, em meio às lições e ensinamentos. Se aparece, é porque aqueles que escrevem esses textos a entendem como um desejo humano e procuram associá-la a uma vida alinhada aos princípios da relação com Deus. Mais que isso, por vezes escrevem que a felicidade humana é, na verdade, um desejo do próprio Deus ou que “ainda hoje Deus espera que cada um se volte para Cristo, a fim de encontrar felicidade” (LIÇÕES BÍBLICAS, 4º trimestre, 1976, p. 27). Se aqui a felicidade é um objetivo alcançável pelo ser humano, ela é atrelada ao relacionamento com o Deus cristão. Dessa forma, é estabelecida uma associação entre os mundos espiritual e físico de maneira que, dentro da doutrina ensinada nas revistas, os dois não podem ser desagregados, já que as ações referentes a um deles traz consequências que afetam o outro, reciprocamente.

Se alcançar a felicidade é o fim, “voltar-se para Cristo” é um caminho que envolve uma série de práticas. Não coincidentemente, essa frase faz parte de uma lição de 1976 cujo tema é obediência, entendida como um valor essencial ao cristão. Obediência essa que deve ser primeiramente a Deus, mas também a qualquer autoridade, inclusive a liderança da igreja. Entre esta, pastores e professores da Escola Dominical. No título da lição, escrito em uma fonte centralizada e destacada em negrito, a frase “Vida Vitoriosa Através da Obediência” transmite a ideia de que é a obediência que gera recompensas grandiosas, superiores a qualquer alegria terrena. A mesma ideia aparece em um texto de um número do primeiro trimestre de 1978:

Muitos julgam insequente percorrer o caminho da cruz, e daí vivem em busca do prazer. Mas tais pessoas não encontram a felicidade que almejam. A rainha Elizabeth I, da Inglaterra, foi mulher que deu rédeas soltas à carne, em busca da alegria do mundo. Mas no leito de morte, apavorada, ao pensar na eternidade ela exclamou: “darei todas as minhas possessões a quem me der um momento mais de vida.”! E morreu sem conseguir este momento. Um famoso ator, Edmundo Burke, também experimentou isto ao morrer: “não daria nada por tudo o que se chama fama do mundo.” Ainda um outro exclamou: “parece que estou perdendo o juízo...! Tal era a angústia de sua alma ao enfrentar a morte. De fato, a verdadeira felicidade não se encontra em viver para si mesmo, mas sim em servir ao Senhor e ao próximo. É o pior negócio que o homem faz, o de trocar sua alma pelos prazeres deste mundo (LIÇÕES BÍBLICAS, 1º trimestre, 1978, p. 52).

Ao falar da busca da felicidade e do prazer, o autor do trecho acima recorre a histórias que possam servir de exemplo sobre as ilusões de se empenhar em procurar uma felicidade terrena, física, abrindo mão daquilo que seria o mais importante: a alma. Os exemplos não são acompanhados de qualquer fonte das informações. Até porque, nesse caso, a veracidade dos exemplos importava muito menos que a lição que deles poderia ser tirada. A verdade aqui não estava no fato de a rainha Elizabeth ou Edmundo Burke realmente terem dito tais coisas, mas na construção da narrativa que opõe a “verdadeira felicidade” e a falsa felicidade, enfatizando o sentimento de desespero de quem priorizou os prazeres terrenos.

Felicidade, vitória, obediência e servidão são palavras que marcaram presença na escrita das revistas *Lições Bíblicas* e, portanto, no principal espaço de formação dos cristãos assembleianos. A crença na felicidade faz parte desse processo formativo. Se o “mundo” fala de felicidade segundo outros princípios que diferem desse pensamento cristão, cabe a eles disputar espaço e falar de uma felicidade verdadeira, diferente. É preciso, entretanto, convencer esses leitores de que a “verdadeira felicidade” de que se fala é real, de que os caminhos ali indicados para conquistá-la são reais e de que ela pode ser, assim como a santidade, ensinada e aprendida. Ensinar o que é a felicidade verdadeira e como conquistá-la não é função para qualquer um. Se há uma felicidade verdadeira, há um jeito certo de ser feliz. Quem está autorizado a falar sobre ela e apontar os caminhos para alcançá-la está autorizado a dizer a própria verdade. Um lugar escolhido pela liderança assembleiana para esse exercício de falar sobre a verdade foi a revista *Lições Bíblicas*. A poucos caberia escrevê-la, a alguns outros ensinar o que nelas estava escrito. A outros, cabia a obediência aos escritos da revista que também era, de muitas formas, um manual de fé e de vida.

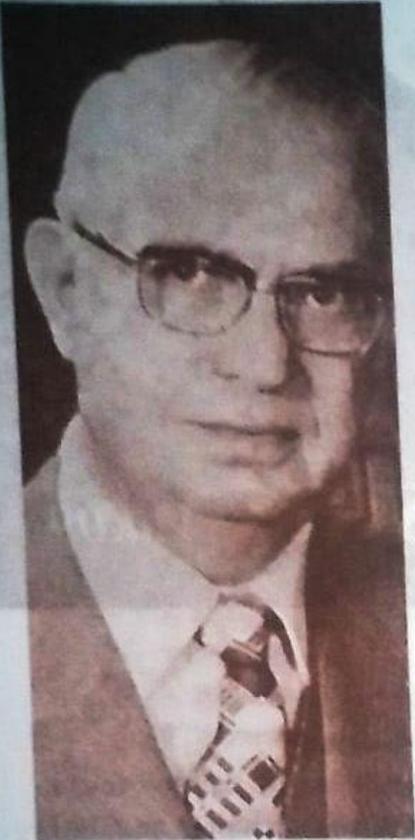
2.3 Escrita e Verdade

A permissão para falar com tamanha autoridade sobre o verdadeiro e o falso dentro de um espaço oficial como a LB era dada a alguns poucos que conquistaram certo reconhecimento como conhecedores da Bíblia e da vontade de Deus e, portanto, da própria verdade. Na já citada coletânea das *Lições Bíblicas* publicada pela CPAD há um espaço, logo nas primeiras páginas, dedicado à apresentação daqueles que foram responsáveis pela sessão de comentário das revistas ali publicadas. Nesse espaço, o pequeno texto de apresentação que cada um recebe vem acompanhado de uma foto. O nome ganha rosto. Os olhares sérios e os cabelos bem cortados dos homens nas imagens parecem fazer uma boa combinação com os paletós e gravatas, passando um ar de seriedade e poder. Não há coincidência: o padrão de

cabelo curto e tal indumentária são característicos dos líderes das Assembleias de Deus. Foram fotografados na posição de obreiros, vestidos como era exigido dos obreiros em exercício.

Na apresentação que vem abaixo dos nomes e ao lado das fotos, a ordem dos fatos é bastante limitada: o indivíduo nasce, cria uma ligação com as Assembleias de Deus, assume um lugar de autoridade na igreja, escreve os comentários para o periódico e morre. Por vezes, essa apresentação é adicionada de detalhes como o batismo com o Espírito Santo, a formação teológica ou a publicação de livros. Visto no conjunto com as fotos, as apresentações não buscam introduzir sujeitos em suas individualidades, mas autores com todo o sistema que lhes dá autoridade para falar. Daí as fotografias vestindo a correta indumentária. Daí a seleção dos fatos contados nos textos de apresentação. A vida é narrada na medida em que é importante para a sustentação da função de comentarista, ou da função-autor. Se toda apresentação é uma forma de apagamento para que seja visto aquilo que se quer fazer ver do apresentado, nessas apresentações curtas dos comentaristas, a identidade civil do sujeito é apagada de forma que suma o indivíduo e apareça o cristão, o pastor, o missionário, o assembleiano e, assim, faça existir o comentarista.

Figura 5 - Fotos e biografias dos comentadores das lições bíblicas entre 1976-1980



Nels Lawrence Olson

Nasceu em 1910, nos Estados Unidos. Converteu-se aos 11 anos de idade, recebeu o batismo com o Espírito Santo aos 16 anos. Formado em Teologia pelo Central Bible College, pastoreou duas igrejas antes de vir para o Brasil. Chegou ao solo brasileiro, com a família, em 1938. Atuou na fundação de várias igrejas no interior do Estado de Minas Gerais, onde também iniciou o seu ministério de radioevangelismo. Apesar de ter atuado como pastor de igrejas, dedicou-se mais inteiramente ao ensino da Palavra, ao ministério da literatura junto à CPAD, ao ensino teológico. Nessas áreas, seus marcos foram o ensino em escolas bíblicas, tradução e publicação de livros teológicos, artigos e colunas nos periódicos da CPAD, o lançamento do programa de rádio dominical "Voz das Assembleias de Deus" em 1955 e a fundação do Instituto Bíblico Pentecostal (IBP) em 1961. Durante mais de 30 anos foi comentarista das *Lições Bíblicas*. Faleceu em 1993, nos Estados Unidos, aos 83 anos.



Eurico Bergstén

Nasceu em 1913, na Finlândia. Chegou ao Brasil em 1948, com a família, enviado pela Missão Sueca. Atuou junto às Assembleias de Deus de Belo Horizonte (MG), Salvador (BA), Recife (PE), Belenzinho (São Paulo) e Rio de Janeiro (SP). Foi articulista e colunista dos periódicos da CPAD e escreveu livros. Ensinador frequente da Palavra de Deus em escolas bíblicas por todo o país, escreveu 35 comentários para as *Lições Bíblicas*. Em 1999, a CPAD juntou seus cinco livros teológicos e editou a obra *Teologia Sistemática*. Faleceu em 1999, na cidade de São Paulo, aos 85 anos.

Fonte: Coleção Lições Bíblicas (2013, p. X).

Apresentações como essas não constam, entretanto, nas próprias revistas. Nelas, havia apenas a indicação do nome do responsável pelo comentário, por vezes acompanhado do título que apresentava o grau na hierarquia de poder do autor dos textos dentro da igreja, como pastor ou missionário. Se na coletânea o apagamento do indivíduo para fazer aparecer o autor é já tão perceptível, esse processo é, nas revistas, ainda mais notável: basta um nome geralmente ligado a um título como missionário ou pastor para autorizar o que é dito. Até porque o lugar onde o nome e o título estão também participa dessa autorização: é uma revista publicada pela Casa Publicadora das Assembleias, editora oficial ligada à Convenção Geral, com setores específicos responsáveis pela adequação da revista às doutrinas e normas da igreja. O lugar também autoriza o nome. Quem diz não é apenas o comentarista, mas também a instituição.

Além disso, tais nomes se repetiam com frequência, o que leva a crer que passavam a ser reconhecidos pelos leitores. A razão da repetição é simples: os comentaristas formavam um grupo selecionado e bem definido, contando com nomes que permaneciam na função por décadas. Entre 1971 e 1980, por exemplo, o impresso *Lições Bíblicas* contou com apenas cinco comentaristas, todos ocupando altas posições na hierarquia de poder da CGADB. A limitação do grupo responsável pelos comentários mantinha a fabricação do discurso nas mãos de poucos, o que era essencial considerando a importância e o alcance da *Lições Bíblicas* para o movimento. Também, é preciso considerar que tais autores, como já ocupavam altas funções na administração da igreja, poderiam já ter seus nomes conhecidos por um grande número de fiéis, dispensando uma apresentação detalhada.

Na apresentação da coletânea já citada, há a afirmação de que, em algumas publicações de períodos anteriores, não é possível identificar o nome dos comentadores. Não se diz, entretanto, a razão dessa dificuldade, se é um caso de danificação dos arquivos, por exemplo. Nesse caso, pode-se supor que, talvez, não exista a menção ao nome do comentarista. Poderia, em algum momento, essa identificação não ter sido considerada importante? Se for o caso, em algum momento ela passou a ser, fazendo com que a instituição, pelo nome da editora e sua relação com a igreja, não bastasse apenas, havendo a necessidade de atribuir o discurso, tornando-o responsabilidade de alguém.

Comentadores: assim são chamados os responsáveis por escrever os textos do periódico. Não autores, não redatores, mas comentadores de trechos da Bíblia. Assim, procura-se deixar claro que aquele que diz segue outra autoridade: o que é dito ali não é o seu próprio pensamento, mas interpretações da narrativa bíblica. Nesse sentido, o próprio discurso bíblico é colocado como um limite daquilo que pode ou não ser dito. Se a Bíblia é a própria

verdade, nenhuma outra verdade pode ser dita que a contrarie. É necessário dizer que, embora diversas vezes seja feita menção a uma habilitação espiritual dos comentadores, que devem ser guiados pelo Espírito Santo, também é ressaltado o caráter falho dos autores e a incompletude dos textos, que poderia conter falhas ou sofrer alterações devido aos costumes do tempo em que é escrito. Em outras palavras, de forma alguma se trata de um escrito santo tal qual a Bíblia. A atribuição do texto ao nome funciona aqui, então, de duas maneiras: por um lado, a importância desses sujeitos dentro do movimento é parte daquilo que legitima seus textos; por outro lado, responsabiliza os autores pelo que é dito, reforçando o caráter humano e falho daqueles que escrevem, mesmo que o texto final seja produto da avaliação e aprovação de conselhos.

Michel Foucault (2009), ao tratar das “doutrinas” (religiosas, filosóficas ou políticas), afirma ser uma característica destas uma relação de dupla sujeição: de quem fala aos discursos e dos discursos ao grupo que fala. Em outras palavras, para o autor, a pertença doutrinária coloca em questionamento tanto o próprio discurso quanto o sujeito que o profere, e um através do outro, podendo o sujeito que fala ser questionado a partir do que diz quanto o que é dito a partir do sujeito que fala. Além disso, para Foucault, os discursos doutrinários tanto ligam os indivíduos a certo tipo de anunciação como, proibindo a esses indivíduos outros tipos de anunciação, serve para diferenciá-los de todos os outros. Daí a importância, nesse tipo de discurso, não só do texto, mas de quem o faz.

Nessa invenção, não se pode ignorar o elemento da espiritualidade. Em um espaço impresso em que se defende a Bíblia como a legítima palavra de Deus, é preciso fortalecer a ideia de que aquele que fala sobre essa palavra é autorizado pelo próprio Deus para tal. Daí, então, a necessidade de ressaltar a “consagração” dos comentadores, sua habilitação espiritual para falar a verdade sobre a Verdade. Por outro lado, para que essa função exista, é também preciso que fique clara uma distinção: quem escreve os comentários não é Deus, mas homens autorizados a isso pela consagração divina. Ainda assim, quem reconhece essa consagração são os pares dentro da autoridade religiosa das Assembleias de Deus pelo julgamento da vida e do discurso desses indivíduos.

Assim, mesmo essa autoridade espiritual do indivíduo que se torna comentarista é reconhecida por uma espécie de polícia discursiva do grupo religioso em que ele está inserido. A partir do estabelecimento de certos limites para o dito, tais como a doutrina oficial da igreja e o próprio texto bíblico, o comentador é questionado pelo que escreve, ao mesmo tempo em que o escrito é questionado a partir de quem o diz, considerando-se sua pertença prévia ao grupo. Pertença prévia demonstrada não só pelo título que antecede o nome, mas também pelo

uso do pronome “nós” ao longo dos textos, criando uma identificação com o leitor ao demonstrar que a competência para afirmação vem também de seu conhecimento e vivência como parte do grupo. Para que a autoridade funcione, não basta conhecer a Bíblia ou possuir formação teológica: é preciso ser igreja, ser cristão assembleiano.

Em “A Ordem do Discurso” (2009), Foucault chega a tratar do comentário como um princípio de rarefação do discurso. Para o autor, o papel do comentário é dizer aquilo que já estava articulado no texto primeiro numa dinâmica paradoxal em que se procura dizer pela primeira vez algo que já foi dito e repetir aquilo que jamais foi dito. É nesse sentido que o texto das revistas *Lições Bíblicas* consegue construir sua legitimidade. A proposta é dizer algo para além da narrativa bíblica, retornando a ela a partir do que são considerados os problemas urgentes do momento, com a condição, entretanto, de que ela seja dita e reforçada, aparecendo como a base de qualquer coisa falada.

O fato é que, nessa construção do texto, apaga-se o trabalho daquele que escreve, um trabalho de morte e vida. Morte porque, ao recortar o texto bíblico, aplicando-o a um tema, escolhendo as passagens de acordo com o que deve ou não ser dito segundo regras definidas que não dizem respeito apenas ao indivíduo que escreve, mas a toda a máquina que faz com que o discurso circule e funcione, os comentadores cortam, descartam, produzem restos. Trabalho de vida porque, a partir desses cortes, esses mesmos comentaristas organizam, criam e dão sentido ao texto bíblico a partir de questões de um tempo próprio. Não é dessa maneira, que, por exemplo, na década de 1980, começa-se a se defender no espaço dessas revistas a inserção do cristão assembleiano na política, embora com certas condições, quando nos anos 1960 e 1970 essa possibilidade sequer era considerada? Não é dessa maneira que, também na década de 1980, os textos da Bíblia passam a ser articulados pelos comentadores na defesa de discursos que vão de encontro às políticas de esquerda? É também assim que são produzidos os discursos sobre o bem-estar e a felicidade, temas que vão ganhando relevância e são encarados de formas diferentes ao longo dos anos.

O material didático essencial para as Escolas Dominicais não eram muito diferentes daquilo que o cristão assembleiano já deveria levar consigo para participar de um culto comum: Bíblia e hinário, com o acréscimo da revista do trimestre. Alguns alunos mais preparados provavelmente levariam caneta e um caderno para anotações, já que, antes dos anos 1980, os espaços para anotações não era comuns nas revistas.

No canto superior esquerdo de cada lição da LB, constava a data da reunião em que aquele tema seria estudado na Escola Dominical, visto que normalmente os encontros são, ainda hoje, aos domingos pela manhã. Uma forma não tão sutil de controle do tempo que

seria dedicado pelas congregações aos estudos religiosos e de busca por garantir que os membros das Assembleias de Deus de todo país estariam estudando a mesma lição no mesmo momento, como um grande coletivo. Talvez, também uma maneira de fortalecer o sentimento de união do movimento que, mesmo diverso, procurava manter determinado senso de identidade e coletividade. O tempo como alvo de controle também aparecia nas instruções dadas sobre o período adequado de duração das aulas (50 minutos), bem como dos outros momentos da Escola Dominical, tais como oração, cânticos, etc.

Controle e organização do tempo das Escolas Dominicais foram um dos temas abordados no Manual da Escola Dominical, escrito por Antônio Gilberto. A primeira edição do livro foi publicada em 1974 como material do Curso de Aperfeiçoamento de Professores da Escola Dominical- CAPED, lançado naquele ano em conjunto com a criação do Departamento de Escola Dominical da CPAD.

A criação do CAPED e a criação de um departamento específico para discussões sobre a ED dentro da editora oficial fazem parte de um conjunto de medidas tomadas pela Convenção Geral principalmente nas décadas de 1970 e 1980. Implementadas em diversos setores da igreja, tais medidas tinham por objetivo reorganizar o movimento pentecostal Assembleias de Deus, fortalecendo a doutrina e garantindo maior controle sobre as igrejas assembleianas.

Segundo o historiador Wesley Américo B. G. de Paula, o movimento assembleiano das primeiras décadas do século XX era bastante descentralizado e pouco definido:

Como dissemos anteriormente, o movimento pentecostal assembleiano desenvolveu-se rapidamente, alcançando locais distantes, sem nenhum tipo de controle sobre os discursos, sobre a formação de obreiros, sobre o que era pregado e transmitido nestas comunidades, sobre os locais e comunidades implementadas, sobre o que era apresentado como base do movimento assembleiano, enfim, a Assembleia de Deus foi crescendo sem uma construção teológica, estrutural e doutrinária pré-definida (PAULA, 2013, p. 132).

Essa foi a razão de, nos anos 1930, a Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil-CGADB ter sido criada. Por outro lado, o problema de garantir que aquilo que fosse decidido dentro da Convenção Geral chegaria até as pequenas igrejas, distantes do núcleo da liderança, permanecia. Um dos caminhos encontrados foi, então, o fortalecimento da Escola Dominical como um dos principais espaços de ensino da correta doutrina, um momento em que a alta liderança das Assembleias de Deus falava aos congregados. Por isso, Wesley Américo de Paula afirmou que “a Escola Dominical era o momento propício para a prática do discurso doutrinário da denominação, transmitindo assim as diretrizes teológicas

determinadas pela liderança” (PAULA, 2013, p. 134).

O fortalecimento da Escola Dominical passou pela criação de mecanismos que assegurassem um maior controle do que era ensinado nas pequenas congregações. Daí a idealização de um curso que percorresse o país promovendo formações para professores da Escola Dominical. Assim foi criado o CAPED que, por sua vez, tinha o Manual da Escola Dominical como material orientador. No curso, os professores se tornavam alunos e eram ensinados não só a ensinar segundo a doutrina da igreja, mas a colocar em prática e administrar toda a organização projetada pela liderança para esse espaço de formação cristã. Mesmo aos professores de Escolas Dominicais que não pudessem participar do curso, o Manual era leitura indicada e tida como necessária.

Já na Apresentação do Manual da Escola Dominical, o pastor Túlio Barros Ferreira defendeu a importância do CAPED e dos trabalhos voltados para o ensino cristão dentro das igrejas:

Tempos houve em que a Escola Dominical esteve relegada a um plano inferior no contexto das grandes realizações da Igreja do Senhor. E chegou, todavia, um sentimento diferente, altruísta e edificante no tocante a essa que é, sem favor, a maior escola do mundo. Saudamos bem-vindo esse manual, ao mesmo tempo em que o apresentamos aos milhares de professores de nossas inúmeras Escolas Dominicais na certeza de que o despertamento, que já atingiu as mais diferentes áreas de atividades do povo de Deus no Brasil, alcance, de igual modo, o setor de ensino da Igreja, através de métodos realmente compatíveis com as circunstâncias de uma época crítica, em que as forças opressoras do inimigo tudo fazem para deter a marcha do Evangelho. Contemplamos, por fé, a áurea época em que a Escola Dominical será uma instituição líder na Igreja, com professores adestrados no Espírito e no entendimento — e estamos cômnicos de que este manual ajudará a tornar possível este anelo. Jesus dedicou um terço do seu ministério ao ensino (Mt 4.23), e a Igreja não poderá seguir outra rota. Ensinar a verdade, ministrar a Palavra, revelar os mistérios, repartir o tesouro, eis a tarefa da Escola Dominical. Para essa missão, estão sendo convocados todos os homens de ideal e cheios do Espírito Santo. E, como a cada soldado deve ser oferecida a respectiva arma, este manual surge como um precioso instrumento de trabalho para uma ação mais eficiente e eficaz de nossa Escola Dominical (FERREIRA, 1998, p. 11-12).

Com essa apresentação, o pastor reforçava o empenho em valorizar a Escola Dominical como um espaço no qual a própria verdade seria ensinada por aqueles que receberiam um preparo não apenas espiritual, mas também teológico. O curso vem, assim, complementar essa formação que deveria abranger espírito e mente. Essa ideia, entretanto, não parecia agradar toda a igreja. Isso talvez justifique o cuidado com as palavras com que João Pereira de Andrade e Silva, então diretor de publicações da CPAD, defendeu o CAPED e o próprio Manual no prefácio de sua primeira edição. Ocupando o mais alto cargo da editora, o pastor João Pereira fez questão de tranquilizar a igreja afirmando que o CAPED não tinha

qualquer intenção de modificar a doutrina e costumes da Assembleia de Deus, mas de, na verdade, conservá-los enquanto corrigia falhas e preenchia lacunas.

De forma semelhante, o autor do Manual da Escola Dominical também defende a importância do ensino cristão e justifica a realização do CAPED:

Uma palavra final que reputamos oportuna: se não ensinarmos a Palavra de Deus às nossas crianças e aos novos convertidos, outros o farão, inoculando neles o veneno do erro das tendências negativas. O futuro espiritual deles depende, pois, do que lhes ensinarmos agora, da parte de Deus. Por outro lado, se não treinarmos nossos professores, eles procurarão melhorar seus conhecimentos bíblicos de outra maneira, para fazerem face às necessidades com que se deparam ante alunos cada vez mais ávidos pelo saber. Não há poder suasório capaz de estimular um aluno a frequentar uma Escola Dominical onde ele ouve sempre o que já sabe, ou aprende sozinho e com menos esforço aquilo que depois lhe é ensinado (SILVA, 1998, p 15-16).

Nas palavras dos pastores Túlio Barros Ferreira e de Antônio Gilberto, há um detalhe em comum: quando justificam o rigor no ensino cristão e a formação de líderes educadores, ambos recorrem a um tom alarmante que põe a igreja em peleja contra um inimigo. Na Apresentação escrita por Túlio Barros, o inimigo é uma “época crítica”, que, por sua vez, é causada não pela mera ação humana, mas por forças espirituais. A atribuição de determinados problemas ao tempo, ao momento em que se vive, é um traço comum nos discursos das Assembleias de Deus, principalmente em textos como os da revista *Lições Bíblicas*. A ideia de um presente sempre crítico parece ser essencial para manter a igreja em postura de alerta constante. Os “problemas da época”, entretanto, variam e mudam ao longo dos anos. Nas últimas décadas do século XX algumas questões são recorrentes nos temas da revista da Escola Dominical: comunismo, feminismo, aborto, progresso científico e televisão são questões que volta e meia merecem destaque como características de um tempo em crise.

Na Introdução do próprio Antônio Gilberto, o inimigo vem na forma daqueles que ensinam as “tendências negativas” ou no que são considerados falsos ensinamentos bíblicos. Em outras palavras, o inimigo aqui é qualquer ensino, mesmo que cristão, que contrarie a doutrina das Assembleias de Deus. Tais inimigos ganharam lições específicas e até números inteiros da *Lições Bíblicas*. As chamadas “falsas doutrinas” incluem desde o espiritismo a novos movimentos pentecostais que começavam a ganhar espaço no Brasil. Segundo Wesley Américo de Paula (2013), a década de 1970 foi marcada pela fundação de igrejas neopentecostais como a Universal do Reino de Deus e Nova Vida, frutos de uma “terceira onda” do pentecostalismo no Brasil. É também a década da ascensão de igrejas do pentecostalismo de “segunda onda”, como “O Brasil para Cristo”, “Deus é Amor” e “Evangelho Quadrangular”.

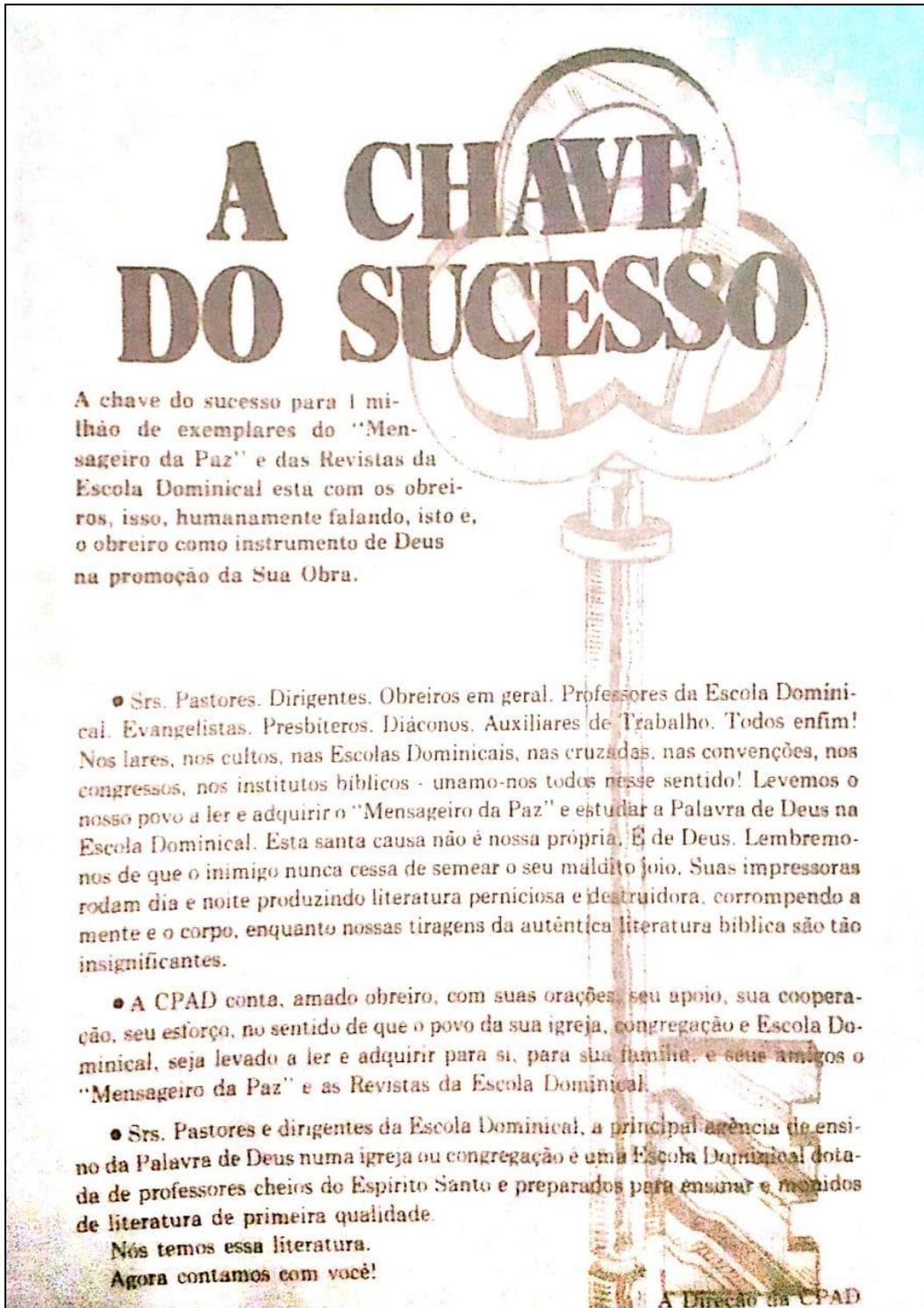
Ao que se percebe, a liderança das Assembleias de Deus do Brasil se coloca em conflito com dois inimigos: a) o que chamam de “mundo”, b) as “falsas doutrinas”, que mesmo cristãs, seguem diferentes leituras da Bíblia e outros modos de vida baseados na fé. Há, entretanto, um terceiro campo de conflitos, este interno, dentro das próprias Assembleias de Deus, envolvendo a busca de certa definição e centralização do movimento diante de sua diversidade.

Em todo o caso, a figura do inimigo é uma marca que se faz presente quase sempre que é preciso justificar alguma inovação dentro da igreja. É por meio da invenção do inimigo que a igreja se fundamenta e se legitima. Ao manter sempre constante a ideia de que há um adversário hostil em ataque que precisa ser combatido, procura-se colocar os fiéis sempre em posição de combate, a igreja assumindo uma postura de guerra. Assim, nas décadas de 1970 e 1980, o ensino bíblico controlado e orientado é interpretado e defendido como uma arma.

Esse caráter combativo da igreja também aparece nas campanhas pela ampliação da tiragem dos impressos da CPAD. Na última página do primeiro número de 1980 da LB, o título “A Chave do Sucesso” (figura 6), centralizado e com a figura de uma chave ocupando toda a página, é seguido de um texto assinado pela direção da CPAD, divulgando uma campanha:

Levemos o nosso povo a ler e adquirir o “Mensagem da Paz” e estudar a Palavra de Deus na Escola Dominical. Esta santa causa não é nossa própria. É de Deus. Lembremo-nos que o inimigo nunca cessa de semear o seu maldito joio. Suas impressoras rodam dia e noite produzindo literatura perniciososa e destruidora, corrompendo a mente e o corpo, enquanto nossas tiragens da autêntica literatura bíblica são tão insignificantes (LIÇÕES BIBLÍCAS, primeiro trimestre de 1980, p. 65).

Figura 6 - A chave do sucesso



A CHAVE DO SUCESSO

A chave do sucesso para 1 milhão de exemplares do "Mensageiro da Paz" e das Revistas da Escola Dominical está com os obreiros, isso, humanamente falando, isto é, o obreiro como instrumento de Deus na promoção da Sua Obra.

- Srs. Pastores. Dirigentes. Obreiros em geral. Professores da Escola Dominical. Evangelistas. Presbíteros. Diáconos. Auxiliares de Trabalho. Todos enfim! Nos lares, nos cultos, nas Escolas Dominicais, nas cruzadas, nas convenções, nos congressos, nos institutos bíblicos - unamo-nos todos nesse sentido! Levemos o nosso povo a ler e adquirir o "Mensageiro da Paz" e estudar a Palavra de Deus na Escola Dominical. Esta santa causa não é nossa própria. É de Deus. Lembremo-nos de que o inimigo nunca cessa de semear o seu maldito joio. Suas impressoras rodam dia e noite produzindo literatura perniciosa e destruidora, corrompendo a mente e o corpo, enquanto nossas tiragens da autêntica literatura bíblica são tão insignificantes.
- A CPAD conta, amado obreiro, com suas orações, seu apoio, sua cooperação, seu esforço, no sentido de que o povo da sua igreja, congregação e Escola Dominical, seja levado a ler e adquirir para si, para sua família, e seus amigos o "Mensageiro da Paz" e as Revistas da Escola Dominical.
- Srs. Pastores e dirigentes da Escola Dominical, a principal agência de ensino da Palavra de Deus numa igreja ou congregação é uma Escola Dominical dotada de professores cheios do Espírito Santo e preparados para ensinar e ensinar de literatura de primeira qualidade.
Nós temos essa literatura.
Agora contamos com você!

A Direção da CPAD

Fonte: Lições Bíblicas (1º trimestre, 1980, p. 65).

Anúncios como esse são comuns nas páginas da Lições Bíblicas no início da década de 1980. Por vezes, ocupam meia página ou páginas inteiras. Trata-se da divulgação de um projeto um tanto ambicioso: expandir para um milhão de exemplares a tiragem do

jornal *Mensageiro da Paz* e das revistas da Escola Dominical. Tal projeto era fruto do mesmo sentimento que motivou a criação do CAPED e do Departamento da Escola Dominical na década anterior: o desejo da alta liderança das AD's de ter maior controle sobre o que era ensinado e aprendido pelos fiéis. Se a expansão da tiragem do *Mensageiro da Paz* faria circular as decisões dos pastores da Convenção Geral, a ampliação do número de publicações da *Lições Bíblicas* poderia assegurar que cada membro tivesse acesso a sua própria revista para as aulas da Escola Dominical e assim pudessem ler por si próprios os escritos dos principais idealizadores da identidade cristã assembleiana. No caso, era uma tentativa de assegurar uma comunicação mais direta entre os grandes pastores e os fiéis, sem que ela fosse interrompida de forma alguma pelo professor da Escola Dominical ou pelo pastorado local, buscando evitar, assim, a proliferação de ensinamentos que contrariassem a doutrina oficial.

Nas divulgações, a campanha é apresentada como de interesse coletivo e, portanto, apela para um empenho coletivo. Em um anúncio de página inteira na contracapa do número citado, o projeto é mencionado pela primeira vez:

Você, leitor, entre nessa campanha em nome de Jesus e responda a esse desafio, porque a causa é do Senhor. Lembre-se de que a Igreja somos todos nós - inclusive eu e você. [...] Não se trata de campanha lucrativa para a CPAD, mas primordialmente de expansão do reino de Deus e edificação espiritual do seu povo, através da página impressa, sadia edificante e conservadora. [...] Explicamos. O "Mensageiro da Paz" é o veículo das boas-novas da salvação, de matéria doutrinária para a nutrição e crescimento espiritual do povo de Deus, estampando também notícias do que Deus está fazendo em nosso país e nos seus campos missionários. As Revistas da Escola Dominical, por sua vez contêm a apropriada matéria bíblica seguida, para o estudo em classe da Palavra de Deus, para a correta formação espiritual e moral do nosso povo, das nossas famílias (LIÇÕES BÍBLICAS, primeiro trimestre, 1980, contracapa)

Assim, é feito um convite a todos os membros da igreja, incentivando-os a participar do projeto adquirindo mais revistas e revendendo publicações da CPAD. Trata-se de um convite que se repete em diversas páginas da revista, comumente anunciado como parte do dever cristão de evangelização. Apoiar a campanha e ajudar no seu sucesso deveria ser, então, entendido como um dever de todos os crentes e como prova de sua dedicação.

Se o elemento do inimigo hostil aparece mais uma vez nos discursos oficiais das Assembleias de Deus, agora justificando a urgência da ampliação das publicações, o inimigo¹⁵ aqui é apresentado como o responsável pela produção de "literatura perniciosa". Nesse sentido, os próprios impressos são entendidos como armas em uma guerra por subjetividades.

¹⁵ Aqui um inimigo espiritual, já que inimigo é um termo comum usado por protestantes para se referir a figura do diabo cristão ou a demônios em geral como seres capazes de agir na terra, encontrando meios de atacar a igreja e a sociedade como um todo.

Como veículos de ideias do inimigo, as editoras e publicações “mundanas” devem ser combatidas. Ao colocar em cena um oponente, delineando e descrevendo suas ações e planos de ataque, a igreja se inventa pela oposição a ele. Em outras palavras, é na invenção do inimigo a ser combatido que a igreja se inventa: em oposição à literatura perniciosa e destruidora, a igreja possui a página impressa “sadia, edificante e conservadora”.

Entre as revistas que poderiam estar incluídas no grupo dos impressos a serem combatidas, a *Veja* e a *Cláudia* merecem destaque. Embora trabalhem com públicos-alvo diferentes, as duas ilustravam muito do universo e do imaginário das classes médias no Brasil, falando sobre corpos, desejos e expectativas. Falando, inclusive, sobre estratégias para uma vida plena e feliz. Nas últimas décadas do século XX o mercado editorial de jornais e revistas brasileiras passou por grande segmentação, levando a produção de impressos voltados para diversas identidades e interesses. Assim, nas capas de diversas revistas que circulavam no período era possível enxergar diferentes formas de ser e viver anunciadas em matérias sobre modas, políticas e comportamentos. Novas igrejas também começavam a procurar conquistar sua fatia nos meios de comunicação. As estratégias da CPAD para ampliar o número e alcance de suas publicações integram formas de disputar lugar no mercado editorial brasileiro.

Para alcançar o objetivo, a direção da Casa Publicadora empreendeu transformações na forma e organização das revistas da Escola Dominical e na própria Escola Dominical. A reformulação das revistas e da ED já estava sendo planejada desde o fim da década de 1970, mas só a partir de 1980 é colocada em prática.

Uma das primeiras medidas desse processo de reformulação foi a criação de Comissão de Doutrina da CPAD em 1977, que seria responsável pelas decisões referentes ao conteúdo da *Lições Bíblicas*. No mesmo ano, foi aprovada uma comissão responsável por pensar um novo currículo para a Escola Dominical, segundo o qual as revistas seriam organizadas. Além dessas resoluções internas da CPAD, no mesmo ano a CGADB ampliou a competência da Comissão de Educação e Cultura Religiosa. Entre as novas atribuições estavam:

- a) Examinar os currículos a serem adotados pelos educandários vinculados às igrejas ou Convenções, especialmente as Escolas Bíblicas e Congêneres, como também as alterações introduzidas nesses currículos.
- b) Fiscalizar rigorosamente, nas secretarias dos referidos educandários, os planos e conteúdos dos cursos e funcionamento deles, podendo censurar, sugerir e corrigir, a fim de que se atenham aos princípios fundamentais da Palavra de Deus, segundo a orientação mantida pelas Assembleias de Deus no Brasil (RESOLUÇÃO N° 4/77, 2004, p. 454).

Na década de 1980, a Escola Dominical não só ganhou um novo currículo como foram criados novos currículos divididos por faixa etária. Com isso, novas revistas foram desenvolvidas para atender aos públicos infantil e infantojuvenil. A *Lições Bíblicas*, que até então era a única revista da Escola Dominical, passou a ser a revista das classes de Jovens e Adultos, voltada para as turmas de fiéis acima dos dezoito anos. Outra novidade foi a Revista do Professor, lançada em 1982, que além de trazer o mesmo conteúdo da revista dos alunos, contava com subsídios específicos para os professores das Escolas Dominicais. Mais uma forma de guiar, moldar e homogeneizar o ensino bíblico dentro das igrejas.

Algumas mudanças apareceram nas Lições Bíblicas já no primeiro número de 1980: nesse ano, o texto passou a ser distribuído em duas colunas verticais, suavizando a leitura e assemelhando o texto à configuração comum das Bíblias protestantes. O tópico Leituras Diárias foi adicionado, trazendo um plano com indicações de trechos bíblicos a serem lidos de segunda a sábado, inserindo o aluno no tema a ser estudado em classe no domingo. Assim, a direção da CPAD procurava incentivar a leitura e manuseio das revistas em casa e, também, seu uso em cultos domésticos. O objetivo era inserir o impresso cada vez mais no cotidiano dos fiéis, retirando-o do espaço limitado da Escola Dominical e incentivando o desenvolvimento de uma rotina de estudo bíblico. Outro tópico inserido foi também o Questionário (figura 7), que contava com algumas poucas perguntas relacionadas ao estudo, assemelhando cada vez mais a revista a um manual didático.

Figura 7 - Questionário

ocorrem, inclusive, por não terem a noção exata do perigo que as espreita. Elas mudam facilmente de um brinquedo para outro e de uma opinião para outra. Hoje querem ser médicos, amanhã engenheiros. Dali a pouco batem o pé e não cedem um milímetro. Fazem pirraça. São instáveis.

Todavia, não é assim com os que alcançam a maturidade espiritual. Estes não são mais meninos inconstantes (ver Ef. 4.14), que se submetem a todo tipo de doutrina, mas rejeitam os falsos ensinamentos e põem à prova os falsos mestres. Compare 1 Co 13.11.

2. Sadio relacionamento fraterno. O segundo resultado da maturidade espiritual é o sadio relacionamento uns com os outros. Ensinar o novo crente que a Igreja é uma família espiritual onde todos se relacionam como irmãos faz parte do discipulado. Demonstrar-lhe afeto e companheirismo que revelem na prática esta verdade é dever dos crentes maduros. O texto da lição (ver Ef 4.16) exemplifica a Igreja como "um corpo bem ajustado e ligado pelo auxílio de todas as juntas, segundo a justa operação de cada parte". A maturidade espiritual, segundo a medida de Cristo, a cabeça da Igreja, leva a isso. Unidade, cooperação, harmonia, objetivos comuns, entre outros resultados, passam a ser parte natural do propósito de cada um, que executa a sua "justa operação" para um perfeito e bem ajustado funcionamento do Corpo de Cristo.

3. Sólidas raízes espirituais. O terceiro resultado da maturidade espiritual são as sólidas raízes espirituais. O texto da lição fala duas vezes em edificação. Primeiro, a obra do ministério resulta na edificação do Corpo de Cristo (v. 12). Segundo, a "justa operação de cada parte, faz o aumento do corpo, para sua edificação em amor" (v. 16). Edificar significa plantar raízes. Quanto mais profundas forem, maior sustentação darão àquele que as tem. Os que chegam à maturidade espiritual criam raízes profundas que suportam os ventos das heresias, das tribulações, dos ataques satânicos, das decepções humanas e da fraude espiritual. Compare Sl 1.

O verdadeiro discipulado implica, portanto, em levar o novo crente ao pleno exercício da maturidade espiritual.

QUESTIONÁRIO

1. Qual é o sentido espiritual da palavra maturidade?
2. Quais os três elementos que revelam ter o novo crente chegado à maturidade?
3. Qual é a palavra-chave, no sentido positivo, para o novo crente?
4. Qual é o propósito da maturidade espiritual?
Desejar
5. Segundo o comentário, quais são os três resultados da maturidade espiritual?
- Realizar a obra do ministério

R.1 O pleno desenvolvimento das potencialidades espirituais de cada um.

R.2 Ao chegar à unidade da fé, ao conhecimento do filho de Deus e a vários outros.

- Vida cristã equilibrada, sadio relacionamento fraterno e sólidas raízes espirituais.

Fonte: Lições Bíblicas (1º trimestre, 1996, p. 23). Arquivo pessoal. Página de fim da lição contendo questionário relacionado ao tema e as respostas escritas à mão. A questão 3, que pergunta "qual é a palavra-chave, no sentido positivo, para o novo crente?", é respondida com o verbo "desejar". Aqui, o desejo aparece não como algo a ser negado e combatido, mas com um sentido positivo, sendo algo necessário para o cristão.

Em meio a todas essas mudanças, o plano de reformulação da *Lições Bíblicas* foi finalmente concluído e apresentado às igrejas em 1981. As mudanças não foram tão inovadoras quanto se poderia imaginar pelos constantes anúncios que apareceram nos números anteriores das revistas tranquilizando os leitores ao dizer que as mudanças não alterariam o caráter conservador dos textos. A nova revista da Escola Dominical era um pouco maior, agora com cerca de 20 cm x 13 cm. Uma série de recursos gráficos foi utilizada, tornando o *design* das páginas um tanto mais atrativo e de aparência que os próprios editores consideravam mais “moderna”.

Para André Dione Fonseca, a crença de que era necessária a reformulação das revistas também estava relacionada ao temor com relação às transformações políticas pelas quais o Brasil passava no fim dos anos 1970 e início da década de 1980:

Ao alterarem imagens, refinarem os “protocolos de leitura”, reordenarem as divisões dos textos, os editores da LB buscavam aumentar o controle sobre a leitura dos fiéis em tempos em que a Igreja sentia-se ameaçada pelos rumos políticos do país (FONSECA, 2011, P. 88-89).

De fato, o momento era alarmante para as alas mais conservadoras da igreja. O processo de reabertura política era acompanhado de gritos por transformação social e liberdade em diversos aspectos. Tons de rebeldia marcavam as produções culturais e artísticas de um país de população predominantemente jovem. Em diversos espaços, prazer, liberdade e alegria eram apresentados como que num convite a novos tempos e novas descobertas. O processo que levou ao fim da censura oficial passava a permitir que coisas até então silenciadas pudessem ser ditas e ideias tidas como subversivas pudessem ser compartilhadas. A segurança que até então a igreja tinha na intervenção estatal sobre aspectos morais começava a se fragilizar. Em seu lugar, florescia o temor de que pensamentos chamados imorais e pecaminosos se proliferassem e atingissem, inclusive, a própria igreja.

Mais uma vez, a página impressa é disputada como uma arma em meio a uma guerra que opõe a igreja ao mundo. Nessa guerra em que se procura conquistar e construir subjetividades, ideias como prazer, liberdade, alegria, felicidade e bem-estar, tão fortes no período aqui estudado, são elementos essenciais na elaboração de discursos diversos. Com tamanha diversidade de crenças e modos de vida, o convencimento religioso passa agora pela conquista dos sujeitos, que envolve um trabalho delicado e intenso em que o simples medo da punição, que nunca foi por si só suficiente, cede cada vez mais espaço para a sedução pelas recompensas.

3 EM NOME DA FELICIDADE: USOS DA FELICIDADE E ESPERANÇAS DE UMA VIDA FELIZ

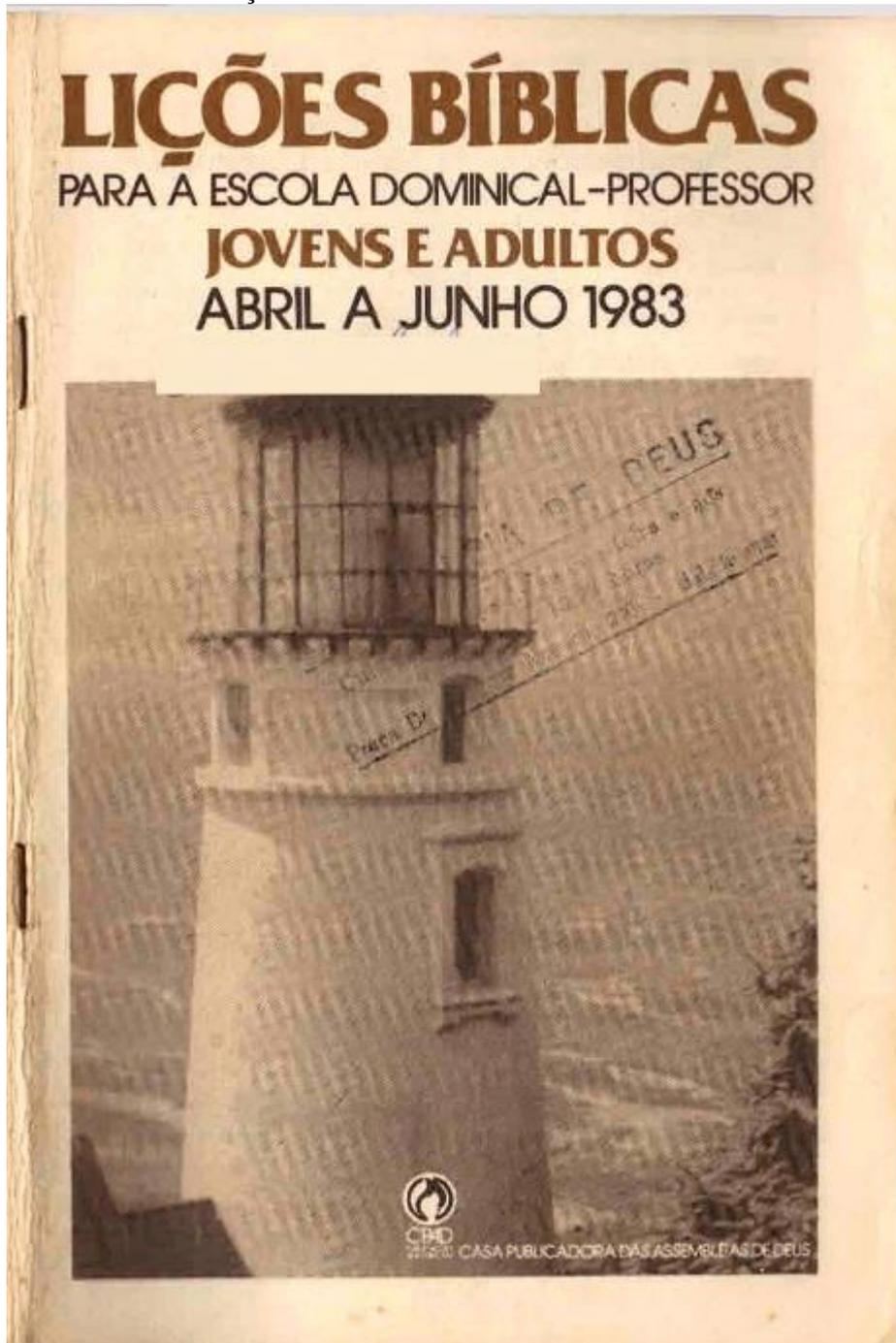
3.1 Entre a terra e o céu: a morte, a vida e o futuro em questão

No ano de 1980, especificamente no dia 9 de julho, morria João de Oliveira, pastor, autor de livros teológicos, mestre do Instituto Bíblico das Assembleias de Deus – IBAD e comentarista das revistas *Lições Bíblicas*. Vítima de uma trombose cerebral, João de Oliveira deixava esta vida ainda antes de completar setenta anos, tendo dedicado quase trinta destes à escrita de comentários para as revistas da Escola Dominical. Antes de morrer, o pastor encaminhou à Casa Publicadora os últimos textos que produziu para a revista. Com isso, entregava à editora sua derradeira contribuição ao que foi o empenho de uma vida.

Um desses trabalhos foi publicado como número do segundo trimestre de 1983 da *LB*. Com a temática “As Doutrinas da Salvação”, tal número da revista traz interpretações sobre o que é a salvação em seus diversos aspectos. Na capa, um farol iluminando o mar representa a doutrina bíblica iluminando o povo. Na apresentação, um pequeno texto de Antônio Gilberto, naquele momento o coordenador do Departamento de Escola Dominical da CPAD, demonstra agradecimento pelo partilhamento de “parte do tesouro das verdades eternas da Palavra de Deus”, confiadas a João de Oliveira e ali publicadas. Nas palavras de Antônio Gilberto, o tema apresentado naquele número da revista – a salvação – era de especial complexidade: só poderia ser plenamente compreendido e valorizado no céu, quando todos os mistérios seriam revelados:

Na eternidade feliz com Jesus, Nosso Salvador, à medida que prosseguirmos lá, mais e mais louvaremos a Deus pela salvação, à medida que suas riquezas nos forem sendo reveladas pelo Espírito Santo, nessa esfera espiritual apropriada para isso (LIÇÕES BÍBLICAS, 4º trimestre, 1983, p. 2).

Figura 8 - Capa da Revista Lições Bíblicas com a temática As Doutrinas da Salvação



Fonte: Lições Bíblicas (2º trimestre, 1983, capa). Acervo pessoal.

A contribuição do pastor falecido e comentarista daquela edição seria, então, o de poder despertar a convicção da salvação entre os crentes que a perderam e não sabiam mais valorizar o “presente” que é a felicidade eterna. Mesmo com toda a dificuldade envolvendo o tema e a crença de que ele não poderia ser apreendido em terra, Antônio Gilberto acreditava que João de Oliveira estava apto a falar sobre o assunto não apenas por seus estudos, sua

trajetória na igreja ou por alguma espécie de habilitação espiritual. No imaginário dos organizadores das revistas *Lições Bíblicas* naquele momento, João de Oliveira tinha autoridade para falar da salvação e da felicidade futura no céu por que já as tinha visto e experimentado, mesmo que brevemente.

Isso porque, para os que ouviam e acreditavam nas histórias de João de Oliveira, o episódio de 1980 não foi sua primeira morte. O pastor contava que morreu pela primeira vez em 1966, foi ao inferno e ao paraíso e, por fim, ressuscitou. Em fala gravada, esse líder assembleiano narrou suas visões do futuro de maravilhas que aguardavam aqueles que vivessem o cristianismo da maneira como aquele grupo considerava correto.

É uma coisa gloriosa, é uma coisa maravilhosa [...] Nesse estado eu fui ver as coisa mais gloriosas, mais maravilhosas nos céus [...] do outro lado do rio eu pude notar que estava o paraíso, estava também a entrada do paraíso [...] e pude notar que muitas criaturas que eu garrei (sic) aqui na alça do caixão estava ali de uma maneira gloriosa, estava de uma maneira esplendorosa (sic). [...] Era um rosto bonito, polido, estava brilhante (OLIVEIRA, João de. Memórias das Assembleias de Deus: Testemunho do pastor João de Oliveira. Rio de Janeiro: CPAD. 1 CD, 30min 38s)¹⁶.

Com isso, as palavras de João de Oliveira assumiam o lugar e a força de um testemunho. A explicação daquilo que se acreditava não poder ser explicado cedia lugar à narrativa do que tinha sido visto e, portanto, podia ser contado. Outras experiências sobre o acontecido compõem a fala do pastor como forma de legitimá-la. Ao contar as reações da esposa que o teria visto morrer, dos amigos que o viram morto e do médico que teria estado à sua cabeceira quando voltou à vida, João de Oliveira ressalta a presença de outras pessoas que poderiam validar seu testemunho, confirmando sua morte e ressurreição, e, portanto, contribuir para dar à sua história o *status* de verdade. O uso do discurso médico ocupa aí um lugar especial: ao mesmo tempo em que ressalta o parecer sobre sua condição, essencial para confirmar sua história, o assembleiano afirma a imperfeição do juízo do profissional quando destaca sua ressurreição. Não se trata, portanto, de uma negação do discurso médico, mas de um uso deste alinhado à reafirmação da crença na superioridade da decisão e do poder divinos.

Por outro lado, a presença de outros poderia atestar, no máximo, o que interpretaram como sendo sua morte e ressurreição. O que João de Oliveira conta que aconteceu entre uma coisa e outra não pode de forma alguma ser confirmado. Segundo o testemunho do próprio pastor, o médico, ao ouvir tais histórias, receitou psicotrópicos¹⁷. O

¹⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T7cnF3YhkH8>. Acesso em: 08 mar. 2020.

¹⁷ O fato de o próprio João de Oliveira anunciar a interpretação médica sobre suas visões do paraíso é mais um

fato é que o relato de João diz muito sobre como ele interpretava os sentidos de sua própria existência e serviu de referência para que muitos articulassem sua experiência religiosa. Seu testemunho foi aceito como verdadeiro dentro de um grupo para o qual as evidências científicas, mesmo que não sejam de todo desacreditadas, não formam critério essencial para a definição do que é verdadeiro ou falso. A explicação dava lugar à narrativa. Na composição dos textos de João de Oliveira para a revista *Lições Bíblicas*, é comum explicação e narrativa andarem juntas, uma dando sustentação a outra, por vezes a narrativa assumindo o protagonismo nos assuntos considerados inexplicáveis, mas nem por isso menos verdadeiros. É o caso do número publicado no segundo semestre de 1979, quando, ao falar sobre o arrebatamento da igreja, o autor recorre às suas visões do paraíso:

O paraíso celeste é uma realidade, pois quando morri temporariamente e fui ao céu, vi o Paraíso e os queridos a quem eu segurei na alça de seus caixões quando partiram daqui. Eles estavam fortes e felizes com Cristo (LIÇÕES BÍBLICAS, 2º trimestre, 1979, p. 124).

Em meio a citações bíblicas e argumentos teológicos defendendo a existência do paraíso celestial, João de Oliveira lança mão de seu testemunho para reafirmar sua ideia. Quando falava de sua visão do paraíso, o pastor contava admirado sobre as maravilhas da felicidade plena que dizia ter visto no céu. Talvez, essa admiração tenha relação com a presença constante do tema da felicidade em seus textos publicados na *LB*. Em um período em que era comum que os autores da revista dessem ênfase sobre o sofrimento no inferno e as possibilidades de escapar dele, João de Oliveira escolhia dar mais atenção à felicidade que seria alcançada pelos que fossem fiéis. Em outras palavras, enquanto alguns apontavam o livramento do sofrimento eterno, João apontava a recompensa após a morte: a felicidade eterna. Um detalhe talvez sutil, mas que, além de apontar a coexistência já esperada entre o medo da punição e a esperança da recompensa no imaginário dos fiéis assembleianos, insinua uma mudança significativa que pode ser percebida quando, nos temas e lições da revista, os discursos sobre a punição vão cedendo cada vez mais lugar à exaltação das recompensas futuras. O medo ia abrindo espaço para o desejo.

Embora a motivação para uma vida segundo a doutrina assembleiana fosse diferente, o caminho era o mesmo: a abstenção dos prazeres terrenos. Isso porque, ainda que

indício da maneira complexa como o discurso científico é compreendido e utilizado nesse imaginário religioso pentecostal. Aqui, ao declarar a decisão do médico em receitar psicotrópicos, o pastor enfatiza a descrença do profissional no seu testemunho e, assim, a incompreensão deste sobre aquilo que é espiritual e não pode ser racionalizado e compreendido pela ciência. Dessa forma, longe de desacreditar o testemunho, a descrença do médico reforçaria o caráter espiritual do ocorrido e a espiritualidade do pastor.

desse mais ênfase que o comum sobre a felicidade futura, para João de Oliveira, assim como para outros comentaristas da LB naquele momento, essa felicidade eterna no céu era a única verdadeiramente possível.

Há, portanto, a crença de que a verdadeira felicidade só poderia ser conhecida e vivida no paraíso. Felicidade essa interpretada ali como um estado de alegria perene, sem tristezas ou sofrimento de qualquer tipo, e não como uma emoção experimentada em algum momento. Em uma revista de 1979, é o pastor Geziel Gomes, também um dos principais líderes da CGADB e comentaristas das LB, quem se utiliza da esperança nessa promessa ao alertar os fiéis para abandonarem condutas contrárias à doutrina da igreja: “A vinda do Senhor será para a Igreja, o que é para o sentinela, o raiar de um novo dia, no qual a fadiga, o cansaço e a dor desaparecerão, para iniciar um período de paz e alegria eterna na presença de Deus” (LIÇÕES BÍBLICAS, 4º semestre, 1979, p. 124).

Diferente do discurso que prioriza a ênfase no sofrimento dos infiéis, aqueles que enfatizam a descrição das maravilhas celestes reservadas aos fiéis lidam com a sensibilidade dos indivíduos de uma forma diferente, conquistando-os a partir do desejo de uma vida plena, sem sofrimentos, sem dor, sem morte. Apresentam a esperança de um mundo cujos prazeres são infinitamente superiores quando comparados aos terrenos. Por outro lado, o preço a ser pago pelo paraíso feliz poderia incluir a possibilidade de uma vida terrena de sofrimento e perseguição, dedicada quase que exclusivamente à fé.

A oposição entre os prazeres do mundo e a felicidade celestial é apresentada ao leitor, forçando-o a uma escolha que envolvia as expectativas deste quanto ao presente e o futuro. Seguindo uma lógica bastante comum nas religiões cristãs protestantes, o caminho para a salvação envolve escolhas e ações individuais que definirão seu destino. Não que a felicidade celestial seja uma conquista humana, mas sim algo como um presente dado aos que praticaram a santificação do cotidiano. Ninguém seria de fato merecedor de ser feliz, mas seria feliz se escolhesse trilhar determinado caminho. Na edição de professores da revista LB do segundo trimestre de 1983, este é um dos objetivos que o professor deveria atingir em uma das aulas semanais:

Demonstrar que se o crente não viver neste mundo sob a bandeira de uma viva e certa esperança de ressurreição dentre os mortos, isto é, de que sua felicidade está numa pátria celestial, ele será mais infeliz do que os demais homens, porque eles, pelo menos aproveitam o que podem deste mundo. Mas renunciar este mundo e não gozar do outro, é infelicidade em dobro (LIÇÕES BÍBLICAS, 2º trimestre, 1983, p. 5).

As escolhas apresentadas são limitadas a apenas duas. A ideia de que possa existir um meio termo, como uma vida terrena de prazer e felicidade seguida de um futuro glorioso após a morte, é rechaçada. Aquele que assim escolhesse, tentando viver segundo a doutrina da igreja ao mesmo tempo em que procurasse ser feliz já em vida, seria duplamente infeliz por não conseguir viver plenamente os prazeres daqui e nem viver em santidade suficiente para desfrutar da alegria eterna.

É no fim da década de 1970 e início dos anos 1980 que a felicidade começa a aparecer com certa frequência como um tema a ser discutido. Ainda assim, a experiência da felicidade em Terra, humana, física é quase sempre negada e apresentada como contrária a uma outra felicidade “verdadeira”. A crença na possibilidade de ser feliz apresentada nos discursos dos comentaristas das LB é apresentada pela dualidade e pela oposição entre verdadeiro e falso. O esforço em demarcar essa oposição passa pela afirmação de que a felicidade real tem tempo e lugar. Um tempo que não é o *agora* e um lugar que não é o *aqui*.

3.1.1 Tempo e lugar

Em 2 janeiro de 1980, a capa da revista *Veja* anunciava “O Futuro e a Ciência”. Quem abrisse a matéria de capa encontraria um texto sobre a revolução tecnológica a níveis biológicos. Em um momento em que os avanços científicos começavam a parecer excessivamente rápidos, futuro e ciência eram interpretados quase sempre juntos, por vezes gerando esperanças, por vezes gerando o temor de um futuro talvez imprevisível.

A relação entre futuro e ciência, tão comum aos ideais de progresso, era enxergada com desconfiança pelos comentaristas da *Lições Bíblicas*. Na verdade, qualquer grande investimento no futuro em Terra não era bem visto. Para esses autores pentecostais, o futuro em Terra já estava definido. E não seria bom:

O mundo jaz no maligno e não há perspectivas de dias melhores. Se, nos dias de Noé, o pecado já se alastrava entre os homens, hoje o quadro geral apresenta-se bem mais negro e hediondo. Assim sendo, o cristão verdadeiro geme e clama por sua habitação eterna. Ele não suporta conviver com o mundo apodrecido (LIÇÕES BÍBLICAS, 2º trimestre, 1980, p. 51-52).

A pregação da certeza quanto ao futuro reforçava a ideia de que o crente deveria estar preocupado sempre com a vida eterna, não perdendo tempo com ações que envolveriam expectativas de melhoria da vida terrena. Se o mundo já estava condenado e nada poderia evitar o sofrimento futuro, não era necessária, por exemplo, intervenção política ou social que

visasse melhorias. Tudo isso seria engano. Não que o cristão assembleiano devesse ser apenas um observador, mas sim um agente por meio da evangelização. A função do crente seria, então, notar os sinais do fim e afirmá-los àqueles que ainda não eram convertidos. A única esperança deveria ser depositada na vida eterna:

Todas as esperanças de vida que emanam desta terra são falsas e inglórias. Mesmo farol da ciência e a lâmpada da filosofia se extinguem diante do túmulo (Boettener). Quando lemos a Bíblia, no entanto, descobrimos a luz radiante que brilha em cada coração, que se encontra com o Salvador Jesus (LIÇÕES BÍBLICAS, 4º trimestre, 1980, p. 25).

Se não havia expectativas quanto a um futuro bom em Terra, todas as expectativas eram colocadas em um futuro absoluto, após a morte. A Terra estava condenada e nada poderia salvá-la disso. A possibilidade de construir, coletivamente, um futuro feliz para todos era vista como uma grande ilusão. A felicidade pertencia à eternidade no paraíso.

Para Georges Minois em “A Idade de Ouro” (2011), a história das ideias que se tem de felicidade no mundo ocidental é marcada pela dialética e alternância entre sociedades e períodos que privilegiavam a busca da felicidade no paraíso e aqueles que aspiravam à possibilidade de viver a felicidade terrestre. Minois faz seu estudo pensando essa dialética principalmente a partir das representações do paraíso terrestre, que ele identificou como a referência nas épocas que favoreciam a felicidade no além e a Idade de Ouro, imaginada muitas vezes pelos que tinham como objetivo um sonho de felicidade laica, livre da vigilância de deuses.

Porém, ao longo dessa história, houve também os que acreditaram na felicidade terrena e a desejaram como sendo possível apenas graças à relação com o sagrado. Darrin McMahon, em sua obra “Felicidade – Uma História” (2007), destaca a importância da Reforma Protestante, em especial na pessoa de Lutero e Calvino, para a crença de que o bem-estar e a alegria na Terra não só era possível, mas era uma benção dada por Deus aos cristãos e, em certo sentido, uma necessidade. O cristão deveria ser feliz apesar de toda e qualquer dor. Para McMahon, dessa forma, a reforma protestante foi essencial para atacar o lugar privilegiado do sofrimento no cristianismo católico de então e, assim, impulsionar a crença de que a felicidade na Terra não era só possível e digna, mas indispensável e inevitável aos verdadeiros fiéis.

Ironicamente, um valor parecido com o que o catolicismo romano dava ao sofrimento foi parte importante na formação da Assembleia de Deus no Brasil. Para Gedeon Freire de Alencar (2019), a construção da identidade assembleiana na primeira fase das

Assembleias de Deus no Brasil, que ele identifica como sendo a do período de 1911 a 1948, pode ser pensada a partir do conceito-síntese de “teologia do sofrimento”. O autor destaca assim, a valorização do sofrimento como uma prática na busca pela legitimação do grupo, assemelhando-o ao sofrimento dos apóstolos descritos nas narrativas da Bíblia. Nesse sentido, sofrer em vida visando à felicidade futura após a morte é um privilégio, uma honra, seja esse sofrimento a exclusão social, a abstenção de prazeres terrenos ou a discriminação dentro da família. É desse período a letra atribuída a Frida Vingren do que veio a ser o hino 126 da Harpa Cristã, o hinário oficial da CGADB:

Os heróis da Bíblia Sagrada Não fluíram logo seus troféus
 Mas levaram sempre a cruz pesada Para obter poder dos céus [...] Quem quiser de
 Deus ter a coroa, Passará por mais tribulação
 Às alturas santas ninguém voa, Sem as asas da humilhação (HARPA CRISTÃ, 2013,
 hino 126).

Missionária, enfermeira, esposa do missionário Gunnar Vingren e uma das fundadoras do movimento assembleiano no Brasil, Frida deu evidência ao sofrimento terreno em nome da vida celestial em algumas de suas letras para o hinário das Assembleias de Deus. No hino citado, é esse sofrimento que identifica o cristão com os exemplos bíblicos.

Por outro lado, aqui o sofrimento terreno não é sinônimo de infelicidade. No mesmo hino citado acima, uma das estrofes diz:

É feliz quem segue fielmente nos caminhos santos do Senhor Na tribulação é
 paciente Esperando no seu Salvador (HARPA CRISTÃ, 2013, hino 126).

Em um momento em que o sofrimento é valorizado e interpretado como evidência de fidelidade, ele é também associado à felicidade. Não se trata, entretanto, de felicidade como um estado de livramento das aflições e dores terrenas. A felicidade aqui, não é só fruto da esperança, mas é a própria esperança de uma felicidade futura, plena e eterna, só possível após a morte. A permanência da noção de felicidade como esperança de uma vida gloriosa após a morte pode ser percebida em um LB de 1976:

O enfermo no hospital, cujos dias estão contados por doenças graves e incuráveis, tem uma esperança tristonha. O pai que perdeu seu filho, soldado, que foi para a guerra e tombou no campo de batalha, não tem esperança. O aluno que foi reprovado tem uma esperança duvidosa de uma última oportunidade. O cristão, no entanto, quando espera Jesus está possuído de uma esperança bem-aventurada, feliz. A graça de Deus envolve a nossa esperança e a torna extremamente feliz, venturosa. Graças a Deus (LIÇÕES BÍBLICAS, 4, 1976, p. 62).

A associação com o sofrimento dos apóstolos é feita pela mobilização constante da perseguição religiosa como forma de legitimar o movimento pentecostal que brigava por espaço no cenário religioso brasileiro. Se nas primeiras décadas do século XX o cristianismo protestante no Brasil ainda era bastante tímido se comparado à força do catolicismo, um movimento que se reivindicava pentecostal era mal visto até entre outras igrejas que se autodenominavam evangélicas. Isso porque, para muitas, o pentecostalismo, devido à crença no batismo com o Espírito Santo envolvendo manifestações físicas como o falar em línguas desconhecidas, era entendido como uma falsa doutrina.

O cenário era hostil para os pentecostais da igreja que começavam a procurar se espalhar pelo país através de intensa evangelização, inicialmente nas regiões Norte e Nordeste. Como reação a isso, os fiéis adotaram o discurso de perseguição religiosa, de sofrimento e, junto a isso, de intensa desvalorização da vida terrena em nome da vida eterna. Não que esse descrédito da vida terrena signifique que era dada pouca atenção a ela. Se a vida não era tão importante e o foco deveria estar sempre nas glórias após a morte, ela devia ser inteiramente santificada, dedicada a Deus em todos os detalhes ordinários por meio de um constante exercício de autoanálise.

Em certo sentido, a relação das Assembleias de Deus com a vida terrena lembra um pouco a análise de Max Weber sobre o agir ético do calvinismo em “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”¹⁸:

A vida do santo era direcionada exclusivamente para o fim transcendental – a salvação. Mas justamente por esse motivo ela era completamente racionalizada neste mundo, e totalmente dominada pelo objetivo de aumentar a glória de Deus sobre a terra. [...] só uma vida constantemente guiada pela reflexão poderia conseguir sobrepujar o estado de natureza (WEBER, 2006, p. 91-92).

O fato é que a intensa desvalorização da vida terrena e sua subordinação à busca da salvação celestial permaneceram por décadas nos discursos oficiais das AD's, influenciando muito as esperanças quanto à possibilidade de ser feliz e obter prazer na terra.

Em 1976, um dos números da *Lições Bíblicas* procura explicar como o cristão assembleiano deveria entender a vida:

¹⁸ É importante realçar que embora a ordenação e controle da vida moral seja algo um ponto de semelhança entre a Assembleia de Deus e o ascetismo calvinista, a espontaneidade e emoção, que segundo Weber eram evitadas e vistas com maus olhos pelos calvinistas, são aspectos essenciais do pentecostalismo, principalmente nos momentos de transe interpretados como de manifestação do espírito santo. Nesse ponto, a AD se assemelha mais com a análise que Weber fez do pietismo. Além disso, convém dizer que ao longo dos anos as AD's negaram qualquer relação com o calvinismo e condenaram a doutrina da predestinação.

A Bíblia Sagrada apresenta três tipos de vida, a saber: a vida física, que é dada ao homem ao nascer; vida espiritual, a nova vida que é outorgada mediante a fé em Jesus Cristo. É um dom de Deus destinado ao pecador que se arrepende. Temos, por último, a vida eterna, a própria natureza pessoal do Senhor Jesus repartida com os que crêem (sic.) nele e se mantêm firmes em sua fé (LIÇÕES BÍBLICAS, 4º trimestre, 1976, p. 12).

Nessa concepção de que a vida não seria apenas uma, mas três, assim como o Deus da trindade, a vida física é a mais frágil e a que menos importa. Por isso, apegar-se a ela é tido como um erro de quem é preso ao material. Tudo que é feito na vida terrena deve ter um propósito maior, superior, espiritual.

O melhor desta vida não são os divertimentos, os prazeres, o conhecimento ou as obras mortas. Devemos converter esta vida em um investimento sério para a eternidade. Tudo o que o homem semear, isso também ceifará. Se plantamos para a eternidade lá colheremos os frutos. Não pensemos unicamente em nosso bem-estar, em nossa prosperidade, em nossa família, etc. Tenhamos uma visão universal das necessidades do mundo e façamos o possível para ajudar outros a encontrarem vitória. Isto é aproveitar a vida (LIÇÕES BÍBLICAS, 4º trimestre, 1976, p. 6).

Nesse imaginário, a morte, longe de ser entendida como um fim em si ou algo do qual o cristão deve evitar, é entendida como um destino do qual não se pode escapar e que deve ser temida para os infiéis e quase que desejada pelos fiéis:

Que significa a morte para o crente?

- a) Uma esperança de estar para sempre com o Salvador amado. A convicção de haver chegado a época em que não mais haverá sofrimentos, nem dor, nem pranto, nem gemidos. A vida de permanente gozo.
- b) Um privilégio. A promoção para o reino das bem-aventuranças. A aquisição de um corpo glorioso. A oportunidade de conhecer pessoalmente o brilho contínuo da glória de Deus. A posse, afinal, da imortalidade (LIÇÕES BÍBLICAS, 4º trimestre, 1976, p. 5-6).

Ao longo do tempo, a morte tem tido lugares importantíssimos nas religiões cristãs. Afinal, foi pela narrativa da morte e ressurreição de Cristo, em outras palavras pelo ato de vencer a morte, que o cristianismo foi fundado. Nesse número da LB, a morte é defendida como um caminho, uma espécie de portal entre a vida terrena e a vida eterna. Não haveria razão, então, para que os crentes a temessem, mas pelo contrário, que a recebessem com alegria. Assim, também o sentimento em relação à morte funciona como mais um meio de distinguir o crente do infiel. Através da santificação pessoal da vida, a morte poderia ser vencida assim como foi por Cristo.

Trata-se de uma concepção de vida e morte estranha ao apego à vida característico do pensamento moderno. Já quando tratava da biopolítica no século XIX, Foucault apontava

mudanças na forma como se pensava e se sentia a morte com o advento do biopoder:

Eu creio que a manifestação desse poder aparece concretamente nessa famosa desqualificação progressiva da morte, na qual os sociólogos e os historiadores se debruçaram com tanta frequência. Todo o mundo sabe, sobretudo desde certo número de estudos recentes, que a grande ritualização pública da morte desapareceu, ou em todo caso foi-se apagando, progressivamente, desde o fim do século XVIII até agora. A tal ponto que, agora, a morte - deixando de ser uma daquelas cerimônias brilhantes da qual participavam os indivíduos, a família, o grupo, quase a sociedade inteira - tornou-se, ao contrário, aquilo que se esconde; ela se tornou a coisa mais privada e mais vergonhosa (e, no limite, é menos o sexo do que a morte que hoje é objeto do tabu). Ora, eu creio que a razão por que, de fato, a morte tornou-se assim essa coisa que se esconde não está numa espécie de deslocamento da angústia ou de modificação dos mecanismos repressivos. Está numa transformação das tecnologias de poder (FOUCAULT, 2018, p. 203-204).

Com o biopoder, a morte se tornou quase um assunto obscuro. Ora, o foco do biopoder é a vida, o direito à garantia da vida. Na maioria dos textos da *Lições Bíblicas*, assim como em outros meios de divulgação da doutrina assembleiana, há a defesa de que esse apego à vida não faz sentido: afinal, para quê se preocupar em obter prazeres em vida e para quê temer a morte se depois dela há a vida eterna e o gozo celestial?

Por outro lado, a necessidade de afirmar e reafirmar esse pensamento sugere a singularidade dele. Quando falam do valor da vida e da morte, os autores da LB usam de estratégias de convencimento do leitor, como querendo fazê-lo adotar um pensamento diferente e específico no que diz respeito a tais assuntos. É uma disputa de mentalidades.

O momento era outro, diferente daquele em que as letras dos cânticos e as pregações dos missionários exaltavam o sofrimento como evidência de fé e salvação. De um movimento inovador e mal aceito mesmo entre os protestantes, a Assembleia de Deus já era o maior grupo pentecostal e uma das maiores igrejas evangélicas do país na década de 1970. O sentimento de sofrida perseguição já não tinha tanta justificativa. Por outro lado, nessa mesma década, o individualismo e a liberdade física e mental eram promovidos em diversos espaços da sociedade. A psicanálise começava a se consolidar no país ao mesmo tempo em que o conhecimento de si, da própria vida e das próprias emoções tornava-se assunto sério e incentivado. Segundo Denise Bernuzzi de Sant'Anna, a valorização da intimidade individual, do prazer e da relação com os próprios sentimentos marcava a “década do eu” no Brasil. Para a autora, marcavam inclusive os ideais de beleza juvenis do período. O objetivo era viver tudo o que fosse possível, sem amarras. A vida feliz começava a ser entendida como um direito e uma necessidade. Bernuzzi de Sant'Anna aponta que, já na década de 1980, o bem-estar era visto como algo a ser empreendido, tanto no aspecto físico quanto no emocional: “O treino da

mente para conquistar a felicidade ganhava espaço nos setores da autoajuda, tanto quanto os exercícios para endurecer nádegas, coxas e aumentar a musculatura dos braços” (SANT’ANNA, 2014, p. 161).

Viver livremente, viver bem, viver “sem grilos”. A felicidade passava cada vez mais para o campo do privado e profano e das conquistas individuais. Em outras palavras, tornava-se mais física, como algo experimentado no corpo e na mente, não na alma. A lógica do “fazer viver, deixar morrer” da biopolítica, segundo Michel Foucault, fazia-se mais presente na micropolítica, no cotidiano, nas relações de poder que não se limitam ao Estado. Nada mais significativo quando se fala de uma tecnologia de poder sobre a vida em todos os seus aspectos. Uma tecnologia de poder que se evidencia na valorização da vida e do bem-viver, na vontade de liberdade e de dizer o prazer e o desejo. Diferentemente da disciplina, o biopoder não se opera no controle dos corpos individuais, mas dos modos de vida, dos desejos e das subjetividades (FOUCAULT, 1997). Com biopoder, fala-se de controle da vida, das emoções e do desejo para a produção capitalista.

Seria ingênuo não considerar uma relação entre o biopoder e a sociedade de hiperconsumo que, para Gilles Lipovetsky (2007), começou a aparecer com força nas últimas décadas do século XX, criando um mercado da felicidade e do bem-estar: Estamos falando, portanto, de um momento em que, já no Brasil, começa a operar com força a lógica não só do “fazer viver”, mas do “fazer viver feliz”.

É contra essa lógica que a liderança das Assembleias de Deus se vê combatente nos últimos anos de 1970 e começo dos anos 1980. Para combatê-la, assumem o tom de denúncia, como quem tem a responsabilidade de gritar a verdade em um mundo de mentiras. Mas, talvez sem perceber ou talvez como uma estratégia considerada legítima para atrair e conquistar novos fiéis, os autores da LB vão dialogando, em certa medida, com essa lógica. A vida terrena e a felicidade que, de início, vão aparecendo nos textos timidamente como pertencentes aos domínios de Deus, aos poucos, vão tomando lugar como uma possibilidade nos domínios dos homens.

No número do 3º trimestre de 1980 da LB, o bem-estar humano já aparece como uma preocupação divina: “Como é bom saber que Deus se interessa no bem-estar do homem em sua totalidade, tanto física, material, social e espiritualmente” (LIÇÕES BÍBLICAS, 3º trimestre, 1980, p. 59). Longe de dar atenção apenas a aspectos espirituais da vida, aqui o autor coloca em cena um Deus que se preocupa com o bem viver do homem em todos os aspectos. Ainda assim, o comentarista fala de “bem-estar” e não de felicidade, reforçando uma tendência comum no período: evitando falar de felicidade em Terra, quando tratam de alegrias

ou do bem viver em terreno os autores optam por usar o termo “bem-estar”. Assim, defendem a possibilidade de uma vida alegre e sem sofrimentos, mas mantêm a felicidade nos domínios divinos. Com o passar dos anos, essa tendência se modifica e “bem-estar” começa a ser usado para se referir principalmente ao prazer físico, ao corpo, enquanto o termo “felicidade” vai ser usado para designar um sentimento de alegria e paz que extrapola os limites do corpo físico.

No trimestre seguinte, a defesa da possibilidade da felicidade em terra começou a se anunciar nas páginas da Lições Bíblicas:

Os preceitos do Senhor alegram o nosso coração porque produzem a nossa felicidade. Quem lê a Bíblia e pratica os seus ensinamentos vive em comunhão com Deus e em paz com os homens. Isso não é felicidade? (LIÇÕES BÍBLICAS, 4º trimestre, 1980, p. 54).

Trata-se de uma das primeiras vezes em que aparece naquelas páginas a ideia de que a felicidade é possível de ser alcançada na terra desde que o fiel siga determinados preceitos. Não é difícil notar que ainda é uma definição bem limitada do que é ser feliz. Nela, a felicidade seria fruto de uma intensa dedicação à vida espiritual. Por outro lado, não é mais uma dedicação cujos frutos só serão alcançados em um futuro após a morte, mas aqui, ainda em vida. E é indicado um caminho para conquistá-la: ler a Bíblia e seguir certos preceitos. É o mesmo caminho geralmente indicado para a salvação no paraíso celeste, mas o tempo de espera pelos resultados é bem mais curto.

Se, nas primeiras décadas do movimento assembleiano, o sofrimento era uma honra em nome da fé, na *Lições Bíblicas* do primeiro trimestre de 1985, o pastor Geziel Nunes Gomes, comentarista daquela edição, inseriu o sofrimento numa lista de consequências do pecado: “O pecado é uma realidade que leva o homem à prática do mal e como consequência gera a opressão, a luta, a guerra, o sofrimento e por fim a morte” (LIÇÕES BÍBLICAS, 1º trimestre, 1985, p. 01). Ora, quando o sofrimento é relacionado diretamente ao pecado, não faz sentido valorizá-lo como símbolo de fé. Pelo contrário, o crente deve fugir dele, recusando aquilo que pode identificá-lo com qualquer pecador, e não com os santos que devem carregar consigo a marca da alegria. Na mesma revista, Geziel Nunes Gomes também fala sobre a felicidade do cristão:

O verdadeiro crente é sempre um vencedor. Nunca jamais (sic.) deve pensar em vacilar. Uma coisa que prejudica bastante nossa solidez é darmos guarida a pensamentos derrotistas e negativos. [...] Recordemos sempre que estamos de posse de uma vida feliz, de liberdade espiritual, de paz, gozo e poder no Espírito Santo, uma vida diametralmente oposta àquela em que vivia antes de ser crente (LIÇÕES BÍBLICAS, 1º trimestre, 1985, p. 28).

O símbolo do crente sofredor começa a dar lugar ao do crente vencedor. A vida e as bênçãos terrenas começam a ganhar, também, mais destaque, e as preocupações com as bênçãos terrenas começam a ser entendidas como algo legítimo. A vida feliz não é mais algo que coloca em oposição o céu e a terra, mas sim o antes e depois da conversão. Não é, entretanto, um processo que acontece de maneira linear ou ordenada. Por vezes, o sofrimento reaparece como algo a ser valorizado, convivendo com as ideias de que o crente não só *pode*, mas *deve* ser feliz em vida.

As pregações e profecias que afirmavam a possibilidade de conquistar paz, união e felicidade na Terra não foram bem aceitas por todos. Na reunião da CGADB de 1990, o pastor dos Estados Unidos Bob Hoskins, convidado como preletor naquela noite, condenou essa tendência. Segundo Daniel Silas, sua pregação gerou um artigo no jornal *Mensageiro da Paz*:

Ele afirmou inicialmente que hoje os profetas estão mudando a sua mensagem, dizem que agora há paz e o mundo vai se unir. “Em vez de profetizar acerca da destruição, estão profetizando acerca da paz, pois mudam a mensagem de acordo com a circunstância; mas a verdade”, disse ele, “é que para os crentes não importa o que os historiadores e cientistas dizem, mas o que a palavra de Deus fala acerca da humanidade”.

Hoskins ainda enfatizou que os filhos de Deus não são do mundo e o povo de Deus precisa lembrar a razão pela qual ele está no mundo. “Eu não estou aqui para acumular riquezas, não estou aqui para acumular honrarias, não estou aqui para espalhar fama. Se você é filho de Deus, você é uma pessoa do Reino, e a única razão por que você se encontra no mundo é para ser o sal, é para ser a luz d’Ele, para ser a sua testemunha até os confins da terra. Reiterou enfaticamente o pastor Bob Hoskins” (SILAS, 2004, p. 536).

Como Hoskins, outros cristãos pentecostais temiam que um novo olhar cheio de expectativas sobre o futuro e sobre a boa vida em Terra tirassem o foco dos cristãos das Assembleias de Deus do futuro no paraíso celeste. Temiam que a vida terrena tomasse o lugar da vida espiritual e a busca da felicidade na terra desviasse os crentes da salvação. Por outro lado, muitos temiam que as constantes promessas de felicidade do “mundo” desviassem os crentes dos preceitos bíblicos ou, ao menos, da doutrina das Assembleias de Deus.

Ali, no fim do século XX, em meio às transformações culturais diversas, experimentando a experiência de reabertura política no Brasil e disputando espaço em meio à chegada de grupos neopentecostais e da Teologia da Prosperidade no Brasil, os fiéis das Assembleias de Deus viviam entre a terra e o céu, procurando entender ainda qual o tempo e o lugar de ser feliz. Ao longo dos anos aqui estudados, esse debate em torno dos lugares dados à

vida terrena e à vida eterna, envolvendo as visões do presente e perspectivas de futuro, nunca ficou bem resolvido. A afirmação da superioridade da vida eterna nunca deixou de existir, embora a vida terrena vá ganhando cada vez mais espaço nos discursos e o corpo vá parecendo ser tão importante de ser salvo e protegido quanto a alma.

Ao longo dos anos, parece que a esperança de um futuro feliz após a morte deixa de ser o bastante, a fé numa outra vida de gozo eterno já não é suficiente. O presente toma passagem, a vida em Terra exige ser vista e valorizada. O tempo e o lugar de ser feliz passam a ser aqui e agora. Eis então uma saída: disputar a ideia de felicidade, redefini-la, dizer o que ela é de “fato” em oposição a outras definições. Em outras palavras: convencer o fiel assembleiano de que ele pode ser feliz. E melhor que isso: pode ser feliz *de verdade*.

3.2 Promessas: a conversão como passagem para uma vida de alegria

3.2.1 *Mal, depressão e angústia*

A situação reinante em Jericó, naquele tempo, ilustra muito bem o estado das coisas em nossos dias. Embora haja progresso, um considerável avanço cultural, elevação do nível de vida, etc., por trás dessa fachada tão bela, existem problemas angustiantes que trazem amargura e desespero para multidões incalculáveis de homens e mulheres, jovens e velhos. Rios de lágrimas, suicídios e tentativas de suicídio, mostram que existe algo de anormal. [...] Aparentemente, a sociedade de hoje apresenta progresso e avanço, porém, por trás dessa fachada existem tristeza, angústia e desespero sem consolo (LIÇÕES BÍBLICAS, 3º trimestre, 1981, p. 29-30).

O trecho citado acima é de autoria de Eurico Bergstén, em seus comentários para as *Lições Bíblicas*. “A sociedade de hoje”, da qual se comenta no texto, é a sociedade brasileira do início da década de 1980, especificamente do ano de 1981.

Para o comentador, o presente no qual ele escreve é uma época ambígua. Ao mesmo tempo em que Bergstén reconhecia que se tratava de um tempo de inovações, avanços e progresso, para ele, tudo isso constituía uma fachada que escondia e disfarçava uma realidade bastante desoladora, marcada por problemas emocionais. Para Bergstén, tratava-se de uma sociedade angustiada e infeliz.

A revista em que há esse comentário é dedicada ao estudo da vida dos profetas bíblicos Elias e Eliseu. Nela, uma das passagens bíblicas comentadas é a que narra a fuga e isolamento do profeta Elias, quando este teria pedido a Deus pela morte¹⁹. Para o comentador,

¹⁹ A passagem em questão pode ser encontrada no texto bíblico de 1Reis, 19.4, que diz o seguinte: “E ele [Elias] se foi ao deserto, caminhou de um dia, e veio, e se assentou debaixo de um zimbro; e pediu em seu ânimo a

a razão desse pedido de Elias seria o fato de o profeta se encontrar em estado de depressão. Bergstén encontra a oportunidade de discutir a partir desse texto não só a depressão, mas o que, para ele, eram as razões desse mal.

Com o objetivo de explicar o que considerava ser as causas da depressão, o comentarista optou por comparar os dias vividos por Elias na cidade de Jericó aos dias que ele, comentarista, vivia. Para isso, utilizou vários dos problemas enfrentados em Jericó como alegorias para os problemas que ele identificava na sociedade brasileira da passagem da década 1970 para a de 1980. Enquanto o povo de Jericó sofria por águas contaminadas, por exemplo, as águas tóxicas que faziam sofrer o povo brasileiro eram outras:

2. Estas águas más representam uma outra forma de materialismo, que abertamente nega a existência de Deus. [...] os resultados destas águas venenosas é que os tais que bebem delas “têm-se corrompido e têm cometido abominável iniquidade.”, Sl 53.1. Este infeliz materialismo tem, em nome da cultura ou da falsamente chamada ciência, ITm 6.20,21, introduzido as mais avançadas pornografias, novos conceitos sobre a vida moral, todas as formas de anormalidade sexual e um desenfreamento absoluto em assaltos, violências, uso de drogas, etc. (LIÇÕES BÍBLICAS, 3º trimestre de 1981, p. 29).

A adoração do povo de Jericó ao deus Baal também é comparada à prática de outras religiões, o que Bergstén demoniza em seu escrito:

Quando o povo de Deus pede despertamento, o Espírito Santo, como preparativo, abre a mente do povo, que assim começa a compreender a fraqueza e a insuficiência dos seus “deuses” e de suas paixões carnis; e que as doutrinas dos demônios como a macumba o espiritismo, etc., os deixam, não somente com um vazio na alma, mas também com um despreparo total diante da eternidade. O povo começa, então, a sentir sede de Deus (Lições Bíblicas, 3º trimestre de 1981, p. 7).

Dessa forma, o missionário assembleiano defendia que a depressão tinha raízes no mal. Mas não se tratava, entretanto, de um mal causado pelo pecado individual, e sim por um mal coletivo, causado pelo afastamento do povo da fé cristã. Além disso, o mal enxergado por Bergstén extrapola os níveis espirituais. O mal, para ele, estava na sociedade na forma de práticas culturais e religiosas diversas.

Chama a atenção o fato de que o missionário não associa a depressão aos pecados do deprimido. Na forma como ele define, a depressão seria um estado de infelicidade (e não uma doença!) causado pelo mal que há no mundo. O profeta Elias, a exemplo, não teria entrado nesse estado de sofrimento por ter ido contra Deus, mas porque, sendo um homem

morte, e disse: ‘Já basta, ó Senhor, toma agora a minha vida, pois não sou melhor do que meus pais’”. (Citação da Bíblia)

como todos os outros, sofreu a influência dos males do tempo que, para Bergstén, causam angústia ao povo em geral. Assim sendo, o comentador não demonizava a depressão nem culpava diretamente o deprimido por ela, mas a interpretava como sendo um problema social. Ainda assim, um problema que só poderia ser vencido aproximando-se de Deus.

Essa não era a primeira vez que o termo “depressão” aparecia nas LB. Em 1978, o termo aparecia pela primeira vez dentro do recorte temporal desta pesquisa:

Nestes dias, elevada porcentagem da humanidade, de todas as camadas, em todos os continentes e em todos os lugares, sofre de depressão, tensão nervosa e ansiedade angustiosa, proveniente da falta de paz e descanso interior que só Deus concede. Aquela pessoa que se permitir viver sempre se angustiando, o passo seguinte será a auto-flagelação mental, resultando afinal em colapso nervoso, com fragmentação da mente. [...]
Está o leitor (ou conhece alguém) vitimado por depressão crônica, complexos, frustrações, melancolia constante, impaciência aflitiva e preocupação mental, medo mórbido, sem que haja razão que isso justifique? Cristo é a resposta! Plena resposta! Plena solução, solução pela fé; pela confiança nele! [...] (LIÇÕES BÍBLICAS, 4º trimestre, 1978, p. 90).

Nesse trecho, foram utilizados termos médicos para falar de problemas emocionais e psicológicos diversos. Porém, embora utilize termos científicos do período, o autor apontava como causa desses problemas, em resumo, a falta de Deus. Diferente do texto que Bergstén publicou nas LB três anos depois, neste número, foi apontada uma causa individual para a depressão. Além de não ser apontado nenhum fator além do espiritual que a justificasse, ela não seria, portanto, um problema social, mas do indivíduo. Por essa lógica, não é estranho dizer que, naquele momento, o autor parecia acreditar que a culpa da depressão seria do próprio deprimido. A solução também seria espiritual e individualizada.

Em geral, a relação que as Assembleias de Deus estabeleciam com a tristeza costumava ser de aversão. Mesmo quando enfatizavam o sofrimento cristão em Terra como necessário para que o sofredor alcançasse a felicidade após a morte, a tristeza não era bem vista. Esperava-se que o fiel assembleiano demonstrasse alegria mesmo no sofrimento, pois deveria transparecer a esperança do futuro no céu.

Por muito tempo, falava-se nas *Lições Bíblicas* apenas em tristeza, angústia e sofrimento. Eram emoções ruins, apenas. A depressão como um mal psicológico não era um conceito comum e apareceu aos poucos nos textos das revistas da Escola Dominical. Ainda assim, não costumava ser tratada como doença. Isso não era uma exclusividade do discurso religioso: o sofrimento como uma questão médica também tem história.

Com o tempo e o aumento da preocupação com o bem-estar e a sensibilidade dos fiéis, a depressão foi ganhando mais espaço nas discussões da igreja. Em número de 1997 da

Lições Bíblicas, por exemplo, há uma lição completa dedicada ao tema.

O texto do comentador Antonio Gilberto tem como título “Vencendo a Depressão” e, já de início, afirma que há várias causas para a depressão, sendo a primeira delas a entrada do pecado no mundo. Entre essas causas, são apontadas as seguintes: ressentimento, mágoa, ira, e, só por fim, a ação maligna. Para Antonio Gilberto, esta última suposta causa deveria ser considerada quando todas as outras fossem descartadas:

Embora os autores de livros de aconselhamento não enfatizem esse fator como causa da depressão, salientamos que, em certos casos, quando não há causas orgânicas ou emocionais evidentes (morte de um ente querido, separação conjugal, etc), a depressão pode ser provocada por ação demoníaca. (LIÇÕES BÍBLICAS, 3º trimestre, 1997, p. 25).

Percebe-se que, embora ainda associe a depressão às causas espirituais, Antonio Gilberto trata do tema de forma mais complexa, considerando outras questões. Além disso, o autor não resumia a depressão à tristeza apenas, citando a apatia, o medo, a vergonha e até mesmo o desinteresse no trabalho como possíveis sintomas. Inclusive, o termo “sintoma” é indício evidente de que, nesta edição, a depressão é tratada já como uma doença. No mesmo sentido, o comentador também usava o termo “cura” ao indicar meios para que o fiel conseguisse sair dessa condição. Embora todas as sugestões para essa cura sejam espiritualizadas (não há indicação de procura por ajuda médica ou do uso de medicamentos), o deprimido não é responsabilizado pelo estado em que se encontra.

Com a adoção de um discurso mais similar ao médico sobre a depressão, tendeu-se a desassociá-la do pecado ou ao menos a evitar termos e expressões que culpabilizavam o indivíduo ou que pareciam demonizar esse estado. Com essa nova forma de entender o sofrimento e a tristeza, a pessoa deprimida passava a ser encarada nas *Lições Bíblicas* como vítima, afastando a ideia de culpa e pecado.

Entretanto, mesmo com essa mudança nos discursos trazidos nas revistas, há evidências de que nos espaços das igrejas, assim como provavelmente em outros espaços da sociedade, a tristeza ainda era vista com maus olhos. Em um plano de aula da Escola Dominical encontrado em meio às revistas do arquivo pessoal analisado nesta pesquisa, pode-se perceber algo nesse sentido. Tal plano de aula é datado de 28 de março de 1999 e traz o nome do Pr. Adonias Angelo Barros. A lição da revista *Lições Bíblicas* para essa data tinha como tema “Administrando os meios da graça” e falava, entre outras coisas, sobre aflição, citando a depressão como consequência desta. Em geral, o plano traz breves apontamentos baseados no texto da revista. O tópico de conclusão, entretanto, não aparece no conteúdo da

revista para aquela data e, portanto, parece ter sido escrito pelo próprio pastor, que provavelmente foi quem ministrou tal aula:

O desespero só é cabível a pessoas que fracas (*sic*) ou que estejam em situações onde não haja alternativas. Não é o caso dos crentes que têm Jesus como provedor de todas as coisas e os instrumentos da graça divina como meio de acesso. (BARROS, 1999, p.1)

Ora, seguindo a lógica presente no documento acima, pode-se dizer que o pastor em questão entendia que “depressão não é coisa de crente”. Em outros termos, o verdadeiro crente não teria razões para um estado de angústia como o de depressão.

Figura 9 - Plano de aula da Escola Dominical

IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS
Taiba - CE
PLANO DE AULA

DATA: 28 mar 99.

ASSUNTO: ADMINISTRANDO OS MEIOS DA GRAÇA. Tg 5.13-20.

OBJETIVOS:

1. Mostrar os meios da graça de Deus a disposição dos crentes nas lutas contra as aflições do mundo presente;
2. Reconhecer o propósito de Deus diante de certas provações;
3. Mostrar o verdadeiro propósito da unção em nome do Senhor.

GENERALIDADES:

1. Presbítero (Gr: o mais idoso) – Ancião. No NT é, às vezes, tido como Pastor.
2. Doença – Mau funcionamento de qualquer dos órgãos do corpo, causada por: negligência à saúde, pecado pessoal ou por vontade de Deus.
3. Cura Divina – Enfatizar a misericórdia de Deus e dignificar o Evangelho.

DESENVOLVIMENTO

INTRODUÇÃO: Aprenderemos nesta lição que a vida cristã é composta de momentos de alegria e contentamento e de momentos de aflição e provações que necessitam de uso dos recursos da Graça de Deus colocados a nossa disposição.

I – INSTRUMENTOS DE CONTENTAMENTO DA GRAÇA DIVINA

1. Louvor de lábios.
 - a) Salmos, hinos e cânticos espirituais. V 13b; Sl 47.6; Ef 5.19.
 - b) Manifestação de glórias e aleluias. Lc 2.13,14; Rm 4.20; 16.27.
2. Louvor com instrumentos. Sl 150.3-5.
3. Louvor através de uma conduta de santidade. Mt 5.16; II Co 4.6.

II – INSTRUMENTOS DA GRAÇA DIVINA DE COMBATE ÀS AFLIÇÕES

1. Oração (o único meio de vencer as aflições). VV 14, 15, 17, 18; Mc 14.32; V 15; Lc 6.12,13.
2. Azeite (uso entendido como socorro à fé). V 14; Mc 6.13.
3. Confissão (aflições consoante a pecados cometidos). V 16; Dn 9.4-6.

III- CONVERTENDO O DESVIADO

1. Desviado da verdade. V 19; Mt 18.15.
2. Salvando almas em iminente perigo de vida. V 20; I Co 9.22.
3. Cobrindo uma multidão de pecados. V 20; Rm 4.7; Sl 32.1.

CONCLUSÃO – O desespero só é cabível a pessoas que fracas ou que estejam em situações onde não haja alternativas. Não é o caso dos crentes que têm Jesus como provedor de todas as coisas e os instrumentos da graça divina como meio de acesso.

Adonias Angelo Barros - Pastor

3.2.2 Caminhos para a felicidade

A partir da segunda metade do século XX, Nels Lawrence Olson, missionário, pastor e um dos comentaristas responsáveis pelos textos das *Lições Bíblicas*, passou a ter um programa de rádio através do qual fazia evangelizações e exortações aos já convertidos. O Programa Voz das Assembleias de Deus ou Programa Lawrence Olson, era um importante meio através do qual o pastor se comunicava com o público em geral e com os fiéis das Assembleias de Deus. Foi em uma de suas pregações por rádio, na década de 1970, que Olson, conhecido pelos brasileiros como “Pr. Lourenço”, tratou de questões como tristeza e felicidade.

Sob o tema “O Pecado do passado, a tristeza no presente e a morte no futuro”, a pregação de Olson toca em questões sensíveis, trazendo uma leitura de mundo do pastor organizada em uma divisão que é temporal: passado, presente e futuro. Nesse sentido, os temas discutidos são apresentados como em uma linha do tempo, em que uma coisa é consequência da anterior e razão da seguinte: o pecado cometido no passado seria a razão da tristeza daqueles que sofrem no presente e o motivo de sua morte como consequência futura. Nessas poucas palavras que resumem o tema da pregação, busca-se também apresentar e dar sentido a uma linha que seria a da história da humanidade, o percurso percorrido por todos os seres humanos desde o primeiro pecado. Por outro lado, Olson apresenta uma saída para essa lógica que parece certa:

Será que o amado ouvinte é um destes? Desapontado, triste, cansado de espírito e até pensando em acabar com a própria vida? Longe da felicidade está! Espere um pouco, tenho para ti uma mensagem, um recado de Deus! Sim, do próprio Deus! Existe esperança, graças a Deus. Permite-me colocar sobre as negras nuvens de desespero da tua vida o fim do arco-íris de esperança (OLSON, 2019).

Dessa forma, já é possível perceber, na descrição do pastor, a conversão apresentada como o caminho para a resolução de todos os problemas e para que a felicidade seja alcançada. A felicidade terrena seria um fruto da esperança nas alegrias futuras. Trata-se de um ponto importante na maneira como os assembleianos trataram das tristezas e alegrias ao longo do tempo. Na pregação de Olson, a busca da felicidade é usada como forma de atrair e conquistar novos fiéis, prometendo-lhes o livramento do sofrimento humano através da conversão.

Esse uso da felicidade com objetivo evangelístico não é novo. Na verdade, o

discurso de esperança em um futuro em que a dor e o sofrimento não estarão presentes é uma das marcas do cristianismo. Para Paula (2013), esse discurso foi essencial para a propagação da mensagem do movimento pentecostal e para que a Assembleia de Deus conseguisse adesão entre a população pobre do Pará nas primeiras décadas do século XX:

Vale lembrar que uma das alegorias mais utilizadas pelos pentecostais em seus discursos, pregações e mensagens é a perspectiva da prosperidade plena pós-morte, desfrutando inclusive da urbe celestial”, sem problemas, sem caos, sem doenças, mas com “ruas de ouro, mansões e palácios, banquetes para serem desfrutados à vontade”. Este foi sem dúvidas um dos aspectos discursivos que colaboraram para o crescimento deste movimento no contexto apresentado.

Neste sentido torna-se interessante observar os relatos dos trabalhos de colportagem e evangelização feitos pelos missionários nas cidades ribeirinhas do Pará, apontadas nos diários de Daniel Berg e Gunnar Vingren. Nota-se que muitas pessoas eram cativadas pela mensagem que prometia uma nova vida, fazendo frente aos muitos problemas sociais no início do século XX. Observa-se, também, vários relatos de curas e manifestações milagrosas, apresentadas pelos missionários (PAULA, 2013, p. 33).

Em outros termos, o discurso pentecostal assembleiano encontrou solo fértil em uma Belém que vivia o ciclo da borracha e cuja população tinha de lidar com o novo ritmo da urbanização e com os problemas que o acompanhavam. Para Alencar (2000, p. 67), o ciclo da borracha e as dinâmicas migratórias que com ele se relacionavam tiveram também influência na propagação do movimento assembleiano para outras regiões do Brasil, visto que muitos novos fiéis levavam consigo a nova fé quando retornavam às suas cidades de origem. Assim, a Assembleia de Deus foi adentrando diversas cidades com outras dinâmicas e realidades socioeconômicas, bem como teve sua mensagem adaptada de acordo com os traços culturais e políticos de cada região onde se estabelecia, como prova a diversidade e as várias dissidências dentro do movimento com o passar dos anos. Daí, mais tarde, a necessidade de construir uma identidade oficial do assembleiano, distinguindo-o dos crentes de outras denominações e dos que eram considerados infiéis.

A questão é que esse uso evangelístico da felicidade passou por mudanças. Como já dito anteriormente, conforme a felicidade e o bem-estar começaram a ocupar cada vez mais um espaço central na sociedade de hiperconsumo que começava a se delinear na segunda metade do século XX, o discurso propagado nos meios oficiais das Assembleias de Deus passou a tratar de uma felicidade mais urgente (*aqui e agora*) e a conversão passou a representar a esperança de um futuro melhor e feliz ainda em vida. A felicidade se torna uma arma de uso constante na disputa pela subjetividade dos indivíduos e na conquista de novos fiéis, um elemento em uma complexa rede de poderes.

Para entender isso, é importante destacar que a pregação de Olson é evangelística, voltada principalmente aos não-crentes. Daí o discurso elaborado para atrair, conquistar os novos crentes em potencial. Há, então, vários “ganchos” discursivos comuns nas falas evangelísticas que estão presentes na do pastor: o tom de voz alegre e empolgado, como de quem descobriu algo e quer contar a novidade a todos; o tom adocicado, calmo no momento do convite, como de um sábio que aconselha; a análise cheia de certezas sobre o mundo; e uma descrição da vida daqueles que ainda não são convertidos que tem grande potencial de gerar identificação com a vida do ouvinte, que é levado a escutar tudo como se fosse uma conversa direcionada, pessoal, não-genérica. Mas um fator é incrementado aí como uma parte importantíssima de um maquinário: a promessa certa de felicidade pela conversão. Uma peça encaixada na narrativa feita para a conquista.

Já em uma lição publicada em 1981, o comentarista analisa a história bíblica do encontro entre Jesus e um grupo de leprosos, construindo mais uma das analogias entre a narrativa bíblica e o momento contemporâneo tão comum nos textos das LB e fazendo mais um uso do texto religioso como forma de validar uma ideia.

Foi o encontro mais feliz ocorrido na vida daqueles homens! Quem se encontra com Jesus está apto a receber bênçãos espirituais e, também, favores terrenos e físicos, isto porque a partir desse instante a pessoa a viver no âmbito das regiões celestiais, [...].

Assim como esses infelizes tinham em comum a mesma miséria [a lepra], igualmente o Senhor situa os pecadores num mesmo nível, não para condená-los, mas para deles ter misericórdia. (LIÇÕES BÍBLICAS, 2º trimestre, 1981, p. 53).

Nesse texto, o comentarista comparou os não-convertidos aos leprosos do texto bíblico. A infelicidade daqueles personagens é colocada no mesmo nível daquela dos considerados infiéis. A narrativa do encontro entre os leprosos e Jesus é então utilizada para representar a conversão: um momento descrito como um encontro entre os infiéis (infelizes, miseráveis) e o Cristo. Para o comentarista, nesse encontro, a infelicidade se converte em felicidade. Não se trata de uma felicidade apenas espiritual, mistificada. Trata-se uma felicidade manifesta em Terra, com bênçãos físicas incluídas. O “mundo”, lugar dos não-convertidos, daqueles que não viveram esse encontro, é apresentado como um espaço de miséria e a vida espiritual como um lugar de bênçãos e alegria. Nesse trecho, a felicidade “mundana” é negada: é impossível ser feliz antes de tal encontro.

Dessa forma, a felicidade chegou a ser um instrumento discursivo utilizado para atrair novos fiéis pela promessa de uma felicidade fruto de um processo que seria iniciado pela conversão.

3.2.3 *Renascimento*

Quando o homem vive sem Deus, os seus olhos espirituais são vedados, [...] mas pela conversão, o véu é tirado, [...] e seus olhos são abertos [...]. Com o coração purificado, o homem pode ver Deus [...] e compreender coisas espirituais. (LIÇÕES BÍBLICAS, 3º trimestre, 1981, p. 48).

Nascer de novo. A metáfora cristã para o batismo nas águas busca ressaltar a crença de que, ao ser mergulhado e retirado da água, o fiel se livra das marcas de seu passado como pecador e levanta-se como um novo homem: limpo, sem manchas, puro. Para os evangélicos, há, ainda, uma declaração de fé anterior ao batismo que é de suma importância para que o fiel seja aceito como parte da igreja: a conversão. No ato de conversão, o novo fiel declara “aceitar Jesus” diante da igreja, recebendo uma oração da liderança e sendo, então, integrado ao restante da congregação. A partir do momento em que “aceita Jesus”, o novo convertido, caso deixe de participar das atividades da igreja ou de viver conforme sua doutrina, será considerado “desviado”. Portanto, considera-se que, uma vez convertido, o fiel jamais retornará à condição anterior, visto que já teve seus “olhos abertos” e, mesmo assim, aceitou retornar às suas antigas práticas.

O termo “desviado” faz referência à metáfora do Caminho, muito comum entre os cristãos, em que a conversão é representada como o início da trajetória do novo fiel no “caminho da salvação”, uma rotina constante de busca pela santificação. Os desviados são aqueles que não se mantiveram na trajetória depois de iniciá-la. Essa talvez seja uma das melhores representações da forma como os assembleianos costumavam encarar (e talvez ainda encarem) sua fé: a salvação não aparece como uma coisa alcançável, mas como sendo o próprio caminho, um trajeto de aprendizado, renúncias e descobertas em que se molda e é moldado para tornar-se e manter-se santo. Claro, não estamos falando aqui da crença em uma salvação final e completa, mas da santificação como uma prática em vida, visível e testemunhável, que atestaria ao crente o *status* de “salvo”.

Existe, ainda, certa ênfase na vida do fiel anterior à sua conversão. Isso porque, ao se converter, o novo assembleiano passa a poder testemunhar sobre a mudança em sua vida após “aceitar Jesus”. Nesse sentido, quanto mais “pecaminosa” foi a vida do novo convertido, maior o poder do testemunho, visto que maior deve ter sido a transformação em suas práticas e comportamentos.

Assim, o testemunho, que pode e deve ser dado por qualquer novo fiel, tem um lugar de poder e legitimidade diferente daquele da pregação diante da igreja. Não se trata de

um estudo da Bíblia, uma revelação divina ou uma interpretação, mas um discurso que parte da própria história pessoal do fiel como evidência do poder divino em sua vida. Nesse sentido, o testemunho não é e não pode ser dado apenas através da palavra. O fiel testemunha com seu corpo, com suas vestes, com seu modo de falar, com seus gestos, que devem estar sempre em contraste com o passado pré-conversão. Quanto mais conhecido e mais desaprovado for esse passado e quanto maior for esse contraste, mais “forte” é considerado o testemunho religioso. A memória do passado pré-conversão é essencial para a construção da legitimidade da igreja. O próprio fiel é uma propaganda viva do que seria a transformação pela experiência religiosa.

Nesse sentido, o ato de conversão é um dos mais importantes para a vivência religiosa não só dos assembleianos, mas da maioria das igrejas evangélicas. Ao responder “sim” à pergunta sobre “aceitar Jesus”, acredita-se que o fiel se declara disposto a deixar para trás determinadas práticas, aceitando uma nova maneira de viver que deve ser marcada pela distinção. Em outros termos, a conversão deve ser o momento em que o indivíduo deixa o “mundo” e passa a integrar os “santos”, os “salvos”: a igreja.

Antes da conversão, o homem está sob o domínio da carne e, naturalmente, satisfaz os desejos do coração escravizado pelo pecado. Mas, ao aceitar a Cristo, o Espírito Santo entra e passa a habitar nesse coração.

Sua tarefa agora, é produzir completa limpeza, colocando fora os apetites pecaminosos, criando vida nova e cheia de frutos que são a natureza e os atributos de Cristo. Essa vida é chamada de vida do Espírito, vida real, abundante, livre de temores, de liberdade e paz, onde só Cristo reina. Nela, o pecado não mais encontra lugar.

[...] Andar no Espírito não é ser fanático ou barulhento. Ao contrário; é viver com temor diante de Deus, com cuidado, alegre e cheio de esperança, pois a salvação é alegria. [...] (LIÇÕES BÍBLICAS, 4º trimestre, 1979, p. 116)

No texto citado acima, publicado no último ano da década de 1970, a conversão é associada à alegria. Entretanto, por certo tempo, a conversão era considerada a inserção em uma nova vida que, tendo como foco a vida após a morte, não prometia grandes alegrias em Terra. Na verdade, era encarada como um renascimento, mudança de vida, transformação com objetivo na salvação, mas não na vida terrena. Ao se converter, o indivíduo se entregava ao trabalho de Cristo, aceitando sofrer e abrir mãos dos prazeres pelo bom testemunho e pela salvação após a morte. A ideia principal era a de que a conversão não tornava o homem imune ao sofrimento ou à tristeza, mas dava a ele outro tipo de alegria que se expressa inclusive no sofrimento e através dele. Assim, a felicidade adquirida pelo novo convertido era quase mística, espiritualizada, deveria ser independente das dores da vida humana.

Essa forma como a conversão era encarada e tratada nas revistas da EBD começa

a se modificar quando os autores dos textos passam a ressaltar o que entendiam como sendo um aumento da infelicidade existente no “mundo”, o que acontecia no mesmo período em que temas como a felicidade e, conseqüente, a infelicidade ganharam um espaço novo no mercado, nas mídias e até mesmo no campo religioso. As emoções humanas se tornaram um foco das questões discutidas e a conversão passou a desempenhar o papel de ponto de transição de uma vida infeliz para uma vida feliz. A nova vida do crente, agora verdadeiramente cheia de felicidade, passava a ser colocada sempre em oposição a uma vida anterior repleta de miséria e sofrimento. Converter-se passava a ser, então, o primeiro passo para adquirir a felicidade.

Nesse sentido, é preciso compreender que são defendidos certos critérios para que o novo fiel possa de fato receber as maravilhas prometidas após a conversão. Retomando a pregação de Olson em seu programa de rádio:

Alguém me perguntará: “que devo fazer, então, para receber a vida eterna e ver meus problemas resolvidos e o medo da morte eliminado do meu coração?”. Duas coisas devem acontecer: primeiramente, o arrependimento dos pecados. É absolutamente necessário confessar-se pecador diante de Deus. [...] O arrependimento quer dizer abandonar o pecado e afastar-se do mesmo. Cristo só te pede uma coisa: obediência a Ele. [...] Assim, Cristo é teu Senhor e Mestre, e tu, na linguagem da Bíblia nasceste de novo. Deus te deu a nova vida, transformou-te em filho Seu (OLSON, 2019)

A abstenção do pecado defendida pelo pastor Olson não é bem descrita em sua fala. É nesse ponto, afinal, que há grande parte da divergência entre as diferentes igrejas cristãs: o que é, de fato, obedecer a Cristo adequadamente? Como dito anteriormente, para os assembleianos essa obediência envolve uma série de posturas diversas, a aceitação de uma nova maneira de se viver baseada em normas, doutrinas e costumes que fazem parte daquilo que a Assembleia de Deus entende como sendo o processo de santificação.

3.2.4 Fazer a si mesmo

Ao apresentar a conversão como caminho para uma vida de alegria e felicidade, usando-a como elemento de conquista na evangelização, as Assembleias de Deus se inseriram em um campo de ofertas de felicidades variadas. Vários outros grupos já vinham apresentando caminhos para obtenção da felicidade, do sucesso ou, ao menos, para viver bem. Na verdade, a busca pela felicidade fazia acontecer e crescer um nicho de mercado. As ofertas vinham de lugares diferentes e eram feitas por meios diversos.

Em A Idade de Ouro, Georges Minois afirma que

A partir de 1980, contam-se às dezenas de milhares os livros de psicologia, Sociologia e Filosofia, assim como artigos em revistas especializadas ou destinadas ao grande público, sites e programas de televisão dedicados à felicidade e à maneira de ser feliz. Os maiores sucessos evidentemente alcançam os livros de receitas que, sob títulos variados, pretendem ser métodos infalíveis para alcançar a felicidade (MINOIS, 2011, p. 404).

De fato, um dos espaços de poder que disputa as noções de felicidade e os meios para alcançá-la é os livros de autoajuda. Embora eles tenham começado a ocupar os espaços das livrarias norte-americanas já nas primeiras décadas do século XX, o advento desse gênero literário no Brasil se deu principalmente a partir da segunda metade do século, o que coincide com o período aqui estudado. Em seu artigo intitulado “Por uma Sociologia da Autoajuda: o esboço de sua legitimação na sociedade contemporânea” (2019), Elaine da Silveira Leite considera que

De modo geral, foi somente em 1936 que a autoajuda se consolidou nas prateleiras das livrarias. Isso se deu a partir do sucesso do livro *Como fazer amigos e influenciar pessoas*, de Dale Carnegie, um guia para comerciantes que oferece dicas práticas e exemplos para ilustrar como se deve enfrentar as situações do cotidiano (McGee, 2005). Os princípios de Dale Carnegie deram início a um circuito internacional de treinamento profissional, que oferece cursos e palestras e vende produtos de autoaperfeiçoamento.

Para a socióloga Micki McGee (2005), Joseph Murphy – outro “clássico da autoajuda” que eclodiu pelo movimento do novo pensamento e ficou conhecido pelo livro *O poder do subconsciente* (1963) – defende que o subconsciente, ao aceitar uma ideia, começa imediatamente a colocá-la em prática. Murphy também é autor de *O poder milagroso de alcançar riquezas infinitas* (1975) e *1001 maneiras de enriquecer* (1966), ambos sucessos de vendas que até hoje figuram nas prateleiras das livrarias (McGee, 2005).

De acordo com Effing (2009), a literatura de autoajuda representa um pilar básico da cultura norte-americana, tendo se consolidado a partir da ideia de trabalho e esforço com Benjamin Franklin. Essa noção perdurou até meados do século XX; após a Segunda Guerra Mundial, tal literatura se constitui por meio de uma cultura de “lazer e facilidade”. Atualmente, consagra-se por sua ênfase no estudo do espírito e da mente para a conquista da felicidade e do sucesso. (LEITE, 2019, p. 920)

Assim, nas últimas décadas do século passado, os livros de autoajuda iniciavam seus anos de ouro no Brasil, dando sua parcela de contribuição para a crença de que todo homem poderia (e deveria!) ser feliz. O caminho para a felicidade era diferente em cada livro, mas o dever de percorrê-lo era uma afirmação comum.

Assim como entraram nos campos da mídia impressa e da mídia televisiva, os evangélicos também procuraram firmar seu lugar no crescente meio da literatura de autoajuda. Quando, em 1990, o evangelista norte-americano Billy Graham publicava seu *O Segredo da Felicidade*, no Brasil, já era comum que pastores das Assembleias de Deus publicassem livros

pela CPAD ensinando à sua maneira o que os livros de autoajuda seculares também buscavam ensinar: como um homem poderia alcançar sucesso e felicidade.

Não só os evangélicos brasileiros disputaram esse campo. O historiador Claiton Vicente Veiga de Sousa (2017) estudou, em sua dissertação de mestrado, como, por exemplo, o Padre Lauro Trevisan prescrevia aos seus leitores, entre os anos 1980 e 2013, os meios para alcançarem a felicidade e o bem-estar.

Considerando esse cenário, prescrições desse tipo eram diversas e vinham de diversos grupos. Quem procurasse por uma boa vida, cheia de felicidade, alegria e plenitude encontraria diversas ofertas de orientações para achá-la. Pela visão dos líderes assembleianos, seus fiéis estavam em um campo de ofertas erradas, pecaminosas e “mundanas”. Faziam então a sua oferta e a defendiam. Os textos das *Lições Bíblicas* e os espaços reservados para outras obras, como os livros de autoajuda que ensinavam a viver, eram um desses espaços de oferta.

Vejamos, em 1991, um número da revista feminina Claudia, já citada anteriormente, que trazia em sua capa (figura 10), entre várias outras informações, os dizeres “Felicidade também se aprende. Acredite”.

Figura 10 - Capa da revista Claudia de 1991



Fonte: Claudia (1991, capa).

Tal afirmação não deveria ser uma novidade para os assembleianos: havia muitos anos, eles já vinham estudando, ensinando e (quem sabe?) aprendendo a ser feliz.

Por fim, pode-se dizer que, dessa forma, as ideias de felicidade defendidas como

verdadeiras pelos líderes das Assembleias de Deus compunham também os projetos de identidade para o assembleiano brasileiro, sendo um dos elementos que deveria marcar a distinção que é base para as doutrinas assembleianas e, até hoje, é ponto essencial para entender esse fenômeno religioso: aquela que delimita a divisão entre os “santos” e o “mundo”.

3.3 Distinção e identidade: a felicidade na invenção dos “santos” e do “mundo”

Nos estudos históricos que procuram discutir os empenhos pela construção de uma identidade assembleiana, um aspecto essencial dessa construção é ressaltado e evidenciado nas fontes: a necessidade dos assembleianos de distinguirem-se não só de outras denominações religiosas, mas principalmente dos que eles chamavam de “mundo”.

Nas primeiras décadas do movimento assembleiano no Brasil, essa necessidade de distinção era afirmada pela crença na doutrina do batismo com o Espírito Santo, na evidenciação da glossolalia e a reafirmação constante da fé nos “dons do Espírito Santo”, como milagres, profecias e curas que eram atribuídos a essa doutrina. A mensagem pentecostal era, então, a principal marca de uma identidade religiosa em construção associada a um movimento que se espalhava pelo país.

Entretanto, o que diferenciava a mensagem pentecostal dos pioneiros e outras mensagens protestantes era a ênfase de que havia uma promessa, uma revelação de Deus que proporcionaria às pessoas maior relação com o ser divino. Essa promessa era justamente o batismo no Espírito Santo. [...] Portanto, parece-nos que essa doutrina conferia a identidade deste movimento perante os outros movimentos eclesiais do período. (PAULA, 2013, p. 63)

O batismo com o Espírito atestava, tanto no período, como atesta ainda agora para os pentecostais, uma suposta intimidade entre o fiel e o divino, de forma que confere certo poder ao crente batizado, como o direito a assumir determinados cargos de liderança e de ser respeitado como uma autoridade em meio à igreja. Wesley de Paula cita que, já no início do século XX, existia um certo controle por parte da liderança do movimento do número e nomes dos fiéis batizados com o Espírito Santo. Mais tarde, já quando começava a ser formulada a doutrina oficial da Assembleias de Deus, algumas funções de autoridade foram inclusive reservadas aos fiéis que tivessem experimentado o tal batismo, fato que permaneceu durante o recorte aqui estudado. Ou seja, o batismo com o Espírito Santo e a evidência da glossolalia não funcionaram só como marcos de identidade que distinguiam os assembleianos do

“mundo” e de outras vertentes religiosas, mas também eram um aspecto de distinção dentro do próprio movimento, diferenciando os fiéis uns dos outros.

Entretanto, a busca pelo poder e conseqüentemente a conquista desse poder ou o mérito de experienciar a manifestação desse poder, faz com que o fiel seja visto de outra maneira, tornando-o um membro respeitado, admirado dentro de um grupo. Esse fiel, dentro de um grupo específico, se transformaria em líder, em possuidor do poder. Dessa forma, ele passa a ser obedecido (PAULA, 2013, p. 70)

Se a promessa de felicidade era cada vez mais usada como forma de atrair novos fiéis e como parte daquilo que distinguiria os crentes do “mundo”, essa também aparecia na construção da distinção “interna”, entre os crentes batizados com o Espírito Santo e os que não eram:

Há outros [crentes] que sabem que Jesus batiza e até se alegram quando alguém é batizado com o Espírito Santo. Quanto a eles mesmos, não se preocupam com isto. Acham que são felizes por serem salvos. Vivem bem e não sentem nenhum desejo de buscar esse batismo. (LIÇÕES BÍBLICAS, 3º trimestre, 1976, p. 57)

Nessa revista da segunda metade dos anos 1970, o autor tece uma crítica aos já convertidos e, portanto, integrantes do grupo dos “salvos” que se consideram felizes mesmo sem ter vivido a experiência do batismo com o Espírito Santo. Há uma insinuação de que ser crente não é o bastante para a felicidade plena, que, para alcançar essa felicidade, há ainda algo faltante, algo a mais que deve ser vivido, conquistado, experimentado. É irônico que essa crítica aconteça no mesmo período em que os comentaristas das revistas e outros líderes das Assembleias de Deus falassem com mais frequência que a conversão era o passo necessário para ser feliz. Aqui, a conversão não basta. Há mais um passo que separa os verdadeiramente felizes daqueles que “acham que são felizes”. E, dessa vez, esse passo não distingue os crentes dos não-crentes, mas cria grupos diferentes de fiéis.

Em suma, a vivência religiosa dos fiéis assembleianos era associada muito mais a uma experiência corpórea do místico, baseada no “sentir Deus”, do que numa experiência intelectual ou mesmo doutrinária. O pentecostalismo, à época ainda uma mensagem recente no país, tornou-se, então, uma marca das Assembleias de Deus, distinguindo-as, ainda que os missionários que deram origem ao movimento não tenham sido os primeiros a trazer essa mensagem ao Brasil.

Mas se o batismo com o Espírito Santo conferiu por muito tempo a identidade assembleiana em construção, com o advento de outras denominações que também se reivindicavam pentecostais, das dissensões dentro do movimento e transformações morais e

políticas diversas na sociedade ao longo do tempo, os assembleianos passaram a propor com afinco a construção e o debate de outros traços que deveriam vir a construir a identidade do assembleiano, diferenciando-o e respondendo a essa necessidade de distinção. Isso é o que culminou na criação de convenções, conflitos entre pastores expressos em publicações oficiais e, na sua forma mais intensa, na já citada Resolução de Usos e Costumes de 1975.

A distinção como um aspecto essencial da identidade é um ponto comum entre várias vertentes religiosas. Em sua tese sobre a revista “Maria”, voltadas para mulheres católicas do grupo “Filhas de Maria”, Maria Lucelia de Andrade (2019) trata também dessa relação entre a força da distinção e a identidade religiosa:

Ser Filha de Maria, mais do que um pertencimento, era um sentimento de si, dar a si mesma a distinção da diferença. Distinguindo-se das jovens católicas em geral, ser e sentir-se Filha de Maria era se colocar no mundo de uma forma diferente. Portanto, era esse sentimento que a revista buscava despertar nas suas leitoras desde o primeiro número (ANDRADE, 2019, p. 94).

O sentimento de si que a revista Maria queria despertar em suas leitoras é semelhante ao que a revista *Lições Bíblicas* procurava despertar nos crentes das AD's: o de um cristão diferente, especial e único porque integrante de um grupo específico. No caso dos assembleianos, do grupo *certo*.

Essa ideia de ser diferente é bastante comum em grupos religiosos por diversas razões, visto que as religiões, assim como as comunidades em geral, costumam se construir a partir da invenção de um “outro”. No caso das Assembleias de Deus, entretanto, a diferenciação tem um peso essencial. Para as AD's, dentro do recorte estudado neste trabalho, o crente que não é evidentemente diferente desse “outro” inventado não pode ser considerado de fato parte do grupo:

Santidade esta manifesta na pureza de vida e nos costumes. Sendo o povo de Deus, eles não podiam viver como os ímpios. É um tropeço. Um contrassenso e um escândalo alguém dizer que é salvo e viver como um ímpio (LIÇÕES BÍBLICAS, 2º trimestre de 1980, p. 36).

A invenção desse outro do qual se deve diferenciar é muitas vezes a invenção de um inimigo comum ao grupo, que deve ser combatido por todos. Esse “outro” das assembleias de Deus é principalmente o “mundo”, ou seja, aquilo que está mais distante do que o cristão deve ser. É no “mundo” que eles enquadram o que consideram como sendo o pecado e os pecadores: membros de religiões não-evangélicas, não-religiosos, homossexuais, mídias não evangélicas, vestimentas consideradas imorais e tudo o que não está inserido no

campo do sagrado. Após a conversão, o indivíduo sairia então do “mundo” e entraria em seu oposto, o “santo”, a igreja, os “salvos”. Pautar essa distinção é, então, uma forma de delimitar esse inimigo comum, que deve estar sempre à distância, mesmo quando está em tudo o que os rodeia. Além disso, é uma forma de criar um senso de pertencimento para os que integram a igreja, aproximando-os pela invenção de uma comunidade pautada justamente nessa diferenciação. Mais que isso, essa ideia também ajuda a construir o sentimento de “santo” e “salvo” e, portanto, de especial diante de todo o resto e de todos os outros. Por fim, funciona como uma forma de propaganda da igreja, visto que pelo comportamento, fala e vestimentas o cristão assembleiano apresenta junto consigo a sua comunidade e suas ideias.

Só podem pertencer à igreja os que entram por Jesus, Jo 10.9, os verdadeiramente salvos e que constituem um “jardim fechado”: Estes estão separados do mundo, o qual ficou do lado de fora do muro da salvação. [...] O muro é uma obra de Deus e por isto sempre ficará de pé, porque a salvação é eterna, Hb 5.9. Jesus, o Salvador, eterno [...]. Ele é sempre o mesmo, Hb 13.8. Importa porém que este muro esteja erguido na nossa própria experiência. (LIÇÕES BÍBLICAS, 3º trimestre de 1978, p. 14)

Ora, quando as lideranças das assembleias de Deus passaram a tentar construir o movimento como uma comunidade, assumiram a responsabilidade de elaborar um projeto de espaço delimitado, com fronteiras definidas que marcariam o que seria o “eles” e o “nós”.

Ironicamente, para que essa fronteira assumisse valor de legitimidade, de verdade e concretude, ela precisava ser adaptada, “remendada” a partir de reflexões feitas sobre as mudanças naquele “outro” que também precisava ser definido. Se o “mundo” mudava, os “santos”, a “igreja”, mesmo quando pregavam a estabilidade de suas ideias por serem estas entendidas como sagradas, precisavam mudar também, moldando o “muro” que costumavam dizer ser concreto. O que, na verdade, faz completo sentido quando o comentarista escreve no comentário acima que esse muro de distinção deveria ser erguido na experiência daqueles fiéis. É essa experiência tão humana e histórica que faz essa troca entre os “nós” e os “eles” ser tão necessária. Nem sempre uma troca limpa e assumida de bom grado, mas muitas vezes, como no caso dos assembleianos, negada incessantemente e quando assumida justificada das mais variadas formas.

Em outras palavras, o “muro” que separa igreja e mundo precisava ser flexível para que se mantivesse de pé e, mais que isso, a igreja, como comunidade e espaço de fé com identidade delimitada, não poderia existir sem manter uma relação constante com seus “outros”.

Esse movimento já é evidente no que se trata de discussões relacionadas a

novidades no campo da moda, das tecnologias e mercado, mas pouco se fala dele no campo das discussões sobre sensibilidades, emoções e sentimentos.

Ora, com o advento do que Lipovetsky (2006) chama de Sociedade de Hiperconsumo, veio também um novo sentimento de si, com uma ênfase maior no prazer, na alegria, no bem-estar e na felicidade. O que Lipovetsky definiu como sendo a “sentimentalização do mundo” foi na contramão do que, em boa parte de seus documentos oficiais no século XX, os assembleianos esperavam que seria o futuro. Com um mundo que passava a pautar a felicidade e o bem-estar em espaços diversos, trazendo tutoriais, definições, imagens e sorrisos, a felicidade se tornou, então, mais um dos elementos em disputa pela igreja, integrando a invenção desse “muro” que separaria os “santos” e o “mundo”. Em outras palavras, a ideia de “verdadeira felicidade” passou a compor essa distinção tão necessária entre o “eu” e o “outro”.

3.3.1 As “falsas” felicidades

Um aspecto dessa discussão chama atenção: como debatido anteriormente nesta pesquisa, a ideia de felicidade que costumava ser defendida pelos assembleianos em seus documentos oficiais nas primeiras décadas do movimento no Brasil abria espaço para que um “mundano” ou infiel fosse reconhecido como feliz, visto que a felicidade buscada pelo fiel assembleiano seria conquistada em sua plenitude após a morte, no campo do sobrenatural. A morte seria o divisor, quando o não-crente, até então feliz e pleno, passaria a ser necessitado e infeliz, trocando de lugar com o fiel sofredor que então assumiria sua posição de alegria eterna. Esse discurso foi sendo reforçado ao longo dos anos, com os autores dos materiais produzidos pela CPAD dando mais ênfase à felicidade como recompensa que apenas ao livramento do sofrimento eterno. Essa forma de tratar a felicidade cristã e a mundana permaneceu forte ainda por várias décadas, sendo possível notá-la nas revistas *Lições Bíblicas* publicadas nos primeiros anos do recorte aqui estudado. Com isso, percebe-se, uma mudança significativa: esse novo sentimento de si associado a uma nova forma de se pensar e viver o consumo, que começava a encontrar mais espaço na sociedade ocidental valorizando tanto a felicidade, adentrava a sensibilidade cristã assembleiana que precisava constantemente discutir o mundo a sua volta como forma de se diferenciar dele.

Não se pode, ainda, ignorar as relações entre essas mudanças e o avanço de novas tecnologias de poder apontadas por Michel Foucault, quando, no biopoder, a vida, a felicidade e o bem-estar passaram a ocupar mais e mais o lugar de objeto político. Discursos antes muito

pautados no medo e na punição começaram a adquirir características de convencimento e conquista focados no prazer e na recompensa. É interessante, considerar, por exemplo, que, segundo Marcos Napolitano (2014, p. 147), na primeira década do período proposto para o início do recorte desta pesquisa, “nunca fomos tão felizes” era um *slogan* de TV difundido durante um regime ditatorial que teve nos anos 1970 seu período mais contraditório, marcado tanto pelo “milagre econômico” quanto pela intensificação das práticas de repressão. Esse uso político da felicidade também não é aleatório. A igreja intensifica seus usos das boas emoções porque estava inserida em uma rede maior na qual a ordem, a obediência e o medo passavam a funcionar cada vez menos sozinhos para que certos interesses de controle e disciplina fossem atingidos (porque, convenhamos, há pouquíssimas evidências de que um dia já tenham funcionado sozinhos) e, nem por isso, o medo e a repressão deixaram de ser também utilizados pelo regime.

Logo, isso não significa também que o medo tenha deixado de ser um aspecto importante no discurso religioso expresso nas revistas *Lições Bíblicas*. A punição dos infiéis e o livramento dos crentes continuam sendo temas-base dos textos, mas a ênfase vai se deslocando do temor do inferno para o desejo de ser feliz.

Por outro lado, conforme a vida terrena e os desejos vão ganhando mais destaques nos textos, começa a aparecer mais frequentemente questões como a trazida no início deste tópico: a conversão sendo apresentada como um caminho para a felicidade. Como dito, em meio a diversos usos de mercado da felicidade e do bem-estar, como ferramentas publicitárias para a venda de produtos e serviços e para a propagação de outros modos de vida aquém aos da doutrina cristã defendida nos discursos oficiais das AD's, a própria igreja passa a usar também a felicidade, prometendo-a e ofertando com ela sua doutrina e seus modos de vida. É tecida, assim, uma disputa da felicidade entre os “santos” e o “mundo”.

Porém, quando havia inúmeras outras ofertas de felicidade “mundanas”, muitas delas ligadas a comportamentos distantes daquilo que era defendido pela doutrina das Assembleias de Deus, oferecer também a felicidade em suas revistas, livros e panfletos não era o suficiente, afinal, esses grupos não estavam falando da mesma felicidade. A disputa entre o que seria a “verdadeira felicidade” já existia entre grupos diferentes da sociedade. As receitas eram diversas. O que os assembleianos fazem, principalmente através da CPAD e das revistas *Lições Bíblicas*, é inserir-se nessa disputa, ofertando um outro modo de ser feliz defendido como verdadeiramente certo e bom.

Poucas vezes os comentaristas das *Lições* definem o que é a verdadeira felicidade para eles. Ao tentarem defini-la, eles recorrem muito mais a dizer o que ela não é. É pela

oposição que eles dizem o que são. Ou seja, semelhantemente à identidade assembleiana em construção (eu sou isto porque não sou aquilo), a ideia de felicidade defendida nas revistas *Lições Bíblicas* também é formulada a partir de uma negação (a verdadeira felicidade é isto porque não é aquilo). Retomemos aqui um trecho já citado em um tópico anterior:

De fato, a verdadeira felicidade não se encontra em viver para si mesmo, mas sim em servir ao Senhor e ao próximo. É o pior negócio que o homem faz, o de trocar sua alma pelos prazeres deste mundo (LIÇÕES BÍBLICAS, 1º trimestre de 1978, p. 52)

O texto acima foi escrito em 1978 por Nels Lawrence Olson. Nele, o “Pastor Lourenço” diz em que consistiria a “verdadeira felicidade”, mas a ênfase é bem maior sobre sua negação. Ora, quando o autor fala em “verdadeira felicidade”, faz também existir em seu discurso uma “falsa felicidade”. Melhor: se só uma é verdadeira, todas as outras são então colocadas no campo do falso. Seriam “falsas” felicidades, no plural.

Ao construir um campo, o outro também é construído como sendo seu oposto. É nessa relação constante de oposição entre a “falsa felicidade” e a “verdadeira” que consiste a disputa da ideia do que é ser, afinal, realmente feliz. Entretanto, é possível perceber que o autor partiu da negação, da definição do que considera a felicidade “falsa”, para definir a “verdadeira”. É ao dizer que a felicidade não consiste em “viver para si mesmo” que Olson diz finalmente em que ela consistiria: “servir ao Senhor e ao próximo”. E não é aleatório que Lawrence tenha utilizado esse seu espaço nas *Lições Bíblicas* para criticar a ideia de felicidade ligada ao “viver para si mesmo” justamente naquela que ficou conhecida como a “década do eu”.

Sobre o fim da década de 1960 e o início da década de 1970, Dernise Bernuzzi de Sant’Anna afirma o seguinte em seu livro sobre a História da Beleza no Brasil:

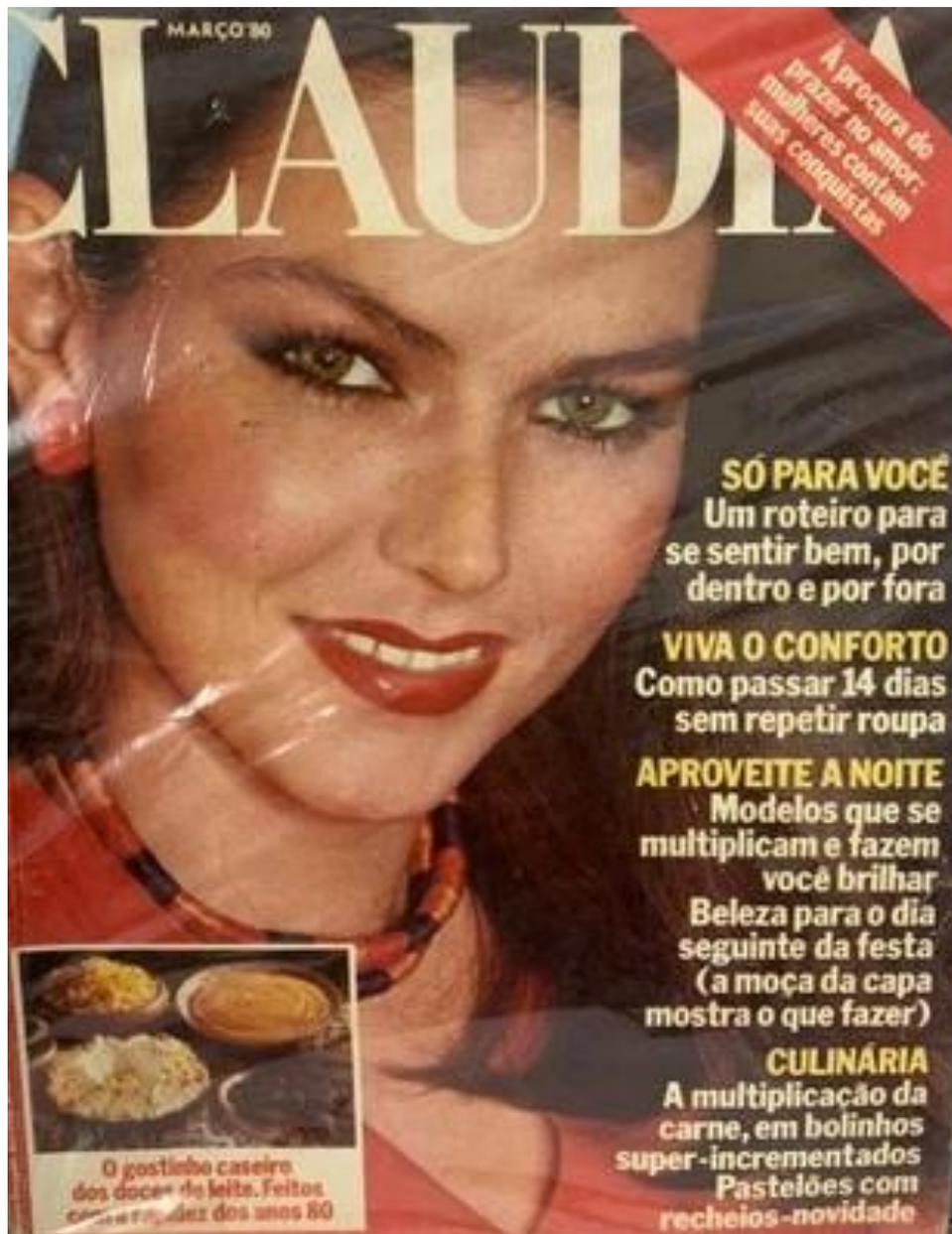
A imprensa, de modo geral, não demorou a publicar conselhos para que os jovens combatassem a timidez, soltassem as amarras corporais, descobrissem o prazer de assumir suas qualidades. A gíria “ficar (ou estar) na minha” afirmou-se como um modo de distinguir os momentos de convívio pessoal, sem a necessidade de dar satisfações aos outros. É provável que as expressões “ficar na sua” e “ficar na minha” fossem filhas do individualismo em desenvolvimento no Brasil. (assim como hoje o insistente “está ligado” parece resultar da obsessão em manter-se permanentemente conectado com determinados sinais externos). (SANT’ANNA, 2014, p. 133).

Assim, a década de 1970 foi caracterizada em muitos sentidos por uma intensa valorização do sentimento de si, do descobrimento da própria intimidade para obtenção de

bem-estar e prazer, que se manteve pelas duas décadas seguintes. Nesse contexto, era divulgada a noção de que descobrir a si mesmo e aos seus desejos era também descobrir a felicidade, o prazer e o bem-estar. A própria Denize Bernuzzi, ainda no livro já citado, traz como fonte, sob a legenda “o apelo à sensualidade física fazia-se junto à promoção do individualismo” (SAN’TANNA, 2014, p. 144), um anúncio bastante indicativo dessa sensibilidade tanto focada no “eu”: a ilustração de uma jovem de mãos nos quadris usando jeans “cintura-baixa” e com as costas nuas aparecia atrás da frase “É mais gostoso ser você mesmo”.

Semelhantemente, em 1980 a busca pelo bem-estar foi assunto de capa da edição de março da *Cláudia*, revista nacional focada no público feminino de classe média:

Figura 11 - Capa da revista *Claudia*, “Um roteiro para se sentir bem, por dentro e por fora”



Fonte: Cláudia (número 222, Editora Abril, março de 1980).

Dessa forma, a revista se propõe a trazer um “roteiro” para o bem-estar não só físico, “por fora”, mas também “por dentro”, alcançando um nível de sensibilidade emocional, essa do “eu” que descobre e valoriza não só seu corpo, mas também suas emoções, mente e espírito. Por outro lado, o anúncio desse roteiro é feito abaixo da indicação de outro assunto a ser abordado na revista: “À procura do prazer no amor: mulheres contam suas conquistas”. Não é difícil imaginar que esse tema, da maneira como aí é tratado, fazia parte do grupo de assuntos considerados inadequados pelos comentaristas das *Lições Bíblicas*.

A igreja não podia se manter isolada desses discursos ou ignorá-los. Com isso, os desejos individuais e os prazeres começaram a conquistar cada vez mais espaço nas preocupações da liderança das AD's e nas páginas das *Lições Bíblicas*. A relação que os comentaristas das LB estabeleciam com esses discursos nesse período era bastante complexa e conflituosa: começavam a abrir mais espaço para discussões sobre desejo e intimidade ao mesmo tempo em que tentavam limitar a valorização do “eu” e das vontades pessoais.

4 TEMPLOS DE CARNE: CORPO, DISCIPLINA E BEM-ESTAR

4.1 (Des)construindo muros e (re)definindo marcos: santificação, família e liberdade

Como já dito, ao falar sobre a "verdadeira felicidade", os autores das *Lições Bíblicas* não apresentam um tutorial para alcançá-la. Não há sequer uma definição bem estabelecida. É muito mais comum dizerem o que ela não é, contrapondo-se ao que dizem ser a felicidade apresentada pelo "mundo": prazeres, desejos, sucesso, dinheiro, fama. Não que estes tenham sido sempre negados nos discursos oficiais da igreja, mas são, por vezes, apresentados como coisas que podem acompanhar a alegria do crente, mas não ser a fonte dela. Os discursos envolvendo a felicidade, a alegria e o bem-estar são, na verdade, bastante genéricos: em suma, é defendido que a verdadeira felicidade e a alegria real podem ser encontradas no servir a Deus corretamente, sem pecados, seguindo a doutrina bíblica, pois, como trazido nas revistas, "Cristo é o Grande Libertador, Jo 8.32. E quem o aceita não mais pode viver no caminho do pecado. O caminho do pecado é para baixo, para o abismo. Livremo-nos dele, pois, e seremos felizes para sempre" (LIÇÕES BÍBLICAS, 4º trimestre de 1978, p. 68). É justo questionar, então, o que significou para os assembleianos, ao longo dos anos, servir a Deus corretamente, bem como entender o que foi considerado como atos pecaminosos pela igreja no período aqui estudado.

Nesse sentido, há uma palavra comum nas LB's tanto quando o assunto é a alegria, a felicidade e o bem-estar quanto quando o tema discutido é a forma correta de servir a Deus: a santificação.

1. A alegria no Senhor é uma força para experimentarmos a santificação. Diante de uma vida cheia de satisfação, as coisas fúteis desse mundo não terão valor nenhum, Sl 4.8. A alegria se torna uma força, Ne 8.10, que nos dá condições para suportar o rosto dos crentes, Pv 15.5, e assim ficam resplandecendo, Sl 34.5. Deus que fez resplandecer o rosto de Moisés, Ex 34.29, e o rosto de Estêvão, At 15, deseja também fazer que o rosto dos crentes de hoje brilhem como uma "propaganda celestial" da gloriosa salvação, que Deus nos preparou 2Co 13.18.

2. [...] Quando pela força da santificação, o crente começa a aborrecer a iniquidade e amar a justiça, então Deus o unguirá com o óleo da alegria, mais do que os seus irmãos, Hb 1.9. Que cada um possa ser unguido com este óleo de alegria!!! (LIÇÕES BÍBLICAS, 4º trimestre de 1977, p. 20-21).

O segredo para a felicidade verdadeira seria, então, a santificação. Em contrapartida, essa alegria daria a força necessária para atingir a santificação. Vimos que, ao longo do tempo, a alegria e o bem-estar foram mobilizados de formas diferentes para defender a conversão e a santidade. O que seria, então, ser santo para esse grupo religioso? Nem

sempre foi a mesma coisa. A ideia de santidade, a qual a alegria, o bem-estar e a felicidade costumavam estar associadas, foi central para defender posturas e comportamentos diversos ao longo dos anos de existência das Assembleias de Deus. Na verdade, a santificação foi uma das bases para legitimação de um dos documentos mais importantes das ADs, documento esse que ajudou a definir por décadas o assembleiano ideal. Se é preciso ser santo para ser feliz, o que é preciso para ser santo?

Na manhã do dia 22 de janeiro de 1975, durante uma sessão da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil realizada em Santo André, o Pr. Geziel Nunes Gomes leu para líderes assembleianos de todo o Brasil uma proposta de normatização oficial dos costumes para as igrejas. Após a leitura, a proposta foi aprovada unanimemente, tornando-se a primeira resolução oficial de usos e costumes das Assembleias de Deus no Brasil, conhecida como a Resolução de Santo André:

“E ser-me-eis santos, porque eu, Senhor, sou santo, e separai-vos dos povos, para serdes meus” (Lv 20.26).

A Convenção Geral das Assembleias de Deus, reunida na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, reafirma o seu ponto de vista no tocante aos sadios princípios estabelecidos como doutrinas na palavra de Deus - a Bíblia Sagrada - e conservados como costumes desde o início desta obra no Brasil. Imbuída sempre dos mais altos propósitos, ela, a Convenção Geral, deliberou pela votação unânime dos delegados das igrejas da mesma fé e ordem em nosso país, que as mesmas igrejas se abstenham do seguinte:

1. Uso de cabelos crescidos, pelos membros do sexo masculino;
2. Uso de traje masculino, por parte dos membros ou congregados do sexo feminino;
3. Uso de pintura nos olhos, unhas e outros órgãos da face;
4. Corte de cabelos, por parte das irmãs (membros ou congregados);
5. Sobrancelhas alteradas;
6. Uso de minissaias e outras roupas contrárias ao bom testemunho da vida cristã;
7. Uso de aparelho de televisão - convindo abster-se, tendo em vista a má-qualidade da maioria dos seus programas; abstenção essa que justifica, inclusive, por conduzir a eventuais problemas de saúde;
8. Uso de bebidas alcólicas (RESOLUÇÃO DE SANTO ANDRÉ, 2004, p. 438).

As palavras presentes no documento oficial publicado procuram afastar a ideia de que essas normas são algo recém-pensado, o que é bastante compreensível vindo de uma tradição religiosa que costumava travar combates contra as inovações, constantemente vistas com desconfiança e cautela. Dessa forma, a oficialização das normas é apresentada como uma “reafirmação” de um ponto de vista que deveria ser suposto como já comum aos assembleianos (pois estabelecido como doutrina Bíblica) e já praticado desde o início do movimento religioso. Assim, as novas normas foram sustentadas em duas bases: a Bíblia, interpretada como atemporal, e a permanência tradicional de tais ideias no movimento religioso desde sua origem. Para legitimar a novidade, entravam em jogo a Palavra Sagrada e

a tradição.

Entretanto, longe de ser uma unanimidade, a questão dos costumes foi um ponto comum de discussão e conflitos entre líderes das AD's ao longo dos anos. O próprio “historiador oficial” da denominação, Silas Daniel, afirma em sua História da Convenção Geral das Assembleias Deus no Brasil que a primeira proposta de oficialização de regras de usos e costumes foi rejeitada pela CGADB em 1946 durante a reunião da convenção realizada em Recife.

Na época, a Convenção abriu uma sessão para debater um artigo publicado no Mensageiro da Paz pela Assembleia de Deus de São Cristóvão, na época liderada por Otto Nelson, que também foi comentarista de vários números das *Lições Bíblicas*. Uma característica importante das orientações trazidas nesse artigo é que todas as regras se referiam à vestimenta, usos do corpo e comportamentos das mulheres das congregações, sob o argumento de que “Deus sabia desde o princípio que a mulher é a parte mais fraca e mais facilmente tentada para a vaidade” (MENSAGEIRO DA PAZ, 1ª quinzena de julho de 1946, p. 3). As regras incluíam a proibição de raspar sobrancelhas, cortar cabelos ou deixá-los soltos e exigiam uso de mangas compridas, além de recomendar uso de meia-calça e ditar o comprimento dos vestidos. O não cumprimento das regras pelas irmãs seria punido com o afastamento da igreja por três meses e, caso a desobediência fosse mantida, com o afastamento definitivo por rebelião.

O artigo não foi bem aceito pelos convencionais, que decidiram incumbir Samuel Nystrom de compor um outro artigo em resposta ao da igreja de São Cristóvão. Nystrom optou por publicar também no Mensageiro da Paz um texto intitulado Dando lugar à Operação do Espírito. O artigo começava da seguinte forma:

Em qualquer tempo, lugar ou circunstância devemos lembrar-nos não se consegue fazer a obra do Senhor por força nem por meios violentos, resoluções ou imposições [...]

As ordenanças para manifestar humildade e severidade para com o corpo servem para satisfazer a carne, êro e êle (*sic*) com facilidade arranja dos que se julgam mais santos do que outros, e isto resulta em inchação vã que cria o espírito de fariseu, que é o maior impedimento para as bênçãos de Deus. (MENSAGEIRO DA PAZ, 1ª quinzena de janeiro de 1947. p. 3)

Um mês após o texto de Nystrom, a resolução da igreja de São Cristóvão foi revogada. Vinte e nove anos depois, a Resolução de Santo André foi aprovada unanimemente. É importante considerar que a CGADB de 1975 não era a mesma de 1946. Em quase trinta anos, o grupo de convencionais mudou, embora alguns tenham permanecido. O tempo

também era outro. O mundo mudava e, com ele, as demandas, debates e tensões da igreja.

Tais mudanças se refletiram no conteúdo da nova resolução, bem como na escolha das palavras usadas no documento. Entre as mudanças, talvez a mais notável seja uma questão de gênero: não só a maioria das regras não cita um gênero específico, como também os homens foram inseridos na discussão. Agora não só o corpo feminino era regrado e disciplinado, mas o masculino também. Outro detalhe de extrema importância está nas estratégias de linguagem utilizadas: em 1946, aqueles que formularam a resolução optaram por enfatizar a punição às irmãs que não seguissem as regras estabelecidas. A resolução da CGADB, por outro lado, é iniciada com um versículo bíblico sobre a santificação, insinuando ao leitor que aquele que não segue o que ali é expresso não se mantém santo e contraria a palavra divina. Além disso, as abstenções do documento de Santo André não são dirigidas aos indivíduos, mas à igreja (“que as mesmas igrejas se abstenham do seguinte”). Em outras palavras, a não abstenção passa a ser um problema não individual, mas de toda a igreja. No texto, o corpo do crente é encarado como um corpo coletivo.

Em suma, uma das bases utilizadas para legitimar a Resolução de Santo André, a suposta tradição da igreja em já seguir tais “usos e costumes”, foi na verdade alvo de discussão dentro das Assembleias de Deus, e não um consenso imutável. Porém, estabelecer esse sentimento de tradição era essencial para construir o senso de identidade que se queria para o grupo e, ao mesmo tempo, dar a impressão de estabilidade e permanência. Entretanto, se tais costumes já eram praticados tradicionalmente pelos membros sem quaisquer conflitos, qual a necessidade de firmá-los em um documento oficial?

Como já dito: além da tradição, a ideia de santidade também foi utilizada para dar legitimidade à resolução, o que foi feito a partir da citação de um versículo bíblico. Assim, seguindo tais regras o crente se manteria santo.

É essencial compreender que, para os assembleianos, a santificação não seria uma experiência mística, mas uma prática constante que deveria abranger todos os aspectos da vida do cristão em seu dia-a-dia:

Para alguém ser santo não necessita ser submetido a processo secular de canonização e afinal ser proclamado, post mortem, com direitos à santidade. Santidade é uma experiência diária na vida dos crentes que seguem o caminho dos justos (LIÇÕES BÍBLICAS, 4º trimestre de 1978, p. 69).

Por sua vez, no texto abaixo, retirado de um número da *Lições Bíblicas* de 1977, o comentarista ressalta que a santificação não poderia ser encarada como apenas “interior”, emocional, mas deveria ser evidenciada em todo o viver e fazer do crente. Na verdade, o que

mais aparece é justamente o externo: o corpo. É isso que aqui nos interessa.

Alguns pensam que a santificação é uma coisa relacionada unicamente com o nosso homem interior, isto é, com o nosso espírito e nossa alma. É bem verdade que a santificação sempre começa no coração, Pv 4.23, mas de lá a santificação começa também no nosso corpo, e, através dele, em TODA A NOSSA MANEIRA DE VIVER, 1 Pe 1.15.

[...]

A salvação traz uma transformação total, pois exige que tudo em todos esteja em harmonia com ela. Quando o evangelho penetra em ambientes onde até mesmo a higiene pessoal e a do lar são negligenciadas, opera-se uma transformação radical. Após a experiência da salvação, as pessoas sempre andam limpas, têm a sua roupa bem lavada e o seu lar asseado. A salvação, portanto, eleva não somente a moral mas também o nível social. [...]

A santificação exige que o nosso exterior esteja em harmonia com as características da nova vida. O crente veste-se agora, não como um “escravo da moda”, mas conforme o seu bom gosto e de acordo com os seus recursos. O “figurino” do crente é sempre: “traje modesto com pudor e modéstia”, ITM 2.9. Para um crente santificado não existe o problema do cabelo. Ele simplesmente cumpre o que a Bíblia ensina: “É desonra para o varão ter cabelo crescido”, 1 Co 11,14, e “ter a mulher cabelo crescido lhe é honroso”, 1 Co 11.15. A santificação também sobre a maneira do crente comer e beber. O crente não é glutão, que vive para comer, mas ele come para viver. Nem tampouco usa bebidas alcoólicas. É abstenho, isto é, afasta-se totalmente do vinho. A Bíblia diz: “Não olhe para o vinho”, PV 23.31. (LIÇÕES BÍBLICAS, 3º trimestre de 1977, pág. 38-39).

Higiene, vestimentas, corte de cabelo, comidas e bebidas. Tudo isso faz parte do universo daquilo que os cristãos assembleianos estendiam como santificação. Isso porque a ação de santificar-se era defendida como um ato de separação, de distinção, o “muro” que separaria os “salvos” do “mundo”:

Para entender o que é santidade, é necessário considerar também os seus antônimos. Por exemplo: pureza-impureza, limpo-impuro, honrar-desonrar, consagrar-tornar comum, e bem assim o pecado e seus vários sinônimos.

A palavra hebraica traduzida “santo” significa basicamente “separar ou cortar”. A palavra grega significa “não deste mundo”. A ideia principal então de santidade é “separação”.

Esta separação envolve duas coisas: 1) separação do mal e 2) dedicação a Deus. As duas coisas complementam-se mutuamente [...] (LIÇÕES BÍBLICAS, 2º trimestre de 1976 p. 48-49).

Mais uma vez, os dirigentes da igreja usavam a estratégia de definir-se a partir do “outro” que constroem, delineando aquilo que são pela oposição ao que dizem não ser. Nesse trecho, tal separação do “mundo” seria a separação do mal. O texto acima foi publicado no ano seguinte à resolução de Santo André. Se tal resolução associava a santificação às abstenções ali defendidas, é possível entender que as coisas das quais os crentes deveriam se abster estavam inseridas no que eles interpretavam como sendo o mal. O “mal”, como entendido pelos assembleianos, assim como para grande parte dos pentecostais, não estava só

no campo espiritual, mas se manifestava nas roupas, nos comportamentos, maquiagens, cabelos e, naquele momento, até mesmo nos aparelhos de televisão que estavam se popularizando no Brasil. É um mal que se faz presente em todos os campos da vida, bem coerente com uma fé que deveria ser praticada e evidenciada em todo o viver. Para os líderes assembleianos que escreviam as *Lições Bíblicas*, não havia intimidade que estivesse fora dos domínios da religião.

O uso do versículo bíblico remetendo à ideia de santificação no início do texto da Resolução tinha provavelmente a intenção de firmar essas regras em bases bíblicas e, portanto, perenes, visto que a chave de leitura da Bíblia comumente trazida nas *Lições Bíblicas* era a de que tal livro estava para além do tempo. É o que Bertone de Oliveira Sousa define como sendo uma leitura fundamentalista da Bíblia. Nas palavras de Sousa:

As revistas da EBD constituem um dos mais evidentes exemplos da leitura fundamentalista da Bíblia operada pela AD. Por leitura fundamentalista entende-se aqui uma concepção da Bíblia como um livro ditado, palavra por palavra, pelo próprio Deus, que por isso é infalível e contém todas as verdades e respostas necessárias à existência humana, fazendo uma interpretação literal e atemporal de seus textos e negando, por conseguinte, os condicionamentos humanos e históricos dos autores e das sociedades que produziram os livros e cartas nela contidos (SOUSA, 2010, p. 229).

Nesse sentido, afirmar que uma ideia era uma doutrina bíblica era uma forma de firmá-la como imutável. A santificação deveria ser entendida como uma ordenança divina para todos os crentes em todos os tempos. Se santificar-se era viver de acordo com a resolução de Santo André, tais regras não deveriam ser passíveis de mudanças ou alvo de conflitos.

A realidade, no entanto, é que a discussão sobre hábitos e comportamentos, os chamados “usos e costumes”, perdurou mesmo após a resolução. Uma evidência disso que se insinua em algumas das páginas das *Lições Bíblicas* diz respeito, por exemplo, à natureza temporal ou atemporal dessas regras. Seriam os costumes doutrinas bíblicas que deveriam ser seguidas eternamente ou apenas questões relacionadas e adaptadas ao tempo e, portanto, passíveis de mudanças?

Os comentários de João de Oliveira feitos no terceiro volume de 1977 da *Lições Bíblicas*, por exemplo, trazem um olhar diferenciado sobre os costumes, diferenciando-os do que chama de “doutrinas da salvação”:

Não podemos destacar um texto do V.T. e, isoladamente, transformá-lo em uma doutrina do N.T. e, nem tampouco, aplicar os costumes judaicos como doutrinas

para os gentios; nem mesmo os costumes e hábitos do passado como doutrina para os nossos dias. Os bons hábitos e costumes podem ser bons e justos, mas não são doutrinas bíblicas para a salvação; que se aplica em todos os tempos, em todos os lugares e todos os povos. Não pode haver mudança na doutrina da salvação (LIÇÕES BÍBLICAS, 3º trimestre de 1977, p.29).

Dessa forma, João de Oliveira trazia uma leitura da Bíblia diferente da que Bertone de Oliveira Sousa definiu como fundamentalista. Nesse número da revista, o “pastor João” propunha uma interpretação bíblica que levasse em consideração tempo, espaço e cultura, contextualizando o texto bíblico:

Muitos crentes são ávidos por discussão, dos seus pontos de vista, chamados de “doutrina”... uns sobre véus... outros sobre o dia de sábado... também sobre o que se deve comer.

Todos esses pontos, são encontrados na Bíblia, mas não são disciplina aplicáveis à salvação em nossos dias; é uma questão de lugares, tempos e costumes de certas épocas. Aqui estamos estudando, simplesmente, apresentando como os hábitos devem ser controlados (LIÇÕES BÍBLICAS, 3º trimestre de 1977, p. 27).

A interpretação de João de Oliveira abria, portanto, espaço para transformações nos costumes da igreja. Visão essa que não era compartilhada por todos os comentadores. Em 1981, o missionário Eurico Bergstén, por exemplo, publicava um comentário que trazia uma ideia mais conservadora quanto aos costumes:

Devemos somente guardar o modelo da Bíblia [...] e não permitir que mudem os marcos, Pv 22.8;23.10. Quando os marcos são mudados, então entra no santuário do Senhor aquilo que Deus ordenou que não deveria entrar, Lm 1.10. Digamos como Nabote! Não cederemos a nossa herança.

[...]

Quando os crentes não cedem às pressões, sejam do mundo ou dos religiosos, são taxados de intransigentes, atrasados, ignorantes, etc. Porém, muitos preferem ficar firmes, agradando a Deus, [...] mais do que ao mundo [...] sabendo que a amizade do mundo é inimizade contra Deus, Tg 4.4. (LIÇÕES BÍBLICAS, 3º trimestre, 1981, p. 15)

Algumas páginas à frente do mesmo número da revista, o missionário reafirma sua posição:

Precisamos manter firme a linha divisória com o mundo. Aquele que quiser ser amigo do mundo, se torna inimigo de Deus [...]. Existe o perigo de uma nova geração começar a ser mais liberal e menos séria na sua atitude com o mundo. Não devemos mudar os marcos, Pv 22.28; 23.10. (LIÇÕES BÍBLICAS, 3º trimestre de 1981, p. 26)

Como pode ser notado, enquanto João de Oliveira separava os “costumes” das “doutrinas”, trazendo uma leitura da Bíblia que entende as transformações ao longo do tempo

como legítimas e não fruto de pecado, Eurico Bergstén defendia a ideia de que os “marcos” devem ser fixos, rígidos, resistindo ao tempo.

O fato é que mudanças ocorreram e certos “marcos” foram modificados. Se a definição do que é ser “santo” era um ponto comum de debates e discussões, sem uma posição pronta e estabelecida em consenso pelos líderes assembleianos, o que mudou para que em 1975 fosse aprovado um texto que estabelecia oficialmente uma série de normas associadas à ideia de santidade?

Ao que se pode perceber, um certo medo do tempo se apresentava nos textos dos comentadores das revistas da Escola Dominical. Muitas vezes, um sentimento de urgência aparecia nas discussões e temas trazidos nas revistas.

Na década de 1970, o Brasil estava ainda sob o regime da ditadura civil-militar, em um período marcado pela censura e por discursos conservadores. Nele, a cultura era um campo disputado pelo regime e, nesse campo, havia a invenção constante de inimigos políticos contra os quais o Estado deveria lutar em nome de um determinado projeto de sociedade. Nas palavras da historiadora Meize Regina de Lucena Lucas,:

Para se manterem, as ditaduras recorrem tradicionalmente a duas instâncias de poder: a violência e a cultura. No primeiro caso, há a construção de um inimigo comum contra o qual lutar e manter vigilância, o que implica a perda das singularidades dos diferentes grupos de oposição e a mobilização de medos e temores presentes no imaginário. A partir do segundo, discursos e símbolos de unidade e coesão são construídos como contrapontos aos potenciais elementos de desagregação. Deles resultam modelos de conduta na vida ordinária que buscam dar o cimento necessário à afirmação, respaldo e consolidação da Nação e de seu Estado dirigente. Podemos inferir que deste cotidiano vivido e sentido forja-se, em grande medida, a legitimação do poder e os aliados ao projeto político em curso. (LUCAS, 2017, p. 60)

Ora, não se pode falar da busca pela legitimação de um poder ditatorial sem discutir as batalhas pela cultura. No caso da ditadura que ocorreu no Brasil, a moral cristã católica tinha um papel importantíssimo nessa legitimação. Nesse sentido, os historiadores Meize Regina de Lucena Lucas e Rafael de Farias Vieira dizem-nos que a família adquire um caráter de importância para o Estado brasileiro no período ditatorial por ser “a célula básica em que o regime pretendia fundamentar sua estrutura de controle” (LUCAS; VIEIRA, 2014, p. 120), além de normalizar as identidades de gênero ao representar o que seria a função de cada sexo na sociedade.

Como pode ser percebido, com relação à defesa de valores como a família e as tradições, as Assembleias de Deus tinham muito em comum com o regime. Contudo, para além da censura e do conservadorismo, tal década também foi marcada por discursos de

modernização e avanços tecnológicos que eram vistos com desconfiança pelos líderes assembleianos. Para Janaína Martins Cordeiro (2018), especialmente os anos do “milagre econômico” da ditadura civil-militar (que também ficaram conhecidos como os “anos de chumbo” pela intensificação da repressão e censura), foram muito representados pelo projeto de um Brasil moderno, uma potência grandiosa de avanços econômicos e inovações.

Embora o foco desses discursos de modernidade e inovação fossem os aspectos econômicos, a própria ideia de modernização era uma questão sensível para as Assembleias de Deus. Além disso, havia-se a defesa dos valores conservadores, também existia o sentimento de rebeldia, a valorização da liberdade e a cultura de protesto, principalmente entre os jovens. É comum que grandes empenhos em defesa de tradições ocorram em momentos de temor de que tais valores desapareçam. O novo constantemente acompanha a sensação de ameaça do fim do que é tradicional, daquilo que se entende como estabelecido. Daí o sentimento de urgência em protegê-los. No caso das igrejas assembleianas, para as quais a tradição é um fator legitimador da fé, as inovações e mudanças, mesmo que nos aspectos econômicos e tecnológicos, eram motivo para alerta constante.

Com o processo de reabertura política e a redemocratização, esse sentimento de alerta se intensificou. Entre as coisas mais combatidas pelos comentaristas das *Lições Bíblicas* estavam as ideias de liberdade sexual, que eram criticadas como exaltação dos desejos carnis e de prazeres pecaminosos.

Este infeliz materialismo tem, em nome da cultura ou da falsamente chamada ciência, ITm 6.20,21, introduzido as mais avançadas pornografias, novos conceitos sobre a vida moral, todas as formas de anormalidade sexual e um desenfreamento absoluto em assaltos, violências, uso de drogas, etc. (LIÇÕES BÍBLICAS, 3º trimestre de 1981, p. 29).

Era comum, por exemplo, que quaisquer referências ao sexo fora do casamento ou mesmo insinuações de sensualidade fossem consideradas como pornografia e condenadas como tal nas revistas da Escola Dominical.

Vale lembrar que 1975 foi o ano de publicação da primeira edição brasileira da revista masculina *Playboy* (naquele momento chamada de *A Revista do Homem*), um grande destaque na exploração da nudez feminina nos periódicos brasileiros. É importante frisar que *A Revista do Homem*, mais tarde *Playboy*, não foi a primeira revista a explorar nudez e erotismo no Brasil. Como trabalhado por Gonçalo Junior (2010), o setor do entretenimento ligado ao sexo acompanhava a história da imprensa no país desde muito antes da ditadura civil-militar, estabelecendo relações tensas e dinâmicas com as práticas de censura no Brasil

ao longo dos anos. Mas o próprio autor diz que, desde os primeiros anos após o golpe militar no Brasil, o setor de erotismo foi se tornando, muito mais que um problema moral, uma questão de segurança nacional. O que, evidentemente, não significa que esse tipo de literatura tenha deixado de existir. Ainda assim, a publicação de um periódico como A Revista do Homem teve grande importância não só para esse setor, mas para a história da imprensa no Brasil.

Ainda para Gonçalo Junior, um autor importantíssimo nos anos do pós-guerra com seus escritos que desafiavam a moral sobre o sexo, principalmente no que diz respeito à sexualidade feminina, foi Nelson Rodrigues:

Se chocava muitos por causa de seus folhetins sobre adultério que pregavam o direito da mulher buscar o prazer no sexo, Nelson arrastava multidões de leitores sedentos por suas quase sempre trágicas histórias, numa época em que a honra masculina era lavada em sangue e o desejo por sexo não fazia parte dos direitos das mulheres. Estas adoravam o cronista e dramaturgo, que as excitava e as estimulava a procurar felicidade. *Meu destino é pecar* (que escreveu com o pseudônimo de Susana Flagg), *Casamento* e a série de contos *A Vida Como Ela É*, publicada no jornal Última Hora, antecipavam a emancipação feminina e escancarava para elas mesmas e para os homens o quanto a mente das mulheres era subestimada. Nelson despiu o sexo feminino, expôs seus desejos, o funcionamento de seu romantismo e suas fantasias e pagou um preço por isso, execrado como um mero pornógrafo e pervertido (GONÇALO JUNIOR, 2010, p. 103).

Quando se discute repressão à sexualidade, percebe-se que geralmente é a sexualidade feminina um dos principais alvos. O corpo e o sexo das mulheres, assim como a defesa de sua liberdade sexual, é o que historicamente mais costuma incomodar e colocar em movimento setores conservadores da sociedade.

É também o ano de 1975 que, segundo Céli Regina Jardim Pinto (2003), foi considerado o ano inaugural do feminismo no Brasil, um marco para o movimento. Esse foi o primeiro ano da “Década da Mulher” e foi declarado como Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas. No Rio de Janeiro, era criado então o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, além de outros movimentos ligados ao feminismo que surgiam pelo país. Era um feminismo plural, com debates internos, posicionamentos e demandas diferenciados, visto com desconfiança tanto pelos militares e conservadores que viam essas organizações como ameaças à família e aos bons costumes, quanto por setores da esquerda que as encaravam como divisões desnecessárias dentro da luta política. Para algum desses grupos feministas, inclusive, não havia espaço no Brasil para algumas pautas que vinham sendo bastante discutidas no feminismo internacional naquele momento, e a prioridade deveria ser a luta pela democracia e a discussão sobre classe. A exemplo disso,

Céli Regina Pinto traz, em sua “Uma História do Feminismo no Brasil”, o seguinte trecho do depoimento de uma militante da época:

Todas no Centro da Mulher Brasileira se diziam feministas, mas defendiam um feminismo diferente daquele dos países desenvolvidos: aqui, tratava-se de lutar pela causa das outras mulheres, de salvar as operárias, cuja causa era mais importante do que a nossa, já que tínhamos comida, casa e instrução. Era engraçado, tinha até gente que saía vomitando se se falasse em aborto; não se podia falar em problemas pessoais, todas se diziam bem e felizes, quem tinha problemas eram as operárias, as outras mulheres, uma dissintonia total com a realidade (PINTO, 2003, p. 59).

Se a década de 1960 foi a década da ameaça da Revolução Sexual no Brasil e a década de 1970 foi importantíssima para a formação dos feminismos brasileiros, a década seguinte foi o momento em que as feministas viviam a experiência da redemocratização. Com isso, a sensação de ameaça constante já presente nos escritos das revistas da Escola Dominical ficou ainda mais forte. Não é por acaso que, em 1981, foi publicada uma revista comentada pelo missionário Eurico Bergstén em que este trazia uma mensagem bastante alarmante sobre o aborto:

A Bíblia afirma que os filhos são uma bênção [...] apesar de as idéias modernas considerarem os filhos como castigo. Que Deus guarde as famílias cristãs, que não venham a ficar escravizadas pelas idéias modernas inspiradas pelo espírito do Anticristo. Por exemplo, o aborto (que é o assassinato de uma criança ainda não nascida) corre o risco de tornar-se tão comum como uma extração dentária. Que as famílias crentes possam continuar a ter filhos, os quais, sendo educados na sã doutrina, futuramente, serão os continuadores da família cristã e as colunas da Igreja de Deus (LIÇÕES BÍBLICAS, terceiro trimestre de 1981, p. 36).

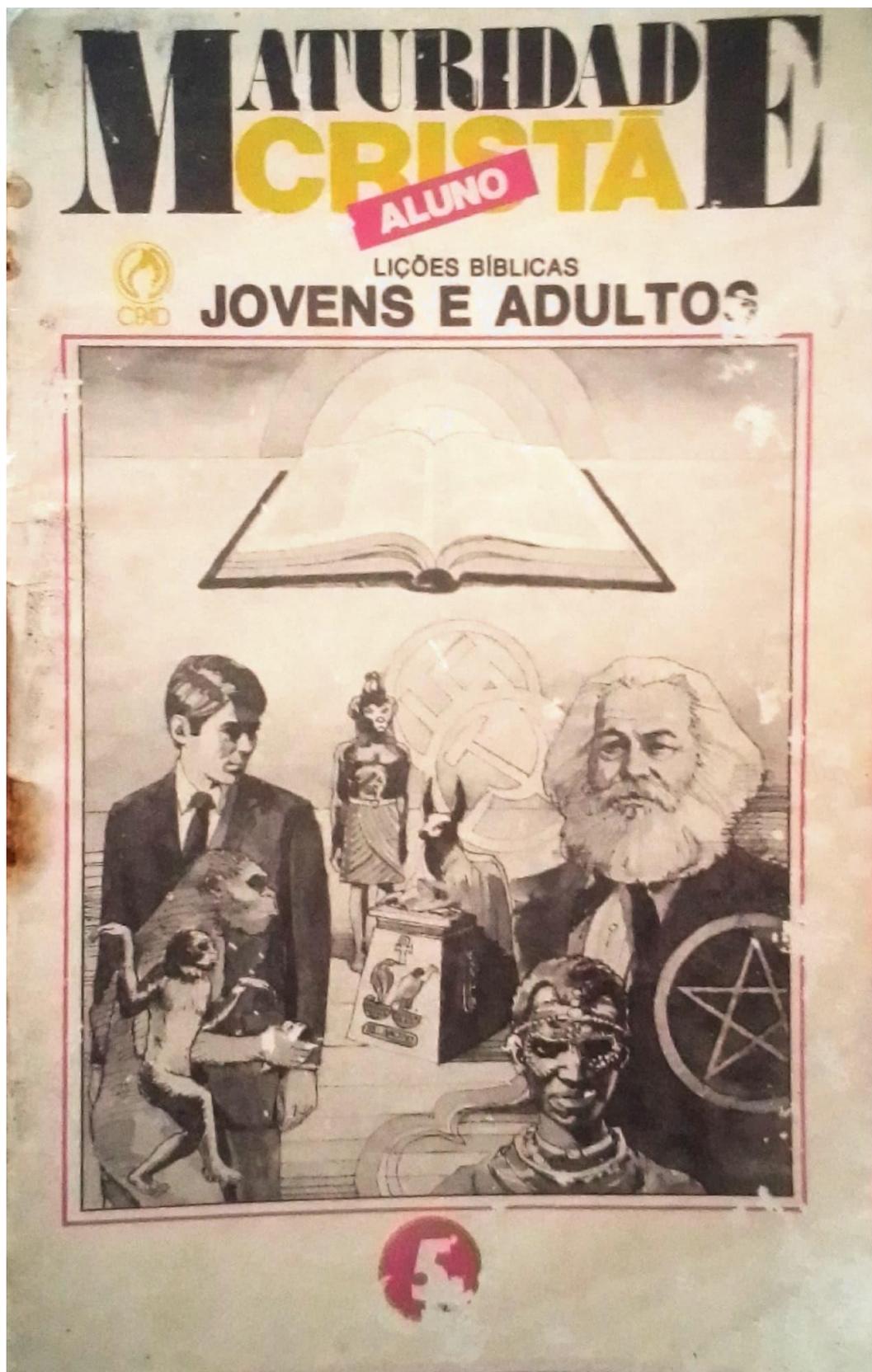
De fato, esse período de transição política possibilitava e atizava discussões sobre temas diversos, afinal, vários projetos de país estavam sendo apresentados como possíveis. Ainda segundo Céli Jardim Pinto, houve, na década de 1980, uma emenda popular proposta por mulheres enviada à Assembleia Constituinte que tratava da legalização do aborto. Entretanto, a autora diz que tal emenda não teve repercussão na Assembleia. O tema do aborto continuou aparecendo nas revistas *Lições Bíblicas* ao longo dos anos. Em 1997, chegou a ser o tema central de uma lição da revista dedicada ao terceiro trimestre do ano. A lição 12, discutida nas Escolas dominicais no dia 21 de setembro de 1997, foi intitulada “A Santidade da Vida - Um Alerta Contra o Aborto”.

Com a redemocratização, outras questões que antes eram trabalhadas sutilmente ao longo das revistas começaram a ocupar espaços mais centrais nas *Lições Bíblicas*. Aquilo que há anos já era apresentado como um inimigo da igreja, como o comunismo e religiões

afro-brasileiras, eram encarados como uma ameaça ainda maior à fé cristã pela liberdade política que começavam a conquistar.

Dois anos antes da Constituição de 1988, por exemplo, uma figura de Marx chegou a estampar a capa de uma das *Lições Bíblicas*, juntamente com a foice e o martelo que, por sua vez, disputavam espaço com a suástica nazista. Na mesma capa havia macacos referenciando a Teoria da Evolução darwinista e figuras remetendo a outras práticas religiosas (Figura 12).

Figura 12 - Capa ilustrando as “doutrinas malignas”



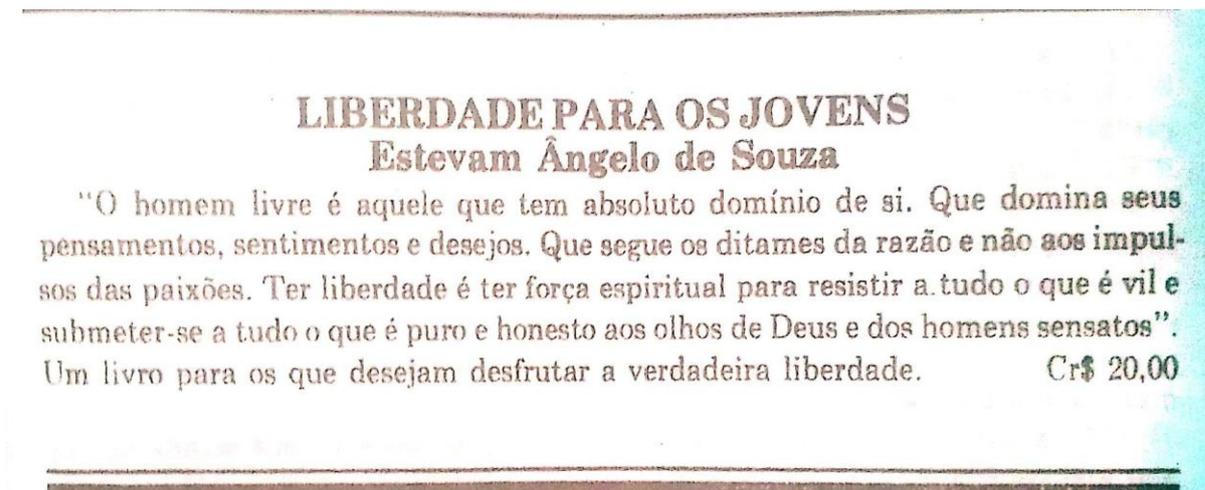
Fonte: Lições Bíblicas (1º trimestre de 1986, capa).

Nesse período de transição política e até antes dele, a liberdade era um grito constante. Liberdade do e para o corpo, liberdade de expressão, liberdade de culto, liberdade de expressão política. A liberdade era mais que uma palavra: era um valor expresso na arte, na cultura e pelos setores de organizações políticas que há muito clamavam pelo fim da ditadura em nome da democracia. Por isso, era uma palavra vista com desconfiança pelos comentaristas das *Lições Bíblicas*. Compreende-se: a ideia estava muito associada a práticas combatidas pela igreja e que eram muitas vezes defendidas em nome da liberdade.

A igreja é a coluna e firmeza da verdade, I Ts 3.15 [menção à passagem bíblica de tessalonicenses cap. 3, versículo 15]. Num tempo em que a “cultura moderna” procura transtornar os fundamentos da moral, da Bíblia e da boa tradição, apresentando o amor livre e o divórcio como uma grande conquista da liberdade, a Igreja não pode ficar calada, mas deve pregar, praticar e manter as verdades da Bíblia sobre estes assuntos. O silêncio pode ser catastrófico. (LIÇÕES BÍBLICAS, 3º trimestre de 1977, p. 39).

Daí, então, a necessidade demonstrada de tomar a liberdade como um valor a ser disputado, defendendo a noção de liberdade verdadeira, que realmente levava à felicidade, em oposição ao que afirmavam ser a falsa liberdade mundana. Essa libertação verdadeira viria com a religião e o afastamento do “pecado”: “Cristo é o Grande Libertador, Jo 8.32. E quem o aceita não mais pode viver no caminho do pecado. O caminho do pecado é para baixo, para o abismo. Livremo-nos dele, pois, e seremos felizes para sempre.” (LIÇÕES BÍBLICAS, 4º trimestre de 1978, p. 68).

No anúncio de um livro voltado para os jovens, é defendido que a conquista da liberdade viria não com a experiência de viver os desejos, experimentá-los, “jogar-se”, mas no domínio e controle desses desejos. Assim, apresentavam a ideia de que o “viver sem grilos”, ideia tão presente na juventude do período, era na verdade ser escravo dos próprios desejos:

Figura 13 - anúncio do livro *Liberdade Para os Jovens*

Fonte: Lições Bíblicas (4º trimestre de 1978, p. 109).

O pecado de que é falado era ligado muito mais aos "problemas do tempo" do que a questões espirituais. Até porque esses "problemas do tempo" eram espiritualizados. Por exemplo, em uma revista do primeiro trimestre de 1986, comentada por Raimundo Ferreira de Oliveira, é em nome da liberdade que o marxismo é criticado e demonizado:

Por que repelir o marxismo? Dentre outras razões porque o verdadeiro cristão deve manter-se isento do marxismo destacam-se as seguintes:

a. O marxismo tolhe a liberdade do cidadão. Quem quiser ter melhor noção da diferença entre democracia e marxismo, terá que ver como os países marxistas encaram as quatro liberdades fundamentais do homem: a) liberdade individual, ou seja, liberdade de ir e vir, de morar onde desejar; b) liberdade de pensamento, isto é, não sofrer qualquer tipo de patrulhamento ideológico, como sofrem os cidadãos de países comunistas; c) liberdade de reunião; e d) liberdade religiosa (LIÇÕES BÍBLICAS, 1º trimestre de 1986, p. 45).

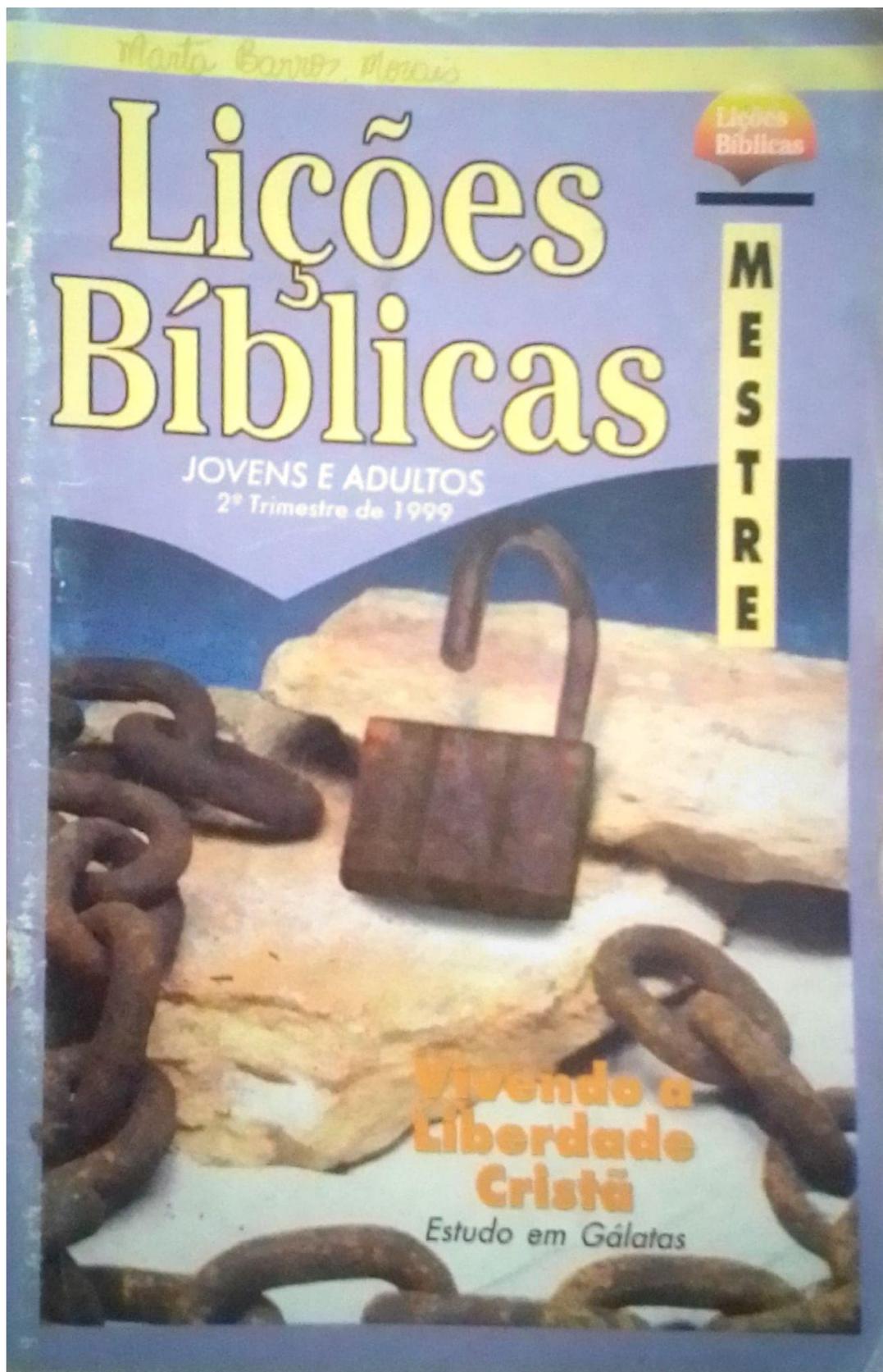
Assim, mais de dez anos depois da revista comentada por Raimundo Ferreira de Oliveira, a liberdade torna-se assunto de capa de um número das *Lições Bíblicas*. Não se trata de qualquer liberdade, mas da liberdade cristã. A imagem da capa mostra um cadeado aberto e correntes soltas (Figura 14). Na primeira lição, o comentador Esequias Soares critica o que chama de "legalismo religioso", que seria a doutrina que remete às leis judaicas presentes no Velho Testamento. Para o comentador, tais legalistas ignoram que os cristãos não estão presos à lei judaica, pois foram "salvos pela graça" trazida com o evangelho de Cristo. Junto aos "legalistas", Raimundo Ferreira de Oliveira critica as aparências, formalismos e fanatismos que, para ele, vão contra a liberdade do cristão.

Dessa forma, a liberdade e a própria democracia tornaram-se, como outras, ideias também em disputa pela liderança assembleiana. Vista por determinado tempo com

desconfiança e tratada como uma ideia utilizada para justificar práticas pecaminosas, alguns comentadores passam a mobilizá-la também para defender seus valores. Escolhem, portanto, não negar a liberdade ou criticá-la, mas dar a ela outro sentido, associando-a às práticas de fé e santificação que querem defender. Passam a construir a imagem do cristão assembleiano como o homem verdadeiramente livre para fazer suas escolhas e desejar o que é bom (repare: não que ignora, vence e domina seus desejos, mas que deseja aquilo que é certo), diferenciando-o do oposto: o infiel “escravizado pelo pecado”, refém do mal e incapaz de resistir a seus desejos pecaminosos. Dessa forma, constroem um sentido de “liberdade verdadeira”, que seria a do cristão, em oposição à falsa liberdade, que seria a “mundana”.

Mais uma vez, a liderança das Assembleias de Deus apropria-se de uma ideia que está em alta na sociedade, optando não por negá-la, mas por disputá-la, dando a ela um sentido próprio e definindo-a como a única verdadeira possível. Não é que a liberdade seja uma ideia nova para esses religiosos. Reflexões tendo o cristianismo como a fé que liberta já eram comuns há muito tempo não só nas Assembleias de Deus, mas para outros grupos cristãos. A diferença é que agora a imagem inventada e oferecida aos leitores das LB's não é apenas a do crente que é livre do pecado, mas que é livre em todos os aspectos da vida e que, por isso, segue as doutrinas porque assim deseja, inclusive não estando preso a formalismos nem a fanatismos religiosos.

Figura 14 - Capa sobre a Liberdade Cristã



Fonte: Lições Bíblicas (2º trimestre de 1999, capa).

4.2 O corpo do fiel sob controle: um corpo feliz

Uma característica marcante da Resolução aprovada em 1975 pela CGADB é que todas as normas estabelecidas têm em comum o foco no corpo. Ou seja, quando se trata da santificação discutida em Santo André, o alvo do processo de tornar-se santo não é a alma ou o espírito, mas o corpo. É no corpo do fiel que a santificação se opera; é pelo corpo que se estabelece o tal “muro” que separa o “salvo” do “mundo”.

É comum que o corpo seja definido por várias vertentes protestantes contemporâneas como um “templo”, um espaço de adoração que poderia ser “usado” pelo próprio Deus. Dedicar o corpo a Deus, mantendo-o afastado daquilo que é considerado pecaminoso, seria, portanto, um dever do Cristão e prova de sua fidelidade.

O corpo é não somente um “tabernáculo” do nosso homem interior, [...] mas ele é também o templo do Espírito Santo. A Bíblia diz que a Igreja é o templo de Deus, I Co 6. 19,20. Isto mostra que a vida de Jesus na Igreja está baseada na vida que Ele vive em cada crente. Deus é santo, I Pe 1.16, e por isto é necessário que o seu templo, o nosso corpo, também o seja, isto é, separado do mundo e do pecado, [...] para assim servir a Deus, Rm 19, 22, 23, e ser um templo santo, para morada de Deus em Espírito, Ef 2.21,22 (LIÇÕES BÍBLICAS, 3º trimestre de 1977, p. 38).

É preciso, portanto, ter cuidado para não cair na armadilha de concluir que, por ser parte de um discurso religioso cristão e pentecostal, as Assembleias de Deus foram espaços de negação do corpo ou de mera repressão dele. Esse tipo de armadilha, por sua vez, relaciona-se com uma ainda maior: a de opor a completa exaltação do corpo a uma suposta completa opressão dele. Tal oposição não abre espaço para refletir historicamente sobre as diferentes maneiras de lidar com temas como corpo, sexo e liberdade, considerando a complexidade das relações de poder que as sociedades estabeleceram com essas questões ao longo do tempo. Pelo contrário, essa interpretação contribui para ideia de que houve um grupo ou lugar em que esses temas eram absolutamente reprimidos ou negados, enquanto em outros acontecia seu absoluto oposto.

Diferente disso, a discussão aqui proposta procura se aproximar das reflexões de Michel Foucault sobre corpo, sexualidade e poder, procurando não por um momento de “pureza” na forma de tratar tais questões, mas por entender as relações não sólidas nem lineares que envolvem esses debates. Denise Bernuzzi de Sant’Anna, em seu texto “Corpo, Ética e Cultura” (2000), discutiu bem essa forma de interpretação:

Na verdade, Foucault não opõe opressão à liberação, tanto do sexo quanto do corpo.

Haveria, sim, em cada momento histórico, liberdades e coações que costumam manter uma estreita relação. Ou seja, a liberação sexual e corporal em curso também criou novas regras e novos pudores, mesmo dentro de programas de lazer, da medicina e da psicanálise. (SANT'ANNA, 2000, p. 85).

A segunda metade do século XX, por exemplo, foi um momento marcado pela tendência, em vários setores da sociedade, à valorização e exaltação do corpo e da sexualidade. Pensando a partir de Michel Foucault sobre o poder, que o considera também em sua dimensão criativa, perpassando todas as relações humanas, isso não significa de forma alguma que houve um afrouxamento do poder sobre o corpo, mas a inserção de novas questões e problemáticas nessa dinâmica. Ainda segundo Sant'Anna sobre os conceitos trabalhados por Foucault:

Desse modo, Foucault mostra uma dimensão criativa do poder, capaz não apenas de negar o corpo, mas, principalmente, de fabricá-lo cotidianamente, tornando-o dócil para o trabalho e, ainda, capaz de extrair prazer dessa docilidade. Mais sutil e difuso do que um poder que reprime e aliena, há exercícios de poder em que o corpo, em lugar de ser maltratado, é adulado, e em vez de ser negado, é colocado no centro das atenções, das problematizações médicas, dos questionamentos da mídia e da cultura. (SANT'ANNA, 2000, p. 81).

Tomando como base essa percepção do que é poder e de como ele se opera, é importante considerar que, com o estabelecimento de normas como técnicas disciplinares sobre o corpo, as Assembleias de Deus não estavam reagindo contra o avanço de uma sociedade de liberdade e não-poder. Não se busca construir aqui a narrativa ilusória de que havia uma guerra entre a igreja conservadora buscando disciplinar corpos e uma sociedade que caminhava para ser absolutamente livre, prazerosa e feliz. Dentro da concepção de poder que embasa este trabalho, não há sociedade isolada das dinâmicas de poder. Essa vontade de liberdade, a exaltação do desejo, a preocupação cada vez mais intensa com o afeto e sentimentos dos indivíduos e grupos que ganhavam cada vez mais espaço na cultura do fim do século XX estão relacionados ao fortalecimento de outras técnicas de poder sobre si e sobre os outros, essenciais para o desenvolvimento do capitalismo como conhecemos, que criam novos saberes, problemáticas e valores, assim como instituem outras verdades, normas e regras. O biopoder, ou o poder sobre a vida em todos os seus aspectos, também envolve controle, mas a partir de práticas sutis e, muitas vezes, em nome da vontade e do prazer.

Ainda citando Denize Bernuzzi de Sant'Anna:

Tais ideias nem sempre são facilmente compreendidas. Elas apostam em poderes que não falam diretamente, nem descaradamente, em nome da exclusão do corpo e através de castigos a ele aplicados. O exercício do biopoder, por exemplo, pode ser

sedutor, chegando a legitimizar a importância do corpo e a defender sua saúde e bem estar. Tudo se passa como se na esfera do biopoder fosse necessário falar e se preocupar com o corpo para melhor controlá-lo (SANT'ANNA, 2000, p. 81).

Essas práticas de poder eram, e são ainda hoje, atravessadas por outras. Havia formas variadas de resistência às técnicas de disciplina e controle que se apresentavam, bem como embates entre propostas diferentes sobre como dominar e reger os corpos e os sujeitos. O que temos, neste trabalho, é a discussão sobre um grupo que se vê em meio a mudanças e estabelece relações complexas com essas mudanças, por vezes lutando contra elas, por vezes mudando também, ressignificando e adotando novas formas de encarar o mundo e a vida.

A maneira como a igreja lida com essa tendência que se apresenta não é pelo caminho da mera repressão, mas também passava por ela. Já há bastante tempo, o corpo ocupava um lugar central nos discursos oficiais assembleianos, mas como já discutido em outros tópicos, é na segunda metade do século XX que ele ganha um papel essencial na legitimação do que é ser assembleiano e do que é considerado ser um crente santo. Discursos voltados para a alma, como o do batismo com o Espírito Santo, vão abrindo espaço para a invenção de uma identidade que se alicerça no físico, em práticas que perpassam o corpo e seus usos. Com a Resolução de usos e costumes de 1975 e outros textos oficiais, o corpo do crente deveria ser um anúncio de sua fé e pertencimento a um determinado grupo. O que está expresso nas normas de usos e costumes são empenhos de disciplinarização, sem dúvidas, que são feitos colocando o corpo no centro das discussões. O corpo do fiel assembleiano deve ser disciplinado, distinto, diferente dos demais.

Não é possível entender como a igreja lida com as dinâmicas de poder envolvendo os temas aqui tratados sem compreender uma distinção que os líderes assembleianos estabelecem e que é essencial para identificar como eles interpretavam o corpo humano em sua complexidade. Em meio ao tema do corpo em evidência e a tantos debates diversos sobre ele, os pastores, missionários e outros obreiros das Assembleias de Deus iam construindo e reconstruindo suas formas de entender o que era e o que para eles deveria ser o corpo cristão.

Assim, nas revistas *Lições Bíblicas*, os comentaristas ora falam em “corpo” e, em outras ocasiões, falam em “carne”. A diferença é notável: quando a palavra usada é “corpo”, geralmente há afirmações positivas, favorecendo o cuidado com o físico. Já o termo “carne”, costuma ser acompanhado de associações negativas com o pecado, desejos contrários à vontade divina e por influência maligna. Um exemplo disso é a forma como o Pr. Geziel Gomes tratou da “carne” em seu comentário para um número de 1979 da *Lições Bíblicas*.

O ESPÍRITO SANTO PREPARA A IGREJA

[...]

4. Para Lutar Contra a Carne Os impulsos, desejos, atrações e sensações de nossa velha natureza adâmica somente podem ser dominados pela autoridade do Espírito, na obra da santificação, I Co 7.1;Gl 5.17; Hb 12.14. (LIÇÕES BÍBLICAS, 4º trimestre 1979, p. 104)

Nesse trecho por Geziel Gomes, os termos “carne” e “natureza adâmica” são usados de forma que dá impressão que a própria natureza humana tende ao pecado e que o corpo precisa estar sempre submetido ao Espírito para evitar essa natureza.

Mas, ao que parece, para grande parte dos assembleianos, “corpo” e “carne” não são sinônimos. Enquanto o corpo seria a obra de criação divina, um receptáculo da alma e espaço que deveria ser dedicado à adoração ininterrupta a Deus por meio da santificação, a “carne” seria a dimensão pecaminosa desse corpo, sujeita à influência maligna e que, portanto, deveria ser alvo de vigilância constante pelo próprio fiel.

A vontade é o executivo na vida do homem, que resolve o que se deve falar ou agir. Quando ela não for santificada, estará dominada pela carne, [...] e fará até a vontade do Diabo, 2Tm 2.26 [...].

A vontade santificada deseja estar em plena harmonia com a “boa, agradável e perfeita vontade de Deus”, Rm 12.2, e de coração fazer a Sua vontade [...] (LIÇÕES BÍBLICAS, 3º trimestre, 1977, p. 36).

Trata-se de um imaginário complexo sobre o corpo, a natureza humana e o sentimento de si que é atravessado por medos, crenças em pecados e inimigos que estão a todo o momento em ataque. Nesse sentido, o corpo, para os assembleianos, era encarado como tendo duas dimensões: uma, sagrada, outra, pecaminosa. Enquanto a primeira deveria ser valorizada e zelada através de cuidados, médicos, de higiene, alimentação e etc, a carne em sua tendência a desejos descontrolados e pecaminosos deveria ser mortificada, negada em nome de Deus. A santificação seria justamente esse processo em que a carne é rejeitada e vencida para que o corpo apareça pleno e adequado para ser templo do Espírito Santo.

O Espírito Santo faz com que o crente se incline para as coisas do Espírito e não da carne [...] O Espírito opera em nós a santificação, fazendo que “a vida de Jesus se manifeste também em nossos corpos” [...]. Assim a natureza divina começa a manifestar-se no crente (LIÇÕES BÍBLICAS, terceiro trimestre, 1976, p. 6)

Assim, defendia-se que “um crente cujo corpo é santificado se torna uma benção no lar, um sal na sociedade e um brilhante exemplo na igreja.” (LIÇÕES BÍBLICAS, terceiro trimestre, 1977, p. 37).

Em outras palavras, não há negação do corpo, mas é estabelecida uma distinção

entre dimensões do corpo que funciona para esse grupo, visto que a criação divina não poderia ser encarada, para a maioria deles, como pecaminosa em si, o que seria uma incoerência em uma fé que defende que a criação é originalmente perfeita. Ainda assim, tais dimensões se confundem e, se em alguns textos há a ênfase no domínio da carne pelo Espírito e argumentos que criticam e desprezam os desejos humanos em si, em outros, faz-se presente a ideia de que, da mesma forma que os desejos podem sofrer influências malignas e ceder ao mal, o ser humano também pode santificar seus desejos, cultivando os bons. Compreender essa questão é central para que se entenda a constante defesa do zelo para com o corpo e, ao mesmo tempo, o desprezo para com a carne.

4.2.1 Moda e higiene

As restrições aos usos do corpo e a valorização dos cuidados com ele não se anulam, mas muitas vezes coexistem nos discursos da liderança assembleiana:

A salvação traz uma transformação total, pois exige que tudo em todos esteja em harmonia com ela. Quando o evangelho penetra em ambientes onde até mesmo a higiene pessoal e a do lar são negligenciadas, opera-se uma transformação radical. Após a experiência da salvação, as pessoas sempre andam limpas, têm a sua roupa bem lavada e o seu lar asseado. A salvação, portanto, eleva não somente a moral mas também o nível social. [...]

A santificação exige que o nosso exterior esteja em harmonia com as características da nova vida. O crente veste-se agora, não como um “escravo da moda”, mas conforme o seu bom gosto e de acordo com os seus recursos. O “figurino” do crente é sempre: “traje modesto com pudor e modéstia”, ITM 2.9. Para um crente santificado não existe o problema do cabelo. Ele simplesmente cumpre o que a Bíblia ensina: “É desonra para o varão ter cabelo crescido”, I Co 11,14, e “ter a mulher cabelo crescido lhe é honroso”, I Co 11,15. A santificação também sobre a maneira do crente comer e beber. O crente não é glutão, que vive para comer, mas ele come para viver. Nem tampouco usa bebidas alcoólicas. É abstenho, isto é, afasta-se totalmente do vinho. A Bíblia diz: “Não olhe para o vinho”, PV 23.31. (LIÇÕES BÍBLICAS, 3º trimestre de 1977, p. 38-39)

O texto acima, escrito por Eurico Bergstén, traz uma preocupação com o corpo do cristão assembleiano que vai muito além das orientações sobre como se vestir ou se portar. Outro aspecto relacionado ao corpo aparece aqui: a higiene pessoal. Para o comentador, a santificação e o *status* de salvo têm como consequência a boa higiene e limpeza do fiel. Sendo assim, o crente que não mantinha bons hábitos higiênicos, vestindo-se com roupas sujas ou mesmo não mantendo a limpeza de sua casa, poderia ser visto com maus olhos, já que uma das consequências da salvação não se fazia presente em sua vida.

Percebe-se aí uma associação entre higiene e santificação que coloca os crentes do

período em uma posição em que limpeza é um dever cristão. O corpo bem cuidado e asseado não é só uma questão de qualidade de vida, mas é prova de uma vida de santidade. Aqui, o corpo não deve ser negado ou castigado, mas deve ser cuidado, zelado como evidência de fé. Ainda assim, há restrições sobre o vestir, o comer e o beber. Evidencia-se assim, essa relação complexa estabelecida entre as assembleias de Deus e as formas de poder sobre o corpo. A valorização da higiene e do zelo com o “receptáculo da alma” não é feita, nesse texto de Bergstén, em nome da liberdade ou do prazer, mas da santidade e salvação.

Por sua vez, a moda e sua influência também é uma preocupação constante dos pastores assembleianos nesse período, o que fica bastante evidente não só no último trecho aqui citado, mas também na Resolução de 1975. Como dito no tópico anterior, uma das características marcante desta Resolução foi a inserção do corpo masculino como alvo das normas. Assim como escrito de Bergstén, segundo a resolução de usos e costumes então em vigor, os homens deveriam se abster do uso de cabelos longos, mantendo-os sempre cortados.

A preocupação faz muito sentido quando pensada a partir da compreensão de que as últimas décadas do século XX foram um período em que a moda, que tradicionalmente tinha como público-alvo as mulheres, conquistava cada vez mais os setores masculinos da sociedade brasileira. A moda masculina começava a ganhar espaço e uma de suas pautas era, justamente, os cabelos crescidos e soltos, que passavam a imagem de rebeldia, despojamento e liberdade. A moda dos cabelos sem amarras acompanhava os desejos crescentes de uma “vida sem amarras”:

[...] Os homens podiam deixar a barba crescer, assim como os cabelos. Seus corpos não precisavam se submeter às atividades físicas como a ginástica ou o esporte. As silhuetas esguias eram ilustradas pela moda internacional, repleta de batas indianas, alpargatas, tênis além de mochilas e pochetes feitas com tricô, crochê e tecidos de algodão. [...]. (SANT'ANNA, 2014, p. 145).

A moda estava intimamente ligada à política porque é política. E é um campo em mudanças e transformações constantes, ou, como chamada por Lipovetsky (1987), o império do efêmero. Ser “escravo da moda” seria ser escravo do efêmero e o efêmero é um risco para os que se apresentam como defensores do que é permanente, estável e, mais que isso, eterno.

Embora o corpo masculino tenha aparecido nas normas de usos e costumes, o corpo feminino ainda era o mais visado. A proibição das maquiagens e do ato de “fazer a sobrancelha” procurava ir contra a tendência de alteração do corpo das mulheres. Alterações essas que eram estimuladas em revistas femininas, sendo constantemente associadas a sentir-se bem, bonita, alegre, viva. Combater esse tipo de coisa era também combater ideias de

alegria, bem-estar e felicidade ligadas à beleza e à vaidade. As mulheres das capas de revistas femininas, pintadas com batons e sombras, de sobrancelhas delineadas e roupas da moda, estavam quase sempre sorridentes e com expressão alegre.

4.2.2 O mal na sala de estar

Para viverem segundo as normas aprovadas pela Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil, os assembleianos deveriam também se abster do uso do aparelho de televisão. Especialmente nessa norma, a de número 7, há dois argumentos que vão além da santificação pura e simplesmente. Um diz respeito ao conteúdo dos programas de televisão, que são definidos como de “má qualidade”, e o fato de que o uso da TV poderia levar a problemas de saúde.

A televisão já era um tema discutido na CGADB bem antes de 1975, gerando debates entre os convencionais. Isso porque, enquanto alguns pastores consideravam a televisão como apenas um meio de comunicação mal utilizado, outros a entendiam como sendo em si um projeto maligno. Para os primeiros, o problema não era o aparelho em si, mas o que nele era veiculado. Sendo assim, a igreja podia não só assistir televisão como utilizá-la para evangelização, inserindo-se nesse espaço e disputando-o como fizeram com o meio impresso e, mais tarde, com o rádio. Entretanto, para o outro grupo de pastores seria indigno aos assembleianos fazer uso de algo que fora projetado por forças contrárias à fé cristã.

Embora o último grupo costumasse vencer as votações sobre o uso ou não da TV para evangelização, não era comum que os posicionamentos contrários à televisão e que chegavam a demonizá-la fossem publicados. Em uma das reuniões em que os convencionais decidiram pela abstenção do uso desses aparelhos, realizada em 1973, o pastor chamado Altomires Sotero da Cunha fez um alerta aos convencionados sobre os riscos de fazer críticas diretas a um meio de comunicação que era reconhecido e incentivado pelo governo. Com isso, é possível perceber que os líderes assembleianos entendiam o apoio e incentivo do governo militar às redes de televisão como parte do projeto de modernização conservadora característico do regime. Segundo Hamburger, “as telecomunicações foram consideradas estratégicas na política de desenvolvimento e integração nacional do regime” (Hamburger, 1998, p. 454). Havia, portanto, uma autocensura quanto ao tema nas publicações da CPAD, provavelmente motivada pelo receio de haver reação dos militares.

Isso deve explicar, também, a ausência de críticas diretas à televisão nas revistas *Lições Bíblicas* dos anos 1970. A única menção direta à televisão encontrada ao longo desta

pesquisa nas LB da década de 70 foi feita por João de Oliveira no número do primeiro trimestre de 1975. Nele, o pastor diz que “hoje há os que deixam os cultos para passeio, praias, calçadas e programas de TV” (1975.1, p. 49). Nesse trecho, a crítica vai muito mais no sentido de alertar para distrações e atividades que tomavam o lugar dos cultos na vida dos fiéis que de condenar a televisão como um mal em si.

Com o processo de reabertura política e redemocratização, a editora oficial das Assembleias, pelo que parece, deixou os comentadores das revistas da Escola Dominical mais a vontade para falar sobre esses meios de comunicação:

É público e notório que a nossa pátria vive uma crise política, moral e espiritual sem precedentes. Alguns meios de comunicação de massa transformam os lares brasileiros em verdadeiras lixeiras, com as suas programações recheadas de promiscuidades sexuais (LIÇÕES BÍBLICAS, 3º trimestre de 1988, p. 35).

O ano de publicação do texto citado acima é 1988. A televisão estava cada vez mais popular nos lares do país, veiculando dentro das residências, em meio a reuniões de famílias, ideias e valores que a igreja abertamente combatia. Para Hamburger (1998), por exemplo, as telenovelas atualizavam as representações de mulher e família com referências ao sexo antes do casamento, métodos contraceptivos, divórcio, orgasmo e independência feminina. Semelhantemente, Ridenti (2000, p. 334), aponta a difusão do sexo nas programações de TV a partir dos anos 1970, apontando a coexistência entre ideias de liberdades sexuais e o conservadorismo que levantava como bandeira a defesa da família e da tradição. Um exemplo evidente disso foi *Malu Mulher*, que em seus episódios trouxe a história de uma mãe divorciada e independente. A adaptação para telenovela do romance de Jorge Amado intitulado *Gabriela, Cravo e Canela*, exibida em 1975, também fez sucesso ao mesmo tempo em que chocou setores conservadores da sociedade que enxergavam nas cenas exibidas ameaças à família brasileira. Resistir à TV era, para a liderança das Assembleias de Deus, muito mais que lutar contra um aparelho: era travar guerra contra um inimigo.

Mas, como visto, as questões morais contra a programação televisiva não foram as únicas que embasaram a exigência de abstenção do uso de TV pelos fiéis. A saúde física também foi uma questão, o que demonstrava preocupação com o bem estar físico dos crentes, além do espiritual. A disciplina também era exercida em nome da saúde do corpo. Já é possível perceber, portanto, mesmo numa série de normas que ditam abstenção de certas práticas, a presença de um discurso em que o poder procura ser exercido indo além da dinâmica de dever e punição: apostando no convencimento e conquista pelo bem do

indivíduo. A Convenção Geral demonstrava zelar não só pela alma dos fiéis, mas também pelo corpo destes.

Ainda assim, como se pode imaginar, as proibições expressas em discursos oficiais nem sempre funcionavam na prática cotidiana dos fiéis. Mesmo a liderança assembleiana, na forma de alguns pastores, contrariou o que foi posto pela CGADB em 1975 quanto ao uso de TV. Já na década de 1980 surgia o *Boas Novas no Lar*, que pode ser considerado o primeiro programa de TV das Assembleias de Deus, mantido pela Assembleia de Deus em Belém (Pará). Oficialmente, a CGADB entrou na televisão brasileira em 1997 com o programa Movimento Pentecostal, que inclusive recebia o Pr. José Wellington, então presidente da Convenção Geral. Na prática, a abstenção exigida na Resolução de 1975 já estava em desuso, provavelmente por conta de mudanças no imaginário sobre a televisão e pela influência de televangelistas estrangeiros. Já se mostravam aparentes algumas das mudanças que foram oficializadas no último ano do século.

4.3 “Consenso e concórdia”?: Tempo de atualizações

“A Convenção do consenso e da concórdia”; segundo Silas Daniel (2004), “historiador oficial” da CGADB, assim ficou conhecida a reunião da CGADB realizada no Centro de Convenções de Salvador, Bahia. Era janeiro de 1995.

O título supostamente atribuído a essa reunião passa uma ideia de paz entre os convencionais e unanimidade nas decisões tomadas. Seria perfeito para um movimento que procurava demonstrar união e consenso em afirmar que as decisões ali tomadas eram da plena vontade de Deus. Entretanto, esse título soa bastante incoerente quando considerados os debates realizados nessa reunião entre os pastores ali presentes. Os documentos trazidos pelo historiador assembleiano em sua História da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil vão contra essa ideia de consenso.

Mais coerente seria que a Convenção de 1995 ficasse conhecida, talvez, como a dos liberais e conservadores. Segundo o próprio Silas Daniel, assim foram divididos os pastores que debateram, naquela reunião, os usos e costumes assembleianos. Já havia se passado vinte anos desde a aprovação da resolução de usos e costumes na reunião realizada em Santo André. O retorno dessas questões parecia inevitável. Alguns dos pastores presentes defenderam o fim de algumas das normas estabelecidas duas décadas antes, alegando que elas não se aplicavam mais à sociedade em que viviam. Esse posicionamento gerou revolta de alguns dos pastores mais antigos, chegando a ser apresentada proposta de exclusão dos

pastores “liberais”.

Entre os indícios que demonstram a intensidade das discussões e dissensos, está a própria decisão que foi ali tomada: ficou acordado um período de constante oração para que tudo fosse resolvido em paz, enquanto a Comissão de Doutrina da CGADB discutia o tema. Tal medida sugere, na verdade, que os convencionais se consideraram incapazes de firmar uma posição oficial do movimento naquele momento sem causar grandes dissensões.

Naquele ano, José Wellington Bezerra da Costa foi eleito presidente da CGADB por chapa única²⁰. Em artigo publicado pelo novo presidente no jornal Mensageiro da Paz, há mais indícios da seriedade da discussão entre os liberais e os conservadores, visto que José Wellington sentiu a necessidade de se posicionar sutilmente sobre a questão em sua carta de apresentação dos projetos para sua gestão:

Lutaremos para a manutenção das doutrinas básicas e dos bons costumes que têm caracterizado as Assembleias de Deus. Creio ser possível unir o entusiasmo dos mais jovens à experiência dos mais velhos, sem que a transição mude o perfil da Assembleia de Deus no Brasil que, em sua essência, é uma igreja conservadora e que prima pela ortodoxia doutrinária. (DANIEL, 2004, p. 570)

A situação só foi finalmente resolvida quatro anos depois.

No último ano do século XX, líderes assembleianos de todo o Brasil reuniram-se mais uma vez para discutir uma série de temas que consideravam de relevância social e dos quais a igreja não deveria se abster. Esses líderes foram recebidos na já construída sede da CGADB, no Rio de Janeiro, para o 5º Encontro de Líderes das Assembleias de Deus, ou 5º ELAD, realizado entre os dias 23 e 27 de agosto.

Foi então apresentada uma resolução formulada por um grupo de pastores: Esequias Soares, Íris Goulart Seixas, Elienais Cabral, Nelson Lutchemberg e Martim Alves da Silva. Diferente do texto de 1975, este foi precedido de muito mais que um versículo bíblico: seus autores sentiram necessidade de apresentar uma extensa justificativa, explicando as mudanças adotadas e trazendo a definição de alguns conceitos utilizados no documento.

Em um trecho das explicações que antecedem as normas, é dito o seguinte:

Quando afirmamos que temos as nossas tradições, não estamos com isso dizendo que nossos usos e costumes tenham a mesma autoridade da Palavra de Deus, mas que são bons costumes que devem ser respeitados por questão de identidade de nossa igreja. Temos quase 90 anos, somos um povo que tem história, identidade definida e, acima de tudo, nossos costumes são saudáveis. [...] (DANIEL, 2004, p. 579).

²⁰ José Wellington Bezerra da Costa exerceu a função de presidente da CGADB até 2017, quando seu filho, José Wellington Costa Jr, assumiu a presidência.

A legitimidade buscada para os costumes não é, nessa resolução, a ideia de santificação pela Bíblia, mas a tradição, história e identidade da igreja. Seguindo essa ideia de permanência e continuidade, o texto não foi apresentado como uma nova resolução, mas como uma atualização da anterior:

[...] a comissão analisou a resolução da Convenção Geral de 1975, em Santo André, à luz da Bíblia, de nosso contexto e de nossa realidade, expressando esses princípios numa linguagem atualizada.

O primeiro ponto que precisa ser expresso numa linguagem atualizada é a declaração “sadios princípios estabelecidos como doutrina na Palavra de Deus - a Bíblia Sagrada - e conservados como costumes desde o início desta obra no Brasil.” O texto não faz distinção entre doutrina e costume. (DANIEL, 2004, p. 579)

A partir daí, os autores começavam a diferenciar “doutrina” de “costume”, utilizando para embasamento o *Manual do Caped* lançado em 1999 e voltado para o curso de formação de professores da EBD. Finalmente, ao menos nos meios oficiais, os assembleianos decidiam diferenciar os costumes característicos das AD’s de doutrinas bíblicas. Enquanto as doutrinas estabeleciam o que era ou não pecado, os costumes eram definidos como de base humana, temporal e regional. Assim, há uma mudança central na forma como as Assembleias de Deus se apresentam: os costumes característicos do movimento não são mais associados à santificação, mas uma questão de identidade.

Quando adotadas e praticadas e praticadas como verdade na vida dos sujeitos, com um objetivo de fazer-se um “cristão feliz”, essas normas, métodos e cuidados constituem “técnicas de si”, ou seja, na perspectiva de Foucault:

procedimentos, [...] pressupostos ou prescritos aos indivíduos para fixar sua identidade, mantê-la ou transformá-la em função de determinados fins, e isso graças à relações de domínio de si sobre si ou de conhecimento de si por si (FOUCAULT, 1997, p. 9).

Não seguir tais costumes deixa de ser, portanto, uma forma de pecado. Ou seja, embora a igreja tenha mantido o afastamento dos membros que não seguissem essas normas, abre espaço para estreitar laços com igrejas evangélicas que adotam outros costumes. Não se trata mais da oposição entre santidade e pecado, mas de hábitos e tradições que deveriam ser mantidos em nome da história do movimento:

Nem tudo o que é extrabíblico é antibíblico. Nem tudo que nos interessa é condenado ou é pecado. Não podemos julgar ou condenar outros grupos porque adotaram liturgias estranhas e costumes diferentes dos nossos, e nem alcunhar

nossos companheiros de liberais, pois liberal é uma palavra ofensiva (RESOLUÇÃO DO 5º ELAD, 2004, p. 582).

O novo posicionamento oficial dos assembleiano mantinha, assim, uma característica comum que pôde ser percebida desde o início do recorte temporal utilizado nesta pesquisa: há um receio com relação a falar em mudanças. Daí a escolha por falar em “atualização” da resolução anterior, não em uma nova. Também é dito no novo documento que “as tentativas de mudança são sempre um fiasco” (p. 583). Mas as mudanças acontecem, mesmo com receios, mesmo quando são negadas, mesmo quando são alvo de debates intensos entre os pastores. Embora tentassem amenizar o peso dessas mudanças, não era possível simplesmente fugir delas.

Assim, as normas finais foram expostas da segunda forma:

Quanto aos oito princípios da resolução, uma maneira de colocar numa linguagem atualizada é:

1. Ter os homens cabelos crescidos (1Co 11.14), bem como fazer cortes extravagantes.
 2. As mulheres usarem roupas que são peculiares aos homens e vestimentas indecentes e indecorosas, ou sem modéstias (1Tm 2.9-10)
 3. Uso de pinturas e maquiagem - unhas, tatuagens e cabelos (Lv 19.28 e 2 Rs. 9.30);
 4. Uso de cabelos curtos em detrimento da recomendação bíblica (1Co 11.6,15);
 5. Mal uso dos meios de comunicação: televisão, internet, rádio, telefone (1Co 6.12 e Fp 4.8);
 6. Uso de bebidas alcoólicas e embriagantes (Pv 20.1; 26.31; 1Co 6.10 e Ef 5.18).
- (RESOLUÇÃO DO 5º ELAD, 2004, p. 581).

As oito normas tornaram-se seis. Além disso, assumiram um caráter bem mais subjetivo.

Por exemplo: a proibição do uso de minissaias cedeu ao lugar à recomendação de abstenção do uso de roupas masculinas pelas mulheres, bem como de vestimentas indecentes, indecorosas e sem modéstia. Mas o que poderia ser considerado roupa masculina? Quem definia o que seria vestimenta indecorosa e indecente? Essas definições ficaram sujeitas ao julgamento dos pastores das congregações. Pode-se imaginar que o que era considerado indecente para os membros de certa igreja poderia não ser considerado indigno para os membros de outras. Assim foi dada uma maior liberdade para as congregações locais e suas diversidades culturais. O julgamento do próprio infiel também ocupa aí um lugar central: cabe ao indivíduo julgar também a si mesmo, portando-se de acordo com o que entende como decente e decoroso a partir daquilo que vê nos outros fiéis com que convive. A ordem

disciplinar direta vinda “de cima” é mais sutil, mas o controle se exerce numa pressão mais dispersa, operando-se na relação que se estabelece com o julgamento de si e dos outros.

De forma semelhante, a proibição do corte de cabelos pelas mulheres foi substituída pela do uso de cabelos curtos. Se antes as mulheres não podiam, agora podem, desde que mantendo moderação. Mais uma vez: quem decide o limite? “Cabelos curtos” seriam só aqueles acima dos ombros? Ou só é permitido alterar as pontas, evitando ao máximo reduzir o comprimento? Além disso, no novo texto, não há qualquer restrição quanto à alteração das sobrancelhas, mas a tatuagem aparece na mesma norma referente ao uso de maquiagens. A pigmentação das sobrancelhas, que chegou ao Brasil na década de 1990, seria então um problema?

A televisão já vinha sendo não só usada como disputada pelos assembleianos, que passaram a comprar espaço nas redes de TV para programas de televangelização. Faz todo sentido que o uso de TV fosse finalmente permitido oficialmente. Há, entretanto, uma restrição: o crente deve se abster do mal uso não só da TV, mas de todos os meios de comunicação. Ora, mas quem define o que é o bom e o mau uso?

Assim, mesmo com tamanha abertura, a comissão especial responsável pela resolução do 5º ELAD deixava claro que o corpo ainda precisa ser mantido sob controle. Mas, agora, era reduzido o peso da proibição enquanto era ressaltada a responsabilidade de manter cautela nos usos do corpo e nas práticas culturais. As dinâmicas de poder se mostravam mais horizontais que verticais.

Não se pode ignorar a proximidade entre essas mudanças nas formas de poder que se operavam na igreja e algumas características do que Gilles Deleuze definiu como sendo a sociedade de controle. A passagem da sociedade de disciplina, com suas técnicas de formatação da subjetividade, para a sociedade de controle, em que o poder é exercido em rede, contínuo, “positivo”, já podia ser percebida mais intensamente principalmente ao longo da segunda metade do século XX. Não se trata, entretanto, do fim da sociedade disciplinar, mas de uma sobreposição desta pelos modelos da de controle.

Para entender essa passagem, podemos retomar Peter Pál Pelbart, cujos escritos sobre biopolítica no capitalismo globalizado, publicados pela primeira vez em 2003, já foram citados na introdução deste trabalho. Pelbart trabalha, em seus textos, não só o conceito de biopoder, mas o de sociedade de controle, de Deleuze, e o de Império, de Toni Negri e Michael Hardt. Para ele, tais conceitos se relacionam e podem ser pensados em conjunto quando se reflete sobre a sociedade capitalista globalizada:

Estamos no tempo do Império. O Império é uma nova estrutura de comando, em tudo pós-moderna, descentralizada e desterritorializada, correspondente à fase atual do capitalismo globalizado. [...] Em substituição aos dispositivos disciplinares que antes formatavam nossa subjetividade, surgem novas modalidades de controle. Em lugar do espaço esquadrihado pela família, escola, hospital, manicômio, prisão, fábrica, tão característicos do período moderno e da sociedade disciplinar, a sociedade de controle funciona através de mecanismos de monitoramento mais difusos, flexíveis, móveis, ondulantes, “imanescentes”, incidindo diretamente sobre os corpos e as mentes, prescindindo das mediações institucionais antes necessárias, que de qualquer forma entraram progressivamente em colapso. O novo regime de controle em espaço liso e aberto se exerce através de sistemas de comunicação, redes de informação, atividades de enquadramento, e é como que interiorizado e reativado pelos próprios sujeitos, no que os autores chamam de um estado de alienação autônoma. (PELBART, 2011, p. 81, 82).

Ironicamente, esta pesquisa problematiza justamente as relações entre poder, sensibilidade e subjetividade, dialogando com as noções de biopoder e controle, a partir de um espaço apontado como dispositivo disciplinar por Michel Foucault: a igreja. Reflexões nesse sentido ajudam a perceber a complexidade desse tipo de dinâmica. É um erro procurar tecnologias de poder “puras”, perfeitamente definidas em uma determinada época. O biopoder não eliminou o poder disciplinar, muito pelo contrário. A igreja, a prisão, a escola e etc, tão enfatizados como sendo territórios essenciais para o exercício da disciplina, não deixaram de existir com o nascimento do biopoder. Sendo este um fenômeno que, diga-se de passagem, Foucault já enxergava insinuações e vestígios antes do século XIX:

Ora, durante a segunda metade do século XVIII, eu creio que se vê aparecer algo de novo, que é uma outra tecnologia de poder, não disciplinar dessa feita. Uma tecnologia de poder que não exclui a primeira, que não exclui a técnica disciplinar, mas que a embute, que a integra, que a modifica parcialmente e que, sobretudo, vai utilizá-la implantando-se de certo modo nela, e incrustando-se efetivamente graças a essa técnica disciplinar prévia. Essa nova técnica não suprime a técnica disciplinar simplesmente porque é de outro nível, está noutra escala, tem outra superfície de suporte e é auxiliada por instrumentos diferentes (FOUCAULT, 2010, p. 203).

Nota-se: as assembleias de Deus não são coisa do passado, mas também não foram e nem serão sempre as mesmas. Esse movimento religioso não simplesmente reagiu, negou e resistiu à valorização da vida e da felicidade e ao capitalismo em rede em que as relações de poder se apresentavam cada vez mais “horizontais”. Também não aconteceu o processo absolutamente contrário, ou seja, as AD's não se limitaram a adotar todas as mudanças como boas e a refletir o que acontecia na mídia, no Estado ou no mercado. Pensar assim seria bastante simplista.

É preciso dizer que, para Foucault (2010, p. 204), no biopoder, a ênfase não está sobre o corpo individual que deve ser vigiado, punido, mas na vida em si. Em suas palavras, o

foco do biopoder não é o “homem-corpo”, mas o “homem-espécie”. Ou seja, o objetivo seria a produção e reprodução da vida humana. Com as leituras e releituras desse conceito, outros autores ampliaram-no. Pelbart escreveu sobre isso em seu “A Vertigem Por um Fio”:

Quando inventou o conceito de biopoder, Foucault pretendia designar o poder para criar, administrar e controlar as populações (nisso estava incluída a educação, a assistência, a saúde, os transportes etc). Foucault tinha claro que aquilo que o poder investia – a vida – era precisamente o que doravante ancoraria a resistência a ele, numa reversão inevitável. Mas isso colocava um problema político complexo – o campo de ancoragem da resistência coincidia com o campo de incidência do poder. Giorgio Agamben expressa essa inquietação nos seguintes termos: como um conflito em que está em jogo a liberdade e a felicidade dos homens pode ocorrer justo num terreno – o da vida nua – que marca a sujeição dos homens ao poder? A resistência não poderia (ou não deveria) deslocar-se dos termos ditados pelo próprio poder? Tendo em vista o impasse aí embutido, alguns autores tentaram alargar os limites do enfoque foucaultiano. Michael Hardt, por exemplo, nota que o poder de criar, administrar e controlar a vida não vem só de cima, desde o Estado ou da governamentalidade. É preciso admitir que isto acontece também “embaixo”: esse poder de criar e promover vida (e não se entenda por isso apenas as atividades de procriação, mas da produção e reprodução de afetos, de subjetividade, de formas de vida) é exercido por todos e qualquer um, sobretudo num momento de economia imaterial em que mais e mais a produção se estende a serviços que requerem e formatam subjetividade.

Hardt propõe então ao mesmo tempo adotar e inverter o uso feito por Foucault do termo biopoder. Biopoder não só como o poder sobre a vida exercido desde cima, mas também o poder de criação da vida, ou seja, produção de subjetividades coletivas, de sociabilidade, de formas de vida emergentes. No mesmo sentido vai Toni Negri, ao defender um conceito de biopolítica menos estático do que em Foucault, onde a subjetividade aparece ainda excessivamente neutralizada, segundo ele. Daí sua insistência no “biopolítico produtivo”, isto é, na dimensão produtiva e positiva do biopolítico enquanto produção social de subjetividade (PELBART, 2000, p. 27).

Ou seja, alguns autores deram aos conceitos de biopolítica e biopoder novos limites, refletindo sobre como eles poderiam abrir possibilidades de reflexões quando utilizados para se pensar subjetividades. Ora, se pensada em diálogo com o advento da sociedade de controle e do capitalismo globalizado, essa preocupação com a vida, nas esferas do micropoder, relacionam-se com a vontade não só de viver, mas de bem-viver. Para além de uma vontade, foi ganhando adeptos a ideia de que a população humana teria como direito a esse bem-viver: o direito de ser saudável, potente e feliz.

Não é à toa que os assembleianos tenham falado mais ao longo do tempo em alegria e felicidade, defendendo diversas vezes que só na fé, e em uma fé específica, era possível encontrar a felicidade verdadeira, a alegria plena. Em outras palavras, só essa fé poderia garantir o direito ao tão desejado bem-viver.

Não foi só nas palavras escritas nas *Lições Bíblicas* que os líderes assembleianos se apresentaram como alegres e felizes. Com o passar dos anos, a CPAD se modernizou,

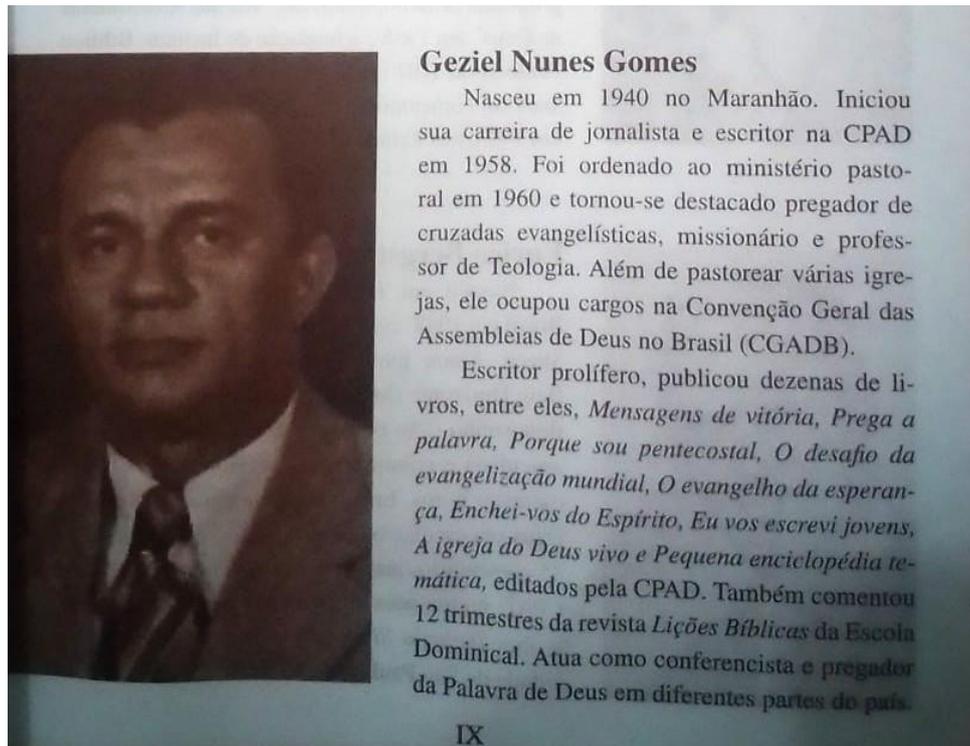
adotando novos *designs* nas revistas dos anos 1990. Uma inovação foi a utilização de alguns espaços das LB para divulgação de eventos ou de livros e, nesses anúncios, de fotografias de pastores escritores ou palestrantes. Pela primeira vez, o rosto e o corpo de líderes assembleianos eram estampados nas revistas da Escola Bíblica Dominical. Era o corpo daqueles que deveriam ser exemplo para os membros da igreja e, portanto, era o corpo exemplar. Assim, pode-se dizer que as fotografias presentes nos anúncios não eram dos *homens*, mas dos pastores, palestrantes, missionários, etc; aqueles que falavam em nome de Deus. As imagens eram parte importante da construção da figura desses assembleianos e, nelas, havia uma mensagem a ser entregue. Por serem, em sua grande maioria, retratos de palestrantes e pregadores convidados, também eram parte da invenção de um tipo de autor. De certa forma, as fotos também eram lições.

Sendo assim, é compreensível que essas fotografias tivessem um padrão: todos vestiam ternos, estavam devidamente engratados, com os cabelos bem cortados e penteados. Em tudo isso, apresentavam-se da mesma maneira que os comentaristas das *Lições Bíblicas* dos anos entre 1976 e 1980, em fotografias utilizadas na coletânea da CPAD²¹. Mas basta uma olhada rápida para notar uma distinção significativa. Os comentaristas das *Lições* dos anos 1970 e início dos 1980 posavam com expressão séria, demonstrando sobriedade e até um ar solene (Figuras 15 e 16). Já nos anúncios de eventos das revistas dos anos 1990, a maioria dos fotografados sorriam para as câmeras ou eram fotografados de pé, em momento de pregação (Figuras 17 e 18).

Pode-se dizer, assim, que o corpo do assembleiano exemplar é, no fim do século XX, ainda um corpo sob controle, seguindo certo padrão de vestimenta e cuidados. Mas é um corpo alegre, que sorri ao encarar a câmera e demonstra o prazer que dialoga com a felicidade verdadeira que, segundo o que escreviam os comentaristas das *Lições Bíblicas* nesse período, só os crentes poderiam possuir.

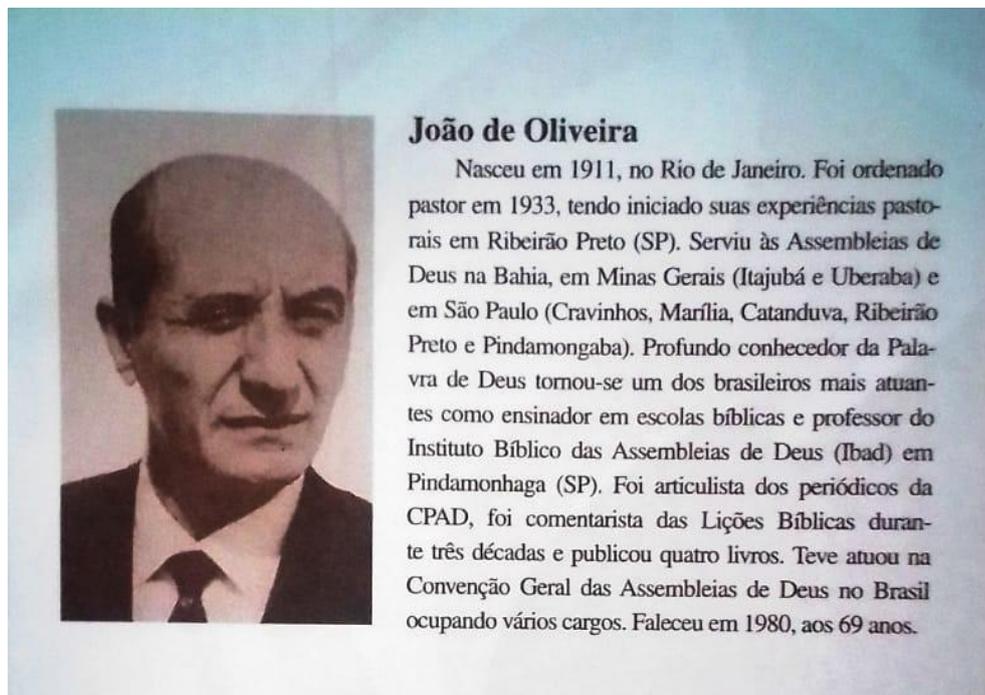
²¹ Essas fotografias que acompanhavam as curtas biografias dos comentaristas foram publicadas apenas nas coletâneas organizadas pela CPAD, não eram trazidas nas revistas. Isso foi discutido no primeiro capítulo desta dissertação.

Figura 15 - Biografia e fotografia de Geziel Nunes Gomes



Fonte: Coleção Lições Bíblicas (2013, p. IX).

Figura 16 - Biografia e fotografia de João de Oliveira



Fonte: Coleção Lições Bíblicas (2013, p. IX).

Figura 17 - Anúncio “Redescobrimo o ministério pastoral”

Pastor, o sucesso está ao alcance das suas mãos!

REDESCOBRINDO O MINISTÉRIO PASTORAL
JOHN MacARTHUR, Jr.

REDESCOBRINDO O MINISTÉRIO PASTORAL
John MacArthur, Jr.
Como ser bem sucedido nos tempos atuais. Uma orientação para quem pretende ser pastor e injeção de ânimo para quem já trilha este árduo caminho!

CAPA DURA
Cód.: 0614
384 páginas
Formato: 14 x 21 cm

Prestige a livraria da sua cidade!
Caso você não encontre este produto em sua livraria, ligue para nós:
0800-21-7373
(Ligação gratuita)
ou mande o seu pedido pelo nosso
FAX-COMPRAS - (021) 406-7320


CPAD
Tem Sempre o Melhor Para Você

Fonte: Lições Bíblicas (1º trimestre de 1999, contracapa).

Figura 18 - Anúncio “2º Congresso Mundial das Assembleias de Deus”

**2º CONGRESSO MUNDIAL
DAS ASSEMBLÉIAS DE DEUS**




delegações de 135 países estarão reunidas sob o tema:
“Pentecoste até os confins da Terra”

Preletores:

				
Dr. David Yonggi Cho Coreia	Pr. José Wellington Bezerra da Costa Brasil	Rev. Thomas E. Trask EUA	Dr. Lorem Triplett EUA	Dr. Pefer Kuzmic Leste Europeu

e mais...

Dr. Prince Guneratnam - Malásia	Pr. Emilio Abreu - Paraguai
Rev. Collon Wichramarate - Sri Lanka	Dr. Claudio Frison - Argentina

25 a 28 de setembro/97
Praca do Expedicionário (Campo de Marte)
São Paulo, SP

Inscrições
Rua Conselheiro Cotogipe, 37 - Belenzinho
São Paulo/SP - Brasil - CEP 03058-000
Tel.: (011) 693-0076 - Fax: (011) 693-2526
Internet: E-MAIL adllcom@msn.com
Home page: www.egadb.com

Hospedagem e Passagem:
AD Turismo - (011) 574-5044
FAX - (011) 572-6538
Internet: E-MAIL mmtoper@netpoint.com.br



Fonte: Lições Bíblicas (3º trimestre de 1997, contracapa).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro dia de junho de 2020, o portal virtual de notícias relacionadas ao setor evangélico chamado Gospel+ publicou uma notícia intitulada “Foto do pastor José Wellington Júnior de bermuda é vista como escândalo por assembleianos”. O assunto era, então, a suposta polêmica envolvendo a vestimenta do presidente da CGADB em uma fotografia que circulou na internet. Segundo o portal, que não reproduziu a imagem, o registro era de um momento em família, na casa do pastor. Ainda assim, o guarda-roupa do assembleiano foi alvo de críticas em comentários nas redes sociais. O motivo: José Wellington Jr. usava bermuda.

Como dito, o ano era 2020. Vinte e um anos passados do fim do recorte temporal estabelecido para esta pesquisa. Entretanto, o tema dos costumes, percebe-se, ainda é uma questão central para os assembleianos.

Depois de tanto tempo, novos problemas surgiram. O atual presidente da CGADB, bem como outros líderes contemporâneos do movimento, tem que lidar hoje com coisas que os líderes do período aqui estudado não precisavam se preocupar. A internet e a veiculação acelerada de informações que nela ocorre deram um tremendo alcance à voz de muitas pessoas. Com isso, o espaço privado ficou cada vez mais limitado e difícil de ser mantido... privado.

Já no século XX, as imagens veiculadas do pastorado das Assembleias de Deus as quais os fiéis tinham acesso eram, em sua grande maioria, produzidas exatamente para esse grupo. Ou eram fotografias feitas em cultos, eventos e reuniões religiosas, ou eram imagens posadas já para tal fim. Existia, então, um preparo. Os fiéis viam o que devia ser tornado público, os pastores a quem deveriam ouvir, não os homens em suas intimidades. Vários dos leitores das Lições Bíblicas, talvez a maioria, sequer conhecia o rosto dos comentaristas das lições cujas orientações lhes eram ensinadas nas Escolas Dominicais.

Novos tempos, novos problemas. Algumas coisas mudaram bastante. Outras, nem tanto.

Desde que dei início à minha trajetória na pós-graduação, decidi que as últimas páginas da dissertação não seriam dedicadas a uma conclusão de fato, mas a considerações sobre o processo de pesquisa e de como ao longo desse processo eu também fui me construindo como pesquisadora. E ainda estou me construindo, até porque não há conclusão para essa trajetória, não há linha de chegada. O historiador muda, também mudam seus

pensamentos e suas obras. A escrita de uma dissertação também é formativa e envolve constante aprendizado, não é a mera aplicação daquilo que já se aprendeu.

Meus primeiros contatos com conceitos como disciplina, controle e biopoder foram em reuniões do Programa de Educação Tutorial- PET História. Na época, eu me aventurava por outros caminhos de pesquisa, com outras problemáticas. Após a escrita de um texto para o PET relacionando o capitalismo globalizado ao biopoder e enfatizando o corpo e as emoções, alguns professores e colegas de curso, interessados no tema, estimularam-me a aprofundar tais discussões. Na época, eu já vinha tendo contato com as fontes aqui trabalhadas. Foi assim que surgiram as questões que resultaram nesta pesquisa.

Não foi, entretanto, algo simples. Surgiram percalços diversos, e foram precisas longas reuniões, conversas, críticas e trocas para que este trabalho acontecesse. É uma ilusão acreditar em um processo que segue uma linha definida: primeiro surge o objeto, depois a pesquisa é realizada e, por fim, é escrita e publicada. Raramente ocorre assim. Este objeto de pesquisa foi construído ao longo das análises, leituras teóricas, aulas no Programa de Pós-graduação e escrita. Meu objeto não é exatamente o mesmo de quando o iniciei, nem eu sou a mesma. Seria estranho se nada tivesse mudado.

Na verdade, minha proposta foi que antes de qualquer coisa esta dissertação fosse também um trabalho com alguma contribuição metateórica, de reflexão sobre o fazer historiográfico. Não faz sentido separar História de Teoria da História como se fosse possível discutir uma coisa sem trazer a outra, mesmo que Teoria da História seja, claro, um campo específico.

Desde o início, vários professores, amigos e colegas pesquisadores, embora animados com a proposta que eu lhes apresentava, deixaram claro que se tratava de algo difícil de ser feito. Foi um desafio que eu aceitei. Um trabalho historiográfico não pode se deter em realizar apenas uma longa descrição de fontes e revisão de bibliografia, embora isso seja evidentemente muito mais fácil.

Por isso, é necessário assumir um risco, tentando compor reflexões constantes a partir das fontes e de bibliografia. É um risco porque é uma exposição da leitura de mundo do pesquisador, e abre a possibilidade para críticas densas, choques, embates. Em outras palavras: possibilita que o trabalho, longe de ser concluído, torne-se alvo de debates e que a partir dele possam surgir novas reflexões. E não é isso que deveria ser um trabalho acadêmico?

Partes deste texto foram apresentadas em eventos, mesas, grupos de estudos e aulas. Os fragmentos expostos e discutidos receberam várias críticas e sugestões nesses

espaços que me ajudaram a definir o caminho pelo qual eu gostaria de seguir. Algumas delas foram centrais para que este trabalho não caísse em erros que o tornariam inviável, lembrando do que eu queria que esta dissertação fosse. Outras lembraram-me exatamente daquilo que ela não deveria ser.

Uma das primeiras orientações que ouvi dizia respeito aos cuidados que deveriam ser tomados para que este fosse de fato um trabalho historiográfico, não uma teologia. Por isso a presença constante do tempo ao longo dessas páginas, do elemento humano e dos conflitos que os envolve.

Talvez um dos maiores desafios da História Social seja fugir à tentação de fazer afirmações genéricas e generalizadoras, dizendo o quê e como as coisas eram, de forma simples e linear. Mas essa também é a grande contribuição da História Social: não fugir dos conflitos, eliminando aquilo que contraria teses centrais sobre o momento estudado. Pelo contrário, é preciso problematizar exatamente esses conflitos como experiências humanas, trazendo algo de extrema relevância, mas que não é muito bem visto em outras áreas da ciência: a História não é um território de coerência. Não há solidez no tempo. Ser historiador é lidar com essas tensões e caos, evitando cair no risco de procurar harmonias perenes nas experiências humanas.

Ouvi várias vezes que, para um trabalho como este, eu deveria fixar meus pés e pensamentos na “Terra”, evitar o “céu”, ou seja, tudo no meu objeto que fosse metafísico demais. Segundo tais críticas, questões como santidade, vida eterna, batismo com o Espírito Santo, etc, deveriam ser evitadas porque poderiam desviar a reflexão para um campo pouco histórico. Mas como discutir este objeto sem passar por essas questões?

Assumi, então, um outro desafio: procurei problematizar exatamente essas questões que pareciam metafísicas demais, percebê-las como discursos e práticas, destacando nelas o tempo, as mudanças, a permanências, embates e divergências que fazem ser humana a construção do divino e do sagrado.

Há, neste texto, uma tese central que se apresenta ao longo de toda a dissertação através das discussões com as fontes: os posicionamentos oficiais das Assembleias de Deus nas revistas Lições Bíblicas mudaram ao longo do tempo, passando, aos poucos, da ênfase na felicidade após a morte para uma maior presença da busca do bem-estar em Terra, o que estimulou a disputa da definição de felicidade por esse grupo e usos frequentes dessa ideia como forma de conquistar e convencer os fiéis. Essas mudanças se relacionam com as maneiras como a liderança desse movimento procurou lidar com as transformações do mundo

à sua volta, principalmente com as alterações nas dinâmicas de poder e com as transformações do capitalismo que promete liberdade, prazer e sucesso.

Mas é preciso dizer que essas mudanças não aconteceram de forma linear e contínua. Não se trata de um processo perfeitamente equilibrado e encadeado em que uma coisa é consequência da outra. Procurei mostrar que são dinâmicas que ocorrem por meio de debates, discordâncias entre pastores, idas e voltas no tempo. Não é que, nos anos 1970, tudo se desse de uma determinada forma e, nos anos 1980, de outra e assim consecutivamente até que esses discursos chegassem a um ponto específico, uma espécie de linha percorrida que leva a um lugar. É uma armadilha tentar atribuir valor a um determinado tempo, como se o tempo em si tivesse uma identidade.

Inclusive, importa tentar evitar uma leitura equivocada desse movimento que possa surgir pelo título desta dissertação: “Do Sofredor ao Vencedor” pode dar a impressão de linearidade, de passagem de uma coisa a outra. Na verdade, a proposta do título vai bem mais no sentido de mostrar a amplitude das representações e ideais de crente trazidas nas revistas Lições Bíblicas. Tanto a imagem do crente como sofredor em Terra, perseguido e violentado pelo “mundo” em nome da esperança na vida após a morte, quanto a construção do crente como vencedor, homem de sucesso, alegre, liberto, pleno e feliz foram mobilizadas nesses periódicos. Do sofredor ao vencedor, ambas as representações foram aqui analisadas – ou, ao menos, esse foi o projeto.

Teria sido bem mais simples realizar um trabalho que seguisse bem a passagem dos anos ao longo dos capítulos, trazendo as discussões de forma linear, como se ao passar as páginas o leitor estivesse também passando dias, meses e anos. Foi bem mais difícil fazer o que propus: trabalhar cada tópico a partir de uma questão historiográfica principal e, com isso, ir e voltar nos anos e nas problemáticas. Seguindo essa proposta, há sempre o risco de que o texto fique um tanto quanto confuso e, talvez, repetitivo. Mas também tem um objetivo quase que didático: contribui para estimular o leitor a pensar a História e o próprio tempo a partir de problemas, temas, questões, e não como uma linha (ou mesmo seguindo outras representações “geométricas” do tempo, tais como círculos, espirais, etc, que podem até ajudar um pouco a quebrar a noção de linearidade, mas que podem a substituir por outras que, cá entre nós, também não são suficientes).

No primeiro capítulo, por exemplo, as questões norteadoras foram relacionadas ao próprio movimento assembleiano. Espero ter conseguido apresentar um pouco do que são as Assembleias de Deus, mostrando que não se trata de uma igreja única, mas sim de um movimento diverso que inclusive sofreu várias dissensões ao longo do tempo. Existem, hoje,

Assembleias de Deus que permitem o uso de calças pelas mulheres, brincos, esmaltes, etc, da mesma forma que existem aquelas que ainda não permitem uso de bermudas para os homens e que defendem que congregadas não devem sequer depilar os pêlos do corpo.

Ainda no capítulo inicial, procuro responder como funciona a função formadora do espaço das Escolas Bíblicas Dominicais e qual o papel das revistas Lições Bíblicas nesse espaço, sendo elas muito mais que revistas informativas, mas manuais usados nesse espaço de educação cristã. Por fim, tentei concluir o capítulo questionando e discutindo como poderia funcionar no espaço desse periódico um sentido de verdade. As revistas Lições Bíblicas não eram consideradas sagradas. Eram comentários escritos por homens, seres humanos que poderiam cometer erros. Mas, para fazer funcionar um sentido de “verdade” naquelas páginas, era necessário construir o autor, o comentarista ou comentador, como aquele que, mesmo sujeito a errar, tinha autoridade, conhecimento e unção divina para falar. Legitimar essa imagem autoral não era nada simples.

O segundo capítulo caminhou bem mais pela análise e problematização dos usos da felicidade como forma de disputar a subjetividade dos fiéis. Vimos que o lugar que foi dado à felicidade em Terra, à própria vida, à morte, etc, não permaneceu sempre o mesmo. A ênfase que era dada na felicidade celestial abriu espaço, aos poucos, para que fosse considerada legítima e necessária a procura da felicidade terrena.

Também no segundo capítulo, foi discutido um pouco sobre como a promessa de felicidade se tornou uma forma de conquistar fiéis e manter os que já eram membros. Para além da promessa de vida eterna no céu, as alegrias na terra se tornaram também peça importante nos discursos evangelísticos das Assembleias de Deus.

Já o foco central do terceiro capítulo foi o corpo, seus usos, as regras e normas que procuraram discipliná-lo e mantê-lo sob controle. Mas, mais do que isso, o capítulo foi construído para refletir sobre como o corpo se tornou uma questão tão central a ponto de serem aprovadas unanimemente uma série de normas visando a padronização do vestir e dos costumes dos fiéis assembleianos. Mais tarde, já no fim do período do recorte temporal desta pesquisa, essa forma de controle sobre o corpo foi alterada, não sem conflitos e dissensões entre os líderes do movimento. Mas o fato é que as regras mudaram, tanto no conteúdo quanto na forma como eram apresentadas aos fiéis, porque a sociedade também mudava e se enxergava a necessidade de algumas “atualizações”.

Retomando algumas críticas que foram feitas a este trabalho durante sua realização, gostaria de trazer uma em especial. Ainda na fase de construção do projeto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História, ouvi que, embora a ideia fosse boa,

focar nos discursos oficiais e no que era dito e escrito pela liderança da igreja tornaria este trabalho “pobre”. Isso porque seria melhor investigar as formas de resistência ao poder disciplinar, as práticas cotidianas dos fiéis, a experiência desses sujeitos com sua fé cotidianamente. De fato, concordo que um trabalho que cumprisse bem essa proposta a mim sugerida seria excelente. É extremamente importante historicizar o cotidiano desses fiéis e ver como eles resistem ao que lhes é imposto, resignificando a própria fé.

Mas o trabalho realizado com esta dissertação não vai de encontro a outras propostas. Na verdade, podem ser pesquisas complementares. O problema é quando existe a ideia de que os discursos oficiais de uma instituição como a Convenção Geral das Assembleias são “puros”, arrumados, limpos, e os conflitos, tensões, práticas e experiências só ocorrem na esfera do cotidiano, nas resistências e resignificações feitas pelos fiéis. Assim, parece que a vontade de poder, as normas e etc não são históricas, não envolvem também embates e conflitos, como se houvesse absoluto consenso na construção dos discursos oficiais. De fato, nesse tipo de produção geralmente o objetivo é parecer limpo, consensual, sem manchas ou dissensos. Por isso, é preciso que alguém faça o trabalho de lê-los a contrapelo, analisá-los criticamente, problematizá-los, historicizá-los. Daí o trabalho aqui feito com o objetivo de mostrar tempo e conflitos entre os líderes das Assembleias de Deus, ou seja, dentro de um grupo que divinizava as decisões tomadas, atribuindo-as à vontade de Deus. Trata-se de ver gente e seus desejos onde eles querem ser enxergados o mínimo possível.

Dentre todos, talvez o alerta que mais trouxe ao longo da pesquisa foi o de que este trabalho corria o risco de ser “fechado” na discussão sobre felicidade, sem dialogar com outras questões. Isso é exatamente o que procurei evitar durante todo o processo de escrita. Pelo contrário, procurei pensar meu objeto de pesquisa inserido dentro de uma rede, relacionando-o com diversas outras problemáticas, compondo, a partir da especificidade do objeto e do recorte temporal, uma teia complexa de relações históricas. Não se trata, portanto, de inserir o objeto em um contexto como se estivesse uma espécie de plano de fundo que justifica ações e acontecimentos, nem de usar algo específico para entender o “todo” através de generalizações simplistas. É exatamente isto: enxergar o objeto como parte desse “todo”, em rede, influenciando e sendo influenciado.

Dessa forma, várias outras questões surgiram nestas páginas, tais como as relacionadas com a política, o regime militar, censura, higiene, saúde, liberdade, meios de comunicação, gênero, moda, etc.

Por fim, como já dito, optei por escrever estas considerações finais não para concluir, mas para abrir possibilidades. De todas as questões que surgiram durante a realização desta pesquisa, algumas não puderam ser tão aprofundadas como mereciam. Além do mais, certos temas que propus quando iniciei o projeto, por motivos diversos, não foram para o texto final. Por isso, gostaria que este não fosse um espaço de encerramento, mas de abertura de possibilidades.

Seria interessante, por exemplo, analisar profundamente os discursos sobre a família nas revistas Lições Bíblicas, em especial aqueles que falam em “família feliz”, em oposição a famílias tristes e lares destruídos, que para eles eram consequência do que ocorria no “mundo”. Esses discursos defendiam certos modelos de família em tese baseados na Bíblia, mas não se limitavam a dizer que esses modelos deveriam ser seguidos porque era o certo a ser feito. Na verdade, vendia-se a ideia que, seguindo tal modelo, o indivíduo poderia garantir a felicidade e plenitude de sua família. Problematizar a construção do modelo de família feliz para esse grupo seria uma ótima contribuição para refletir não só ideais de família em si, mas sobre como esse ideais são oferecidos, ofertados, defendidos ao longo do tempo e opostos a outros.

Outro tema que foi insinuado neste texto e que merece ser aprofundado diz respeito a como os assembleianos entendiam e ensinavam sobre o mal. Muito além do mal espiritual, foi possível perceber a construção do mal político, como o comunismo, o materialismo, entre outras coisas. Há também outras formas de conceber o mal como ligado às transformações e à modernidade. Como esse mal mundano, terrestre, é construído? Como os assembleianos acreditam que ele opera? Como procuram combatê-lo?

No fim do século XX, surgiram no Brasil diversas denominações evangélicas. Entre elas, as chamadas “neopentecostais” e as que foram associadas à “Teologia da Prosperidade”, como a Igreja Universal do Reino de Deus. Tais igrejas passaram a disputar fiéis com outras denominações mais tradicionais, trazendo outras leituras da Bíblia e novas formas de enxergar e se posicionar diante da modernidade, da política e da sociedade em geral. Aquelas ligadas à Teologia da Prosperidade, por exemplo, costumavam pregar o sucesso e o bem-viver como uma consequência direta da fé cristã evangélica. Seria interessante investigar melhor como as Assembleias de Deus disputam esse espaço de fé já tão concorrido, inclusive se opondo a certos modelos de sucesso e prosperidade que são apresentados por outras denominações.

Após o recorte temporal aqui trabalhado, novos problemas surgiram. Entre elas, a inserção da internet em praticamente todos os espaços como elemento necessário à vida

humana em sociedade, outras maneiras de lidar com o corpo e decisões políticas que deram lugar a concepções variadas de família. Há lugar para inúmeros outros estudos não só sobre as Assembleias de Deus e como elas lidaram e estão lidando com tais mudanças, mas também sobre outros movimentos religiosos, evangélicos ou não.

Assim, espero que este trabalho tenha trazido alguma contribuição histórica para se pensar muito mais do que experiências religiosas. Espero que sua leitura estimule outras pesquisas e novas questões. Espero, ainda, ter conseguido com este escrito historicizar os discursos oficiais de um movimento complexo, que costuma se apresentar como combatente do “mundo”. Em suma, espero ter ido bem em meu desafio de procurar o elemento humano em seu caos onde desejam trazer a ilusão do limpo, estável e perene.

REFERÊNCIAS

- ALBURQUERQUE JR, Durval Muniz de. Estádios de Poesia: por uma história das sensibilidades. In: DIÓGENES, Osmar Maia; GONÇALVEZ, Daniel; MARQUES, Paulo R. F. O (org.). **Ainda 1964: história, política e sensibilidades**. Fortaleza: MAELCE: INESP, 2014.
- ALENCAR, Gedeon Freire de. **Matriz Pentecostal Brasileira: Assembleias de Deus – 1911 a 2011**. São Paulo: Recriar, 2019.
- ALENCAR, Gedeon Freire. **Todo Poder aos Pastores, Todo Trabalho ao Povo, Todo Louvor a Deus -Assembleia de Deus: origem, implantação e militância (1911-1946)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Religião) - Universidade Metodista de São Paulo. Pós-graduação em Ciências da Religião. São Bernardo do Campo - São Paulo. 2000.
- AMANTINO, Marcia; PRIORE, Mary del (org.) **História do Corpo no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- ANDRADE, Maria Lucelia de. **“Uma Revista bem moderna e bem Cristã”**: a Revista Maria entre o passado e o futuro (1915-1965). 2019. 312f. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2019.
- ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. Fortaleza: ABC Editora. 2001, p. 25.
- BARROS, Adonias Angelo. **Plano de aula**. São Gonçalo do Amarante (manuscrito), 1999.
- BENATTE, Antônio Paulo. **Os Pentecostais e a Bíblia no Brasil: aproximações mediante a estética da recepção**. Rever, ano 12, nº 1, jan/jun. de 2012.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CERTEAU, Michel de. **História e psicanálise: entre ciência e ficção**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 126
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CLAUDIA, Editora Abril, n.222, mar. 1980. Acervo Digital.
- CLAUDIA, Editora Abril, n.360, set. 1991. Acervo Digital.
- COLEÇÃO LIÇÕES BÍBLICAS, vol. 09. Primeira Edição. Rio de Janeiro: CPAD, 2013,
- SILVA, Antônio Gilberto da. **Manual da Escola Dominical**. 17ª Ed. Rio de Janeiro: CPAD, 1998.

CORDEIRO, Janaina Martins. Milagre, Ordem e Progresso: naturalização da violência e crescimento econômico em tempos de ditadura. In: CARVALHO, Keila Auxiliadora; CORDEIRO, Janaina Martins; SOUZA, Cesar Martins de (org.). **O país do futuro: Modernidade, Modernização e Imaginário Coletivo no Brasil Republicano**. Curitiba: Prismas, 2018.

DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: **Conversações**. Trad. de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DUARTE, Ana Rita Fonteles; LUCAS, Meize Regina de Lucena (org.). **As mobilizações do Gênero pela ditadura militar brasileira: 1964-1985**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora. 2014.

FERREIRA, Túlio Barros. Apresentação. In: SILVA, Antônio Gilberto da. **Manual da Escola Dominical**. 17. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 1998, p. 11-12.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FICO, Carlos. **“Prezada Censura”**: cartas ao regime militar. Topoi, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 251-286, dez. 2002.

FONSECA, André Dioneu. **As fronteiras das leituras: imprensa e práticas de leitura na igreja assembleia de deus (1980-1990)**. Dissertação (Mestrado em História) –Universidade Federal da Grande Dourados. Pós-graduação em História. Dourados, 2011

FONSECA, André Dioneu. **Os impressos institucionais como fonte de estudo do pentecostalismo: uma análise a partir do livro História da Convenção das Assembleias de Deus no Brasil**. Revista História em Reflexão: vol. 3 nº 5 – UFGD – Dourados jan/jun, 2009

FONSECA, André Dioneu. Os impressos institucionais como fonte de estudo do pentecostalismo: uma análise a partir do livro História da Convenção das Assembleias de Deus no Brasil. **Revista História em Reflexão**: vol. 3 no 5 – UFGD – Dourados jan/jun, 2009

FONSECA, André Dioneu. **São Cristovão e Santo André**: os debates sobre a normatização dos usos e costumes nas convenções gerais das Assembleias de Deus no Brasil (1930-1980). Sacrilogens, Juiz de Fora, v. 6, n.1, p.41-59, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Edição 19. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2**: O uso dos prazeres Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 3**: O cuidado de si. Editora paz e terra. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 10º Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? *In*: FOUCAULT, Michel. **Estética**: Literatura e Pintura, Música e Cinema (Coleção Ditos e Escritos III). 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

GONÇALO JÚNIOR. **A Guerra dos Gibis 2**: Maria Erótica e o Clamor do Sexo: imprensa, pornografia, comunismo e censura na ditadura militar 1964-1985. São Paulo: Editoractiva Produções Artísticas, 2010.

HARPA CRISTÃ. Rio de Janeiro: CPAD, 2013.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos** - o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEITE, Elaine da Silveira. Por uma sociologia da autoajuda: o esboço de sua legitimação na sociedade contemporânea. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 26, p. 917-932, 2019.

LIÇÕES BÍBLICAS, 2º trimestre de 1975. Rio de Janeiro: CPAD, 1975. Acervo pessoal.

LIÇÕES BÍBLICAS, 2º trimestre de 1976. Rio de Janeiro: CPAD, 1976. Acervo pessoal.

LIÇÕES BÍBLICAS, 3º trimestre de 1976. Rio de Janeiro: CPAD, 1976. Acervo pessoal.

LIÇÕES BÍBLICAS, 4º trimestre de 1976. Rio de Janeiro: CPAD, 1976. Acervo pessoal.

LIÇÕES BÍBLICAS, 3º trimestre de 1977. Rio de Janeiro: CPAD, 1977. Acervo pessoal.

LIÇÕES BÍBLICAS, 4º trimestre de 1977. Rio de Janeiro: CPAD, 1977. Acervo pessoal.

LIÇÕES BÍBLICAS, 1º trimestre de 1978. Rio de Janeiro: CPAD, 1978. Acervo pessoal.

LIÇÕES BÍBLICAS, 3º trimestre de 1978. Rio de Janeiro: CPAD, 1978. Acervo pessoal.

LIÇÕES BÍBLICAS, 4º trimestre de 1978. Rio de Janeiro: CPAD, 1978. Acervo pessoal.

LIÇÕES BÍBLICAS, 2º trimestre de 1979. Rio de Janeiro: CPAD, 1979. Acervo pessoal.

LIÇÕES BÍBLICAS, 4º trimestre de 1979. Rio de Janeiro: CPAD, 1979. Acervo pessoal.

LIÇÕES BÍBLICAS, 1º trimestre de 1980. Rio de Janeiro: CPAD, 1980. Acervo pessoal.

LIÇÕES BÍBLICAS, 2º trimestre de 1980. Rio de Janeiro: CPAD, 1980. Acervo pessoal.

LIÇÕES BÍBLICAS, 4º trimestre de 1980. Rio de Janeiro: CPAD, 1980. Acervo pessoal.

LIÇÕES BÍBLICAS, 2º trimestre de 1981. Rio de Janeiro: CPAD, 1981. Acervo pessoal.

LIÇÕES BÍBLICAS, 2º trimestre de 1983. Rio de Janeiro: CPAD, 1983. Acervo pessoal.

LIÇÕES BÍBLICAS, 4º trimestre de 1983. Rio de Janeiro: CPAD, 1983. Acervo pessoal.

LIÇÕES BÍBLICAS, 1º trimestre de 1985. Rio de Janeiro: CPAD, 1985. Acervo pessoal.

LIÇÕES BÍBLICAS, 1º trimestre de 1986. Rio de Janeiro: CPAD, 1986. Acervo pessoal.

LIÇÕES BÍBLICAS, 3º trimestre de 1988. Rio de Janeiro: CPAD, 1988. Acervo pessoal.

LIÇÕES BÍBLICAS, 3º trimestre de 1991. Rio de Janeiro: CPAD, 1991. Acervo pessoal.

LIÇÕES BÍBLICAS, 1º trimestre de 1996. Rio de Janeiro: CPAD, 1996. Acervo pessoal.

LIÇÕES BÍBLICAS, 3º trimestre de 1997. Rio de Janeiro: CPAD, 1997. Acervo pessoal.

LIÇÕES BÍBLICAS, 1º trimestre de 1998. Rio de Janeiro: CPAD, 1998. Acervo pessoal.

LIÇÕES BÍBLICAS, 4º trimestre de 1998. Rio de Janeiro: CPAD, 1998. Acervo pessoal.

LIÇÕES BÍBLICAS, 1º trimestre de 1999. Rio de Janeiro: CPAD, 1999. Acervo pessoal.

LIÇÕES BÍBLICAS, 2º trimestre de 1999. Rio de Janeiro: CPAD, 1999. Acervo pessoal.

LIPOVETSKY, Gilles. **A Felicidade Paradoxal** - ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LIPOVETSKY, Gilles. **O Império do Efêmero**: a moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo : Companhia das Letras, 2009.

LUCAS, Meize Regina de Lucena. Usos do passado: entre a censura e a representação no cinema brasileiro. *In*: DUARTE, Ana Rita Fonteles; SILVA, Jailson Pereira da; LUCAS, Meize Regina de Lucena. **Dizer é poder**: escritos sobre censura e comportamento no Brasil autoritário (1964-1985). Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017.

MCMAHON, Darrin M. **Felicidade**: uma História. São Paulo: Globo, 2006.

MENSAGEIRO DA PAZ, 1ª quinzena de janeiro de 1947. p. 3 Acervo Digital.

MINOIS, Georges. **A Idade de Ouro**: história da busca da felicidade. São Paulo: Editora UNESP, 2011

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

OLIVEIRA, João de. **Memórias das Assembleias de Deus**: Testemunho do pastor João de Oliveira. Rio de Janeiro: CPAD. 1 CD, 30min 38

OLIVEIRA, Rok Sônia Naiária de. A Indumentária e os usos e costumes defendidos pela igreja Assembleia de Deus (1975-1999). SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, **Anais** [...]. Natal: ANPUH, 2013.

OLIVEIRA, Rok Sônia Naiária de. A Influência das Revistas Lições Bíblicas nos Discursos e Condutas dos Fiéis da Igreja Assembleia de Deus. ENCONTRO REGIONAL NORDESTE DE HISTÓRIA ORAL, 11., Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: [s.n.], 2017.

OLSON, Nels Lawrence. **Nels Lawrence Olson TEMA**: o pecado do passado, a tristeza do presente e a morte no futuro (anos 70). Youtube, 3 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=61Kouped2p8>. Acesso em: 14 de março de 2020.

PAULA, Wesley Américo Bergamin Granado de. **“Assembleia de Deus Avante Vai!?”**: transformações e tensões na construção da identidade da igreja evangélica Assembleia de Deus no Brasil (1911-1980). Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina. Programa de Pós-graduação em História Social. Londrina, 2013

PELBART, Peter Pál. **A Vertigem por um Fio**. Políticas da subjetividade contemporânea. São Paulo: Illuminuras, 2000.

PELBART, Peter Pál. **Vida Capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Illuminuras, 2011.

PINSKY, Carla Bassanezi(org.). **Fontes Históricas**. 2.ed., São Paulo: Contexto, 2008.

PINTO, Céli Regina J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

RESOLUÇÃO de Santo André sobre Usos e Costumes. Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil. *In*: DANIEL, Silas, **História da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil**. Rio de Janeiro: CPAD, 2004, p. 438-439.

RESOLUÇÃO do 5º ELAD sobre Usos e Costumes. Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil. *In*: DANIEL, Silas, **História da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil**. Rio de Janeiro: CPAD, 2004, p.. 580-584.

RESOLUÇÃO nº 4/77. Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil. *In*: DANIEL, Silas, **História da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil**. Rio de Janeiro: CPAD, 2004, p. 454

ROSENWEIN, Barbara H. **História das Emoções: problemas e métodos**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Corpo, Ética e Cultura. *In*: BRUHNS, Heloisa Turini; GUTIERREZ, Gustavo Luis (org.) **O Corpo e O Lúdico: ciclo de debates lazer e motricidade**. Campinas: Editora Autores Associados, 2000.

SILAS, Daniel. **História da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil**. Rio de Janeiro: CPAD, 2004.

SILVA, Antônio Gilberto da. **Manual da Escola Dominical**. 17.ed. Rio de Janeiro: CPAD, 1998.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **História da Beleza no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Transformações do corpo: controle de si e usos dos prazeres. *In*: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. Lacerda; VEIGA-NETO, Alfredo (org.) **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas**, Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

SOARES, Carmem Lúcia (org.) **Corpo e História**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. 3. ed.

SOARES, Filipe Menezes. Ordem e Progresso: Desenvolvimento e Segurança nas políticas de Integração Nacional da Ditadura Civil-Militar. *In*: CARVALHO, Keila Auxiliadora; CORDEIRO, Janaina Martins; SOUZA, Cesar Martins de (org.). **O país do futuro: Modernidade, Modernização e Imaginário Coletivo no Brasil Republicano**. Curitiba: Prismas, 2018.

SOUSA, Bertone de Oliveira. **Religião e Negação da Modernidade: a leitura fundamentalista da Bíblia nas revistas da Escola Bíblica Dominical das Assembleias de Deus**. Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, ano III, n. 7, Mai 2010. p. 223-250.

SOUZA, Claiton Vicente Veiga de. **O poder da mente: religião, bem-estar e felicidade na produção literária e midiática de autoajuda de Padre Lauro Trevisan (1980- 2013)**. Dissertação (Mestrado em História). Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. 232 f. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/51236>. Acesso em: 20 fev. 2022.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio, COUTINHO, Iluska (org.). **60 Anos de telejornalismo no Brasil – História, análise e crítica**. Florianópolis: Insular, 2010.